



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ADRIANO CASEMIRO NOGUEIRA CAMPOS DE SOUSA

**GOLPE OU *IMPEACHMENT*?**

A diferença de enquadramentos entre a "grande mídia" e a *Carta Capital* sobre a deposição de  
Dilma Rousseff

BRASÍLIA - DF  
2019

ADRIANO CASEMIRO NOGUEIRA CAMPOS DE SOUSA

**GOLPE OU *IMPEACHMENT*?**

A diferença de enquadramentos entre a “grande mídia” e a *Carta Capital* sobre a deposição de Dilma Rousseff

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade de Brasília, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia.

Brasília, 28 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

---

Profª. Débora Messenberg Guimarães  
(Universidade de Brasília)

---

Prof. Fabrício Monteiro Neves  
(Universidade de Brasília)

## AGRADECIMENTOS

Depois de passar tanto tempo dedicado a redigir esse trabalho, é até difícil pensar em mais palavras para acrescentar aqui. No entanto, não posso deixar esse momento passar sem agradecer a algumas pessoas que foram fundamentais para que esse texto saísse da minha cabeça e preenchesse as páginas que se seguem.

Em primeiro lugar, agradeço a todas as professoras e todos os professores que contribuíram de alguma forma para a minha trajetória acadêmica, em especial, a minha orientadora Débora Messenberg, que me acompanhou em duas pesquisas, e ao querido André Porto, que me estimulou a dar os primeiros passos no campo da pesquisa científica. Sem os ensinamentos proporcionados pelas educadoras e pelos educadores que fizeram parte do meu processo de educação nada disso seria possível. Além disso, não posso deixar de reconhecer a importância dos funcionários públicos e terceirizados que trabalham com todo vigor para manter a UnB funcionando e possibilitar a continuidade das aulas. A todas e todos vocês que lidam diariamente com o descaso do governo com a educação pública e mesmo assim trabalham duro para que alunas e alunos como eu possam se formar e transformar o mundo num lugar melhor, a minha eterna gratidão.

Como nem tudo nesse período de graduação são flores, também devo muita gratidão a todas as pessoas que me proporcionaram apoio e afeto nos (inúmeros) momentos de dificuldade e angústia que a experiência universitária me proporcionou. Agradeço a todas as amigas e amigos que me acompanharam durante esse período de constante transformação. Poderia gastar páginas e mais páginas citando o nome de cada um que me impactou positivamente ao longo da minha graduação. Como meu espaço é limitado, dirijo meus agradecimentos, especialmente, àquelas e àqueles que aguentaram de perto minhas muitas reclamações relacionadas ao TCC e me incentivaram a continuar a pesquisa e fechar com chave de ouro o Bacharelado em Sociologia. Muita gratidão a vocês: Morgana Lino, Gabriel Ribeiro, Val, Tiago Franco, Carlinhos, Marília Fraga, Luke Nascimento, Marcelo Vieira, Vicky Basileu, Victor Matheus e Pedro Kyomai.

Muita gratidão, sobretudo, à minha principal fonte de afeto e incentivos, Isabella Cavalcante. Palavras não bastam para descrever o quanto sou grato ao universo pela sua companhia e apoio. Tenho certeza que, sem você, tudo teria sido muito mais complicado do que foi. Obrigado por confiar em mim e me estimular a ser melhor sempre.

Não posso deixar de agradecer à minha família por terem doado parte considerável de suas vidas à minha formação e pela confiança em meu potencial. Não é todo mundo que tem seu caminho facilitado por uma família que apoia seus objetivos. Serei eternamente grato por dispor desse privilégio e espero algum dia recompensá-los de forma justa.

Por fim, a minha profunda gratidão a todas e todos que já lutaram e que ainda lutam por um Brasil mais democrático e socialmente justo. Jamais me esquecerei dos aprendizados que vieram com a militância.

Por último, mas não menos importante, dirijo minhas homenagens à ex-vereadora carioca Marielle Franco, cujo assassinato completa um ano no dia que digito essas palavras. Sua atuação política me inspira todos os dias a direcionar minha formação como sociólogo no sentido da transformação de nossa sociedade assustadoramente desigual e injusta. Seus gritos por justiça foram silenciados, mas suas sementes florescem no interior de milhares de cientistas sociais e militantes Brasil afora. Que a justiça por que tanto clamava seja feita em seu nome para que, finalmente, descanse em paz.

## RESUMO

O trabalho tem como objetivo principal apontar as diferenças nos enquadramentos da "grande mídia" e da "mídia contra-hegemônica", representada pela *Carta Capital*, na cobertura do processo de impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff que ocorreu em 2016. Nesse sentido, por meio de revisão bibliográfica de análises de outras pesquisadoras e pesquisadores, buscou-se descrever a atuação dos jornais e revistas da grande mídia no decorrer da história contemporânea do Brasil, desde a redemocratização até o momento do *impeachment* de 2016. Em seguida, realizou-se análise de conteúdo das publicações semanais do portal de notícias on-line da *Carta Capital* indexadas na categoria "*impeachment*". Buscou-se compreender a narrativa do jornal frente ao processo de *impeachment*, além da forma como temas e atores envolvidos nesse movimento foram enquadrados. A pesquisa possibilitou o entendimento de que o objeto de estudo apresentou enquadramentos polarizados da situação, assim como a grande mídia, porém no sentido inverso dela. No entanto, foi possível perceber que esse acontecimento político foi descrito de forma muito mais contextualizada pelo jornal em questão do que pela grande mídia, considerada pela maioria dos analistas como "liberal-conservadora" e como engrenagem fundamental do Golpe. Os enquadramentos da *Carta* se inseriram em dois principais campos semânticos: anticonservadorismo e petismo. O primeiro se constitui pelas ideias-força do antineoliberalismo, da crítica à direita, do antipemedebismo, da rejeição do continuísmo político petista e da reprovação da mídia golpista. Por outro lado, o segundo se define pela defesa dos governos de Lula e Dilma, pela saliência do "brilhantismo" do partido e pelo argumento da ilegitimidade do *impeachment*.

Palavras-chave: *Impeachment*. Dilma Rousseff. Análise de enquadramentos. Sociologia política. Mídia. *Carta Capital*.

## ABSTRACT

The main objective of the research is to present the differences between the framings of the “big press” and the “counter-hegemonic press”, represented by the left-wing online journal *Carta Capital*, on the news coverage of the ex-president Dilma Rousseff’s *impeachment* which took place in 2016. Therefore, through academic literature review of analysis from other researchers, it was sought to describe the performance of the big media’s newspapers and magazines throughout the contemporary Brazilian history, since the redemocratization until the *impeachment* of 2016. Following this, it was realized a content analysis of the weekly publications of the *Carta Capital*’s online news portal indexed in the category “*impeachment*”. We intended to comprehend the journal’s narrative on the *impeachment* process, in addition to how themes and actors involved in this movement were framed. The research enabled the understanding that the study object presented polarized framings of the situation, just like the big press, but in the inverse sense. However, it was possible to perceive that this political event was described in a much more contextualized way by *Carta Capital* than by the big media, considered by most of the analysts as “liberal-conservative” and as an essential gear of the Coup. The *Carta*’s framings were part of two main “semantic fields”: anticonservatism and “petismo”. The first is characterized by the antineoliberalism, the critics directed to the right-wing, the “antipemedebismo”, the rejection of PT governments’ political continuity and the disapproval of the “golpist media” key ideas. On the other hand, the second is defined by the defense of Lula and Dilma’s governments, by the salience of the “brilliance” of their party and by the argument of the *impeachment* illegitimacy.

Key-words: *Impeachment*. Dilma Rousseff. Frame analysis. Political sociology. Media. *Carta Capital*.

## Lista de abreviaturas e siglas

CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
EC	Emenda Constitucional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e Travestis
Lula	Luís Inácio “Lula” da Silva
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOM	<i>Media Ownership Project</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSC	Partido Social Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
SECOM	Secretaria de Comunicação da Presidência da República
UDN	União Democrática Nacional

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1) METODOLOGIA.....</b>	<b>12</b>
<b>2) MÍDIA E DEMOCRACIA NAS SOCIEDADES EM REDE.....</b>	<b>15</b>
<b>3) O ENQUADRAMENTO HEGEMÔNICO: A CONSTRUÇÃO DO ANTIPETISMO .....</b>	<b>23</b>
<b>4) O ENQUADRAMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO: A DENÚNCIA DO GOLPISMO .....</b>	<b>39</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXOS – TOTALIDADE DOS TEXTOS DAS MATÉRIAS REFERENCIADAS DA CARTA CAPITAL.....</b>	<b>65</b>



“Na rua a gente vê a real, nego  
São coisas de Brasil, não é mole não  
Sentado no sofá não vai dar, nego  
Nem tudo é verdade na televisão”

(“Coisas de Brasil”, música de **Rincon Sapiência**)

## **Introdução**

A música é uma forma de expressão da realidade. Assim como qualquer produção escrita humana, ela é condicionada pelo universo específico de quem a produz. Por mais que nós seres humanos possamos alcançar outros universos devido à nossa capacidade de abstração, é impossível nos descolarmos inteiramente de nossas experiências e visões de mundo particulares. Elas nos acompanham em qualquer texto pelo qual busquemos nos expressar. Não obstante, elas também nos acompanham na forma como interpretamos outros textos e outras formas de expressão em qualquer momento de nossas vidas.

Como já apontado por perspectivas teóricas como a feminista, a pós-colonial e a decolonial com relação ao conhecimento produzido no âmbito acadêmico, a ideia de que textos científicos são isentos de crenças, valores e visões de mundo específicas de quem os escrevem é um mito. O lugar que ocupamos na sociedade em que estamos inseridos e as experiências que vivenciamos moldam a forma como significamos o mundo e conseqüentemente agimos diante dele. Seja por grandes marcadores sociais estabelecidos na estrutura da sociedade, como gênero, raça, classe e sexualidade, seja por experiências dentro de outros grupos sociais nos quais estamos inseridos, ou até mesmo por vivências pessoais únicas, estamos sujeitos a diferentes interpretações acerca da realidade que nos cerca e isso se reflete diretamente na produção do conhecimento científico. Isso vale não só para a ciência, mas para diversas áreas da vida humana, como as artes e a comunicação – para citar somente algumas.

No âmbito da comunicação, é necessário citar o caso do jornalismo. A busca pela “objetividade” é, até os dias de hoje, um aspecto constitutivo da profissão e da própria autoimagem das e dos jornalistas (Miguel & Biroli, 2010, p. 60). As notícias e textos veiculados constantemente pelos grandes meios de comunicação são apresentados às suas audiências como os temas mais importantes da agenda pública do período em que estão em circulação. Contudo, o processo de produção das informações veiculadas não é apresentado à população consumidora desse serviço, o que dificulta a percepção de que essas informações também não são neutras ou imparciais, visto que são produzidas por pessoas. Em países como

o Brasil, em que um conjunto de seis famílias controla os maiores conglomerados midiáticos do país, essa percepção é ainda mais difícil, devido à baixa pluralidade de visões de mundo e experiências que circulam em seus veículos de comunicação.

A citação do rapper paulista Rincon Sapiência introduz uma importante crítica a esse quadro. O refrão de sua música descrito na epígrafe tem como objetivo tecer uma crítica às pessoas que aceitam como verdade absoluta as informações que consomem por meio das mídias – representadas na música pela televisão – o que distorce a percepção que elas têm sobre o próprio país em que vivem. Segundo o cantor, a rua seria o espaço em que a verdade seria realmente encontrada, pois é onde se apreende a vida em sua totalidade, sem passar pela simplificação exercida pela mídia. Esse primeiro ponto vai ao encontro do foco da pesquisa descrita nesta monografia: a disputa simbólica midiática em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff. Como veremos adiante, esse momento foi marcado por formas de enquadrar as notícias que mostravam apenas parcialmente a “real”, aludida por Sapiência, pois se limitavam pelo alinhamento ideológico do veículo de comunicação que produzia a notícia. Dessa maneira, a distorção da percepção da população do campo político pode ser apontada como uma das características desse evento.

Qualquer acontecimento noticiado pela imprensa pode conter diversas interpretações. Com relação a acontecimentos políticos, a orientação ideológica do veículo de comunicação geralmente é um fator essencial que direciona a forma como eles serão noticiados. Por mais que boa parte das mídias jornalísticas não explicita suas preferências políticas, é possível perceber seus posicionamentos políticos a partir de uma análise detalhada da forma como os principais eventos são enquadrados pela redação. Os posicionamentos podem ficar ainda mais claros quando comparados veículos de comunicação muito ideologicamente distintos. É justamente nesse sentido que a presente pesquisa se desenvolve.

Nos estudos sobre mídia e política no Brasil, é comum análises acerca dos enquadramentos dados pela “grande mídia”, ou seja, os jornais e revistas de maior circulação, como os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, as revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ* e ainda o telejornal da Rede Globo *Jornal Nacional*, a determinados eventos políticos, especialmente eleições presidenciais. Em geral, esses são os veículos de comunicação que convergem nos enquadramentos que fazem dos acontecimentos políticos. Todavia, existem mídias alternativas que buscam abertamente se contrapor a esse enquadramento hegemônico, como a *Carta Capital*, o *Mídia Ninja*, o *Brasil de Fato*, o *Jornalistas Livres*, entre outros.

O *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016 foi um acontecimento político que deixou ainda mais explícitas as diferenças editoriais existentes no campo do jornalismo brasileiro. É desse período e dessas diferenças que buscamos aqui tratar. As pesquisas existentes acerca desse evento que marcou ainda mais as contradições recentes da sociedade brasileira se referem, em sua maior parte, à produção jornalística da grande imprensa, entendida pela maioria dos analistas como engrenagem fundamental do processo de deposição de Dilma. Embora haja pouca pesquisa científica referente aos enquadramentos contra hegemônicos veiculados pelas mídias alternativas acerca desse momento, isso não significa que não houve resistência a esse processo, interpretado por diversos cientistas sociais como um golpe – interpretação compartilhada pelo autor deste texto. Diante disso, esta monografia tem como problema de pesquisa a pergunta: *como a mídia contra hegemônica enquadrou o Golpe de 2016?* Compreende-se esse evento como um marco importante da história contemporânea do Brasil e, por isso, a investigação das circunstâncias em que ele se deu se demonstra fundamental para entender os desdobramentos mais recentes que se colocam para a sociedade brasileira.

Para responder ao problema colocado, definiram-se como objeto de pesquisa o portal de notícias online da *Carta Capital* e como universo de pesquisa suas publicações semanais de março de 2015, quando o movimento pró-*impeachment* começou a se definir, até abril de 2016, mês da votação do processo de *impeachment* pela Câmara dos Deputados, que foi aceito pela Casa no dia 17. O jornal on-line foi escolhido por ser uma das mídias de esquerda de maior visibilidade no Brasil. A partir da análise das publicações do site, buscou-se conceber as principais diferenças entre a forma como o processo de *impeachment* e os atores nele envolvidos foram enquadrados pela “grande mídia” e pela mídia “contra hegemônica”, representada pelo portal de notícias de esquerda. A pesquisa trabalhou com a hipótese de que os enquadramentos veiculados tanto pela grande mídia quanto pela *Carta Capital* refletiram a polarização que estava definida na sociedade brasileira no contexto do movimento de *impeachment* em 2015 e 2016.

A seção que se segue ao tópico da metodologia da pesquisa apresenta uma discussão teórica com o objetivo de contextualizar o campo da comunicação na sociedade nos dias de hoje, especialmente em suas relações com o campo da política. Nessa seção, busca-se descrever como a comunicação se imiscui na política nas democracias contemporâneas, sobretudo na era digital, e as consequências dessa relação em termos sociais. Além disso,

discute-se a importância do conceito de “enquadramento” para compreender a forma como os meios de comunicação veiculam conteúdo político em suas páginas, sites ou programas de televisão.

A seção seguinte contém revisão de literatura acerca da história recente da grande mídia brasileira. Busca-se descrever como os grandes jornais enquadraram os principais eventos políticos pós redemocratização, principalmente das eleições de 1989 até 2014, ano de reeleição de Dilma Rousseff e do início da movimentação contrária à então presidenta. Segue-se uma contextualização da conjuntura histórica que levou ao Golpe de 2016 e a influência da grande mídia no processo de impedimento de Dilma Rousseff, com seus enquadramentos e estratégias contrários à presidenta e ao Partido dos Trabalhadores.

A última seção apresenta os resultados detalhados obtidos pela análise dos enquadramentos das publicações da *Carta Capital*. A análise foi orientada no sentido da compreensão das principais ideias-força que compõem os campos semânticos recorrentes dos enquadramentos do jornal on-line. Nessa perspectiva, objetivou-se conceber a forma como a narrativa do jornal acerca da conjuntura política se desenrolou à medida que avançava o “projeto do *impeachment*” – como denominado em algumas matérias. Além disso, também são descritos os modos que os atores envolvidos no Golpe e a base governista são enquadrados nos textos. Assim, parte-se para uma comparação entre as principais semelhanças e diferenças entre os enquadramentos da *Carta Capital* e os da grande mídia.

Por fim, a conclusão introduz alguns questionamentos acerca da atuação da comunicação política brasileira nos tempos recentes. O *impeachment* de Dilma marcou não somente o fim dos governos petistas, mas o fortalecimento da polarização de uma sociedade que se cindiu em meados de 2013 e que enfrenta as consequências dessa cisão até hoje. Não se deve subestimar a atuação da grande mídia na construção do “clima político” que possibilitou a deposição da ex-presidenta e o crescimento da extrema-direita no país. Nesse sentido, busca-se tecer algumas considerações acerca da análise comparativa entre a *Carta* e a grande imprensa e a importância da pluralidade de informações no que se refere ao campo da política.

## **1) Metodologia**

Diante desse quadro, a pesquisa se dividiu em três principais momentos. Primeiramente, realizou-se revisão de literatura teórica acerca das relações entre mídia,

democracia e sociedade nos dias de hoje. Além disso, objetivou-se revisar bibliografias referentes aos estudos de mídia e política e suas principais abordagens. A partir disso, a perspectiva das análises de “enquadramentos noticiosos” e a abordagem do agendamento midiático (ou *agenda-setting*) demonstraram ser fundamentais para a condução da investigação.

Em segundo lugar, desenvolveu-se revisão bibliográfica acerca da atuação da grande mídia brasileira frente à política na história contemporânea do Brasil, com o objetivo de compreender as tendências nos enquadramentos dos principais eventos políticos e a diferença na representação dos atores envolvidos. Buscou-se apresentar pesquisas que retrataram momentos como eleições presidenciais e escândalos de corrupção entre meados do século XX até 2016, ano de concretização do impedimento da ex-presidenta. Nesse sentido, desenvolveu-se um trabalho interdisciplinar com contribuições de pesquisas das áreas da Comunicação e da Ciência Política para traçar os posicionamentos dos principais veículos de comunicação brasileiros no decorrer da história. A revisão de literatura se voltou especialmente para os jornais impressos e on-line *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* e o telejornal da Rede Globo *Jornal Nacional*, devido à disponibilidade de bibliografia a eles relacionada. Contudo, no que tange especificamente ao Golpe de 2016, também foram consideradas bibliografias acerca da atuação das revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, de grande circulação nacional e que contaram com uma forte produção jornalística relacionada ao *impeachment*.

Essa pesquisa bibliográfica demonstrou ser essencial para a pesquisa não somente para compreender a trajetória histórica da “grande mídia”. Seu principal mérito foi conceber a tendência negativa do conteúdo desses conglomerados midiáticos frente aos políticos de esquerda e, particularmente, ao PT e seus governos (2003-2016). Argumenta-se numa próxima seção que essa tendência criou as bases para o sentimento de “antipetismo”, fundamento do movimento pró-*impeachment* de 2015 e elemento central da identidade da extrema-direita brasileira que começou a ganhar força no mesmo ano.

O segundo momento da pesquisa é composto pela análise de conteúdo dos enquadramentos das publicações semanais do portal de notícias da *Carta Capital* indexadas na categoria “*impeachment*” da primeira semana de março de 2015 à última semana de abril de 2016. A unidade de análise definida foi a totalidade dos textos das matérias da amostra, incluindo os títulos e subtítulos. Optou-se por selecionar, no mínimo, uma matéria publicada a cada sexta-feira nesse intervalo de tempo, visto que as matérias publicadas mais próximas ao

fim de semana poderiam conter os principais acontecimentos políticos da semana relacionados ao *impeachment*. Quando não encontradas matérias publicadas nas sextas-feiras, foram selecionadas publicações em outros dias da semana para não prejudicar a periodicidade da amostra. Todavia, algumas semanas não apresentaram nenhuma matéria indexada na categoria “*impeachment*”, principalmente no período que foi da primeira semana de junho até a segunda semana de julho de 2015. Ademais, também foram escolhidas três matérias adicionais no mês de abril de 2016 que demonstraram relevância para a pesquisa, especificamente as publicações “*Impeachment: entenda os argumentos pró e contra*” do dia 7 de abril, “*Câmara aprova abertura de impeachment de Dilma*” do dia 17 e “*Em meio à crise, o patriarcado contra-ataca*” do dia 20. Dito isso, o cópulus de análise totalizou 50 matérias, constituídas principalmente por notícias ou análises.

A análise de conteúdo dos textos publicados pela *Carta* se voltou para a compreensão das principais ideias-força contidas nos campos semânticos enquadrados pelo jornal com relação ao desenrolar do processo de *impeachment* e dos atores envolvidos nesse movimento. Esse procedimento metodológico foi inspirado na pesquisa de Débora Messenberg (2017) e tem como foco o mapeamento das principais ideias explicitadas nos enquadramentos do conteúdo das matérias, seguido da sistematização delas em grandes campos semânticos que representam narrativas habituais do jornal relacionadas ao processo de *impeachment* e seus principais atores. Dito isso, o processo de análise se deu em três principais momentos: (i) análise preliminar do conteúdo das matérias; (ii) sistematização das ideias-força encontradas na análise preliminar; (iii) agrupamento das ideias-força em grandes campos semânticos.

Por sua vez, os personagens que aparecem recorrentemente na narrativa do site são divididos em dois polos enquadrados de forma distinta. De um lado, a “oposição golpista”, composta, sobretudo, por políticos de partidos de direita, como o PMDB e o PSDB, movimentos sociais de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua, a grande mídia, parte do “aparelho jurídico-policial do Estado” (Souza, 2016) e os setores reacionários das classes altas da sociedade. De outro lado, a “base governista democrática”, constituída por Dilma Rousseff, o ex-presidente Lula, políticas e políticos do PT e de outros partidos de esquerda, movimentos sociais de esquerda pró democracia, como a Frente Brasil Popular, além de especialistas acadêmicos contrários à deposição da ex-presidenta. Embora tenham sido encontradas diversas diferenças entre a forma como a *Carta Capital* e a grande mídia enquadraram o processo que culminou no golpe, algumas semelhanças podem ser

apontadas, como a tendência em retratar o movimento de forma maniqueísta como uma luta entre um lado bom e um lado ruim. No caso do jornal de esquerda, a “base governista democrática” e a “oposição golpista”, respectivamente.

Diante do exposto, esta monografia tem como principal objetivo analisar as diferenças entre os enquadramentos veiculados pela grande mídia e a imprensa contra hegemônica, representada pela *Carta Capital*. Não obstante, busca-se também responder às seguintes indagações: de que maneira os meios de comunicação se inserem no contexto social e político que vivemos atualmente? Como os enquadramentos veiculados por eles impactam as sociedades que consomem suas informações? No caso brasileiro, em que medida a grande mídia teve interferência no processo de *impeachment* de Dilma? De que modo a resistência contra o Golpe se deu pela imprensa alternativa?

## 2) Mídia e democracia nas sociedades em rede

As democracias contemporâneas têm como um dos elementos centrais de sua organização os meios de comunicação. A tecnologia da comunicação adquirida no decorrer da história da humanidade tem transformado constantemente a sociabilidade humana. O campo da política é um dos principais afetados nesse sentido. A prensa, o telégrafo, o rádio, o cinema, a televisão e, mais recentemente, a internet foram invenções que revolucionaram a história, conduzindo as sociedades humanas a rumos antes inimagináveis. O surgimento desses veículos de comunicação levou a profundas alterações na *práxis* política, tanto por parte dos governos nacionais, quanto por parte de outros atores políticos, como movimentos sociais. Um exemplo de acontecimento político recente que teve considerável influência das novas tecnologias de comunicação e informação foi a eleição de Jair Bolsonaro (PSL-RJ) à Presidência da República do Brasil, conforme informações divulgadas pela *Folha de S. Paulo*<sup>1</sup>.

Conforme argumenta o sociólogo Manuel Castells ([2009], 2017), relações de poder são o fundamento da organização social de qualquer sociedade, definidas por meio de

---

<sup>1</sup> A *Folha* publicou reportagem no dia 18 de outubro de 2018 com a denúncia de um esquema de compra de pacotes de disparo em massa de mensagens negativas no *Whatsapp* – e em muitos casos falsas (as “*fake news*”) – contra o PT por parte de empresas privadas apoiadoras do então candidato do PSL. A publicação da matéria gerou uma polêmica pelo fato dessa prática “configurar doação de campanha por empresas, vedada pela legislação eleitoral, e não declarada”. Essas empresas teriam direcionado as mensagens a base de usuários do próprio candidato e de outras agências de estratégia digital. Essa segunda prática é igualmente proibida pela legislação eleitoral. Informações disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 15 fev 2019.

dinâmicas de poder/contra-poder ou dominação/mudança social. Comunicação e informação são tidas como fontes essenciais constituintes dessas dinâmicas, visto que o poder se exerce não somente através da coerção e da violência, mas sobretudo a partir da dominação das mentes das pessoas, uma vez que seus pensamentos determinam ações, valores, normas e instituições. Nessa perspectiva, o campo da comunicação se impõe como espaço eminente de produção do poder e, conseqüentemente, como elemento fundamental da política.

A razão disso é que os indivíduos que detêm a posse dos meios de comunicação de massa dispõem da possibilidade de influenciar, de modo assimétrico, as decisões de outros atores sociais em seu favor, na medida em que possuem a capacidade de construir significados baseados nos discursos veiculados para a população consumidora de informações. Diante disso, configura-se um quadro de grande poder por parte dos proprietários desses meios, especialmente das mídias jornalísticas, as quais tencionam diariamente o campo da política com a transmissão constante de notícias relacionadas a temas políticos. O desenvolvimento histórico desse quadro levou à consolidação da *práxis* política nos últimos dois séculos como uma “política midiática” (Castells, 2017). Isto é, uma forma de fazer política voltada à satisfação de termos ditados pela mídia sobre uma pressuposta condução ideal do jogo político.

Uma das principais maneiras que os meios de comunicação determinam esses termos é por intermédio da capacidade de “agendamento” de determinados temas no debate público. Inspirados pela teoria do *agenda-setting* desenvolvida inicialmente por McCombs e Shaw (1972), muitos estudos no campo da comunicação se voltaram para a investigação do poder de agendamento da mídia e dos temas estabelecidos por ela na agenda pública em diferentes momentos históricos. Contudo, alguns autores, como o sociólogo estadunidense Robert Entman (1993) e o comunicólogo brasileiro Mauro Porto (2002), argumentam que essa perspectiva teórica é limitada pela sua incapacidade de considerar os conteúdos vinculados aos temas presentes no agendamento midiático. Considerando que esses temas são apresentados às audiências a partir de perspectivas específicas, esses autores defendem a utilização do conceito de “enquadramento” como marco teórico necessário para a compreensão desses conteúdos, principalmente quando são conteúdos políticos. Não cabe neste trabalho a realização de uma revisão ampla acerca dessas abordagens, todavia, diante do exposto, é possível perceber como a união entre as duas é bastante benéfica para as pesquisas



sobre mídia e política. No entanto, é necessário nos determos mais detalhadamente à segunda perspectiva.

No seu trabalho de revisão teórica do conceito de enquadramento e a utilização deste nas pesquisas de comunicação no Brasil, Mauro Porto (2002, p. 5) aponta que enquadramentos são “importantes instrumentos de poder”. O autor argumenta isso com base na pesquisa da área da psicologia cognitiva de Kahneman e Tversky (1984), que demonstra que a forma como determinados temas/problemas são enquadrados impacta diretamente na recepção da informação pelos indivíduos. Diante disso, resta-nos responder à indagação: o que é exatamente um enquadramento?

O conceito já foi utilizado com diversos significados em pesquisas de diferentes áreas, especialmente na Sociologia, na Psicologia e na Comunicação. Atualmente, nas pesquisas de sociologia da comunicação, a definição mais compartilhada é a de Robert Entman:

“O enquadramento envolve essencialmente *seleção* e *saliência*. Enquadrar significa *selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento* para o item descrito” (Entman, 1994, p. 294; *itálicos no original*; tradução do autor; apud Porto, 2002, p. 7).

Isso significa que, no que tange às notícias veiculadas na mídia, o enquadramento representa a maneira que a equipe editorial<sup>2</sup> seleciona, descarta e/ou enfatiza as informações que constituirão o texto jornalístico. Por meio das ideias do sociólogo, depreende-se que o ato de enquadrar a notícia a partir de determinado ângulo não parte necessariamente da intenção de manipular a informação, mas muitas vezes se dá de forma não intencional devido aos “quadros de referência” que a autora ou o autor do texto tem acesso. Esses quadros ou esquemas são relacionados tanto ao sistema pessoal de crenças, quanto a aspectos culturais ou a características editoriais do veículo de comunicação no qual a pessoa trabalha (Entman, 1993, p. 52; Porto, 2002, p. 18).

Os enquadramentos, então, formatam as informações apresentadas nas notícias e matérias direcionadas às audiências de modo particular. É importante salientar que por mais que os enquadramentos possam influenciar a percepção da audiência de determinados acontecimentos ou temas, esta percepção não imperiosamente vai refletir todos os quadros presentes no texto ou mesmo a intenção original do/a comunicador/a (Entman, 1993, p. 52-3).

---

<sup>2</sup> O termo “equipe editorial” é aqui empregado devido ao entendimento de que não cabe somente à ou ao jornalista esse rito de seleção, descarte e ênfase das informações veiculadas. No âmbito do jornalismo, outros “filtros” se impõem como parte desse processo. Isso, por sua vez, é explicado pelas teorias do *gatekeeper* e do *gatematching*. Para uma compreensão melhor dessa discussão Cf. Weber, 2010.

Ou seja, isso significa que a forma que os meios de comunicação enquadram os conteúdos da agenda pública pode ou não interferir no processo cognitivo individual de interpretação da realidade apresentada aos indivíduos. Não obstante, essa afirmação não subestima o poder da mídia de massa na formulação de visões de mundo e até mesmo de preferências políticas. A pesquisa de Alessandra Aldé (2004) é uma importante referência nesse sentido. A jornalista e cientista política buscou compreender os diferentes tipos de interação que cidadãs e cidadãos brasileiros apresentavam com relação ao consumo de informações midiáticas e as implicações dessas interações na percepção que elas e eles teriam sobre a política. Por meio de sua investigação, foi possível descrever atitudes diversas por parte das pessoas entrevistadas frente à política relacionadas diretamente à frequência que elas se informavam pela mídia, às peculiaridades dos veículos de comunicação consultados e até mesmo ao formato das notícias consumidas – impresso, on-line ou televisivo.

A questão das características dos meios de comunicação é um aspecto importante a ser considerado no que tange à recepção da informação pelos indivíduos. Como pontuado por Castells (2017), “onde há poder, há contra-poder”. Nesse sentido, da mesma maneira que existem mídias mais poderosas, ou seja, com maior poder de influência frente às audiências – como é o caso dos meios de comunicação de massa –, também existem veículos que apresentam posicionamentos contra-hegemônicos, de crítica e resistência aos enquadramentos e discursos veiculados pelos poderosos da grande mídia. Os conteúdos produzidos tanto pela grande mídia quanto pela mídia contra-hegemônica são, por sua vez, direcionados a públicos igualmente muito distintos. Tendo isso em vista, os quadros apresentados pelos meios de comunicação de massa podem implicar em maior influência frente a determinados perfis de pessoas ou de grupos, bem como os meios alternativos. Insta apontar, no entanto, que, devido à extensão das redes de comunicação da mídia de massa, a sua capacidade de influência se torna proporcionalmente maior, tendo um impacto superior no campo da política do que os veículos contra-hegemônicos, de menor alcance. Esse ponto pode ser facilmente ilustrado pelo contexto do Golpe de 2016 que ocorreu no Brasil, momento em que a transmissão de notícias com viés antipetista pela grande mídia brasileira demonstrou ser um componente essencial na construção do clima político que possibilitou o *impeachment* de Dilma Rousseff. Todavia, como ficará claro nas próximas seções, esse processo não foi isento de resistência no campo da comunicação. Diversas mídias alternativas brasileiras e internacionais se posicionaram em defesa do mandato da ex-presidenta, apontando para as incoerências do

movimento pró-*impeachment* e denunciando a parcialidade da imprensa de massa, como foi o caso de *Carta Capital*, *Mídia Ninja*, *Brasil de Fato*, *Jornalistas Livres*, *Le Diplomatique*, *El País* e outros.

De qualquer maneira, os enquadramentos são importantes elementos da construção das notícias, tendo em vista que podem cristalizar determinadas imagens ou estereótipos sobre certos temas. Isso se dá não somente pela formatação da notícia: as “vozes” que são apresentadas pelo jornal também influenciam no significado transmitido pela matéria. Com relação a esse ponto, Porto (2002) argumenta que as pesquisas que visam à apreensão dos enquadramentos veiculados por jornais em suas matérias devem se orientar para distinguir os “enquadramentos noticiosos” dos “enquadramentos interpretativos”, diferenciados essencialmente pela fonte da informação descrita. Os primeiros se referem ao “ângulo da notícia”, ou seja, aos “padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos” (Porto, 2002, p. 15). Por outro lado, os segundos dispõem como característica “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc” (Porto, 2002, p. 15). No que tange a esse tipo de enquadramento, o autor complementa:

“Apesar do fato que jornalistas também contribuem com seus próprios enquadramentos interpretativos ao produzir notícias, este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalista. Trata-se aqui de interpretações oriundas de um contexto mais amplo que podem ser incorporadas ou não pela mídia” (p. 15).

São essas vozes externas que a/o jornalista seleciona no processo de construção da notícia para serem apresentadas à audiência. Embora possam apresentar divergências do enquadramento interpretativo dos atores inseridos na notícia, em muitos casos, as/os jornalistas dão voz a interpretações externas para confirmar as suas próprias visões sobre o assunto ou a linha editorial do jornal em que trabalham (Porto, 2002, p. 16).

Nesse sentido, uma característica tradicional do jornalismo político da imprensa de massa ocidental se refere à preferência pela veiculação de enquadramentos interpretativos de fontes oficiais, isto é, funcionários públicos do Estado, na construção das notícias sobre acontecimentos políticos (Cook, 2011). Isso implica na recorrente invisibilização das interpretações de outros atores sociais, como movimentos sociais, acerca da política e na formação de estereótipos comumente negativos relacionados a esses atores. De outra maneira, mídias alternativas tendem a enquadrar mais frequentemente interpretações de atores sociais

diversos do que as mídias de massa, o que possibilita uma compreensão mais plural – ou no mínimo menos restrita – do campo da política. Na verdade, é bastante comum que jornais contra-hegemônicos se utilizem dos enquadramentos interpretativos da grande imprensa para apresentar perspectivas adversas sobre os eventos políticos. Essas foram algumas das estratégias recorrentemente empenhadas pela *Carta Capital* na cobertura do Golpe de 2016.

O processo de formulação das visões e preferências políticas das cidadãs e cidadãos é multifacetado e influenciado por diversos aspectos da vida em sociedade. Segundo Cass Sustein ([1991] 2011, p. 221) “as preferências não são fixas e estáveis, mas são em lugar disso adaptáveis a uma ampla gama de fatores - incluindo o contexto em que a preferência é expressa, as regras legais existentes, escolhas passadas de consumo e a cultura em geral”. Por sua vez, as estratégias de enquadramento utilizadas pelos meios de comunicação expressam de certa forma elementos culturais da sociedade ou do círculo social em que estão inseridos. É claro que como existe uma pluralidade de veículos que direcionam seus conteúdos para audiências segmentadas pelo perfil do público – seja por posicionamento ideológico, faixa etária ou outro marcador social –, alguns enquadramentos acabam interferindo mais efetivamente no processo de compreensão da política do que outros, conforme as características do indivíduo consumidor de informação. Contudo, em muitos países, alguns grupos comunicacionais dispõem de maior capacidade de difundir seus posicionamentos políticos presentes nos enquadramentos devido a uma rede mais ampla de meios de comunicação sob seu controle – como rádio, televisão, portais de notícia on-line, jornais e revistas impressos. Por mais que haja resistência a esses enquadramentos pela cobertura da mídia contra-hegemônica, seu alcance ainda acaba sendo muito limitado a grupos restritos da sociedade, o que implica uma interferência menor no processo de formulação de preferências políticas.

No contexto brasileiro, como demonstrado por pesquisas da organização internacional Repórteres Sem Fronteiras em conjunto com o Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social inseridas no projeto *Media Ownership Monitor* (MOM)<sup>3</sup>, a altíssima concentração de audiência e a propriedade cruzada dos meios de comunicação na mão de poucos grupos deixa

---

<sup>3</sup> “O *Media Ownership Monitor* (MOM) foi criado para servir de ferramenta a mapeamentos que gerem uma base de dados acessível publicamente e atualizada constantemente sobre os proprietários dos meios de comunicação relevantes de um país (mídia impressa, rádio, televisão e online). O MOM pretende lançar luz sobre os riscos que a concentração da propriedade representa para o pluralismo da mídia (...). Para entender as características de cada país e detectar fatores que aumentam ou reduzem o risco de concentração da mídia, também avalia qualitativamente as condições do mercado e o ambiente legal”. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/sobre/perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 14 fev 2019.

o Brasil na posição de país com o cenário mais grave de riscos ao pluralismo midiático, o que implica “graves consequências à circulação de ideias, à diversidade e à democracia” (MOM, 2017a). Como já apontado acima, o quadro da comunicação brasileira não é isento de resistência. A questão é que o poder de influência das mídias alternativas acaba restrito a uma parcela pequena da sociedade. Dessa maneira, os enquadramentos da mídia de massa acabam tendo mais capilaridade na população, especialmente por meio da televisão, meio até hoje mais utilizado para o consumo de informações (SECOM, 2016, p. 14).

Manuel Castells (2017) argumenta que há uma tendência mundial vigente por parte da imprensa de massa de enquadrar a política de forma personalizada e escandalizada. Para ele, as tecnologias de comunicação transformaram a *práxis* política de modo que atualmente a política se exerce através de uma “política midiática”, visto que a classe política tem que conformar suas ações e discursos para o público que a acompanha por meio dos veículos de comunicação. Por seu lado, a narrativa difundida pelos enquadramentos midiáticos centrada no acompanhamento das personalidades políticas que aparecem constantemente nas notícias moldou uma forma de “política personalista”. Como consequência, a união entre a “política midiática” e a “política personalista” resultou numa “política de escândalos”, instrumento utilizado por grupos comunicacionais para alcançar seus interesses econômicos e políticos. A escandalização da política por meio do apelo constante de noticiar escândalos de corrupção envolvendo figuras públicas tem como resultado o aumento da audiência dos veículos de comunicação de massa e, por conseguinte, a expansão de seu lucro, além da desmoralização da imagem de políticos adversários ao posicionamento político midiático (Baptista, 2018, p. 134). O efeito perverso que se segue a essa “política de escândalos” é a formação de uma imagem negativa da política, como se fosse um espaço sujo e perverso. Segue-se, então, um declínio dos índices de confiança nas instituições públicas, o que tem gerado uma crise geral de legitimidade das democracias representativas (Castells, 2017).

Érica Baptista (2018, p. 133), em pesquisa sobre a relação da visibilidade da corrupção no segundo mandato de Dilma Rousseff com os índices de avaliação do governo, alega que a mídia formula os mapas cognitivos que o público deve ter, porém a opinião pública reage ao “pseudoentorno” por ela criado e não ao entorno da situação em si. Em outras palavras, a mídia dá visibilidade a escândalos de corrupção a partir de determinada perspectiva, o que interfere diretamente na percepção da população relacionada à questão da corrupção no país e leva à queda nos índices de confiança nas instituições públicas ou privadas. Isso porque essa

evidência midiática da corrupção é realizada de maneira excessiva, de modo que o debate político se mantém focado nesse tema, reduzindo, assim, o debate acerca de outros temas igualmente importantes. No caso do governo da ex-presidenta, a investigação demonstrou que quanto maior a circulação de escândalos de corrupção nas revistas *Carta Capital*, *Época*, *Isto É* e *Veja* associadas à gestão da petista no período de março de 2014, início da Operação Lava Jato, a agosto de 2016, concretização do *impeachment*, maior era a percepção da corrupção pela opinião pública, maior a desaprovação do governo Dilma e menor a confiança na presidenta e nas instituições políticas (ibidem, p. 145-6). A pesquisadora reconhece os limites da pesquisa pelo recorte definido pelas revistas e a consideração superficial de questões econômicas<sup>4</sup> que certamente foram fatores de forte influência nesses índices, dado que diversas pesquisas ressaltam que “a situação econômica favorável condiciona o otimismo dos cidadãos com relação à política” (ibidem, p. 145-6). Não obstante, insta apontar que uma análise mais precisa acerca desse momento político requer uma consideração mais aprofundada sobre outros aspectos sociais e políticos que marcaram as interpretações da opinião pública, embora os resultados obtidos pela pesquisa sejam significativos para a compreensão desse contexto de contradições da sociedade brasileira.

Por sua vez, a moralização do debate público por meio da escandalização da política não é uma estratégia inédita na história brasileira. Na realidade, a imprensa de massa já a utilizou em outros momentos para atingir seus objetivos políticos. Conforme demonstram Feres Júnior e Sassara (2016, p. 208), “os escândalos fizeram parte da cobertura da política brasileira na grande imprensa já no período democrático que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial e que se estendeu até o golpe militar de 1964”, especialmente na campanha de Carlos Lacerda contra Getúlio Vargas, que contou com o apoio dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* e culminou no suicídio do ex-presidente (Azevedo, 2018, pp. 275-6), e na campanha de Jânio Quadros, que associou sua imagem à vassoura que varreria toda a corrupção do país (Feres Júnior & Sassara, 2016, p. 208). É interessante notar que, no contexto do período democrático de 1946-64, o conceito “populismo”<sup>5</sup> é amplamente difundido por jornais mais conservadores como os citados, sendo associado aos governos de esquerda da época, o que se reflete na cobertura política do governo Jango (Reis, 2001), muito

---

<sup>4</sup> Em 2014, inicia-se uma crise econômica no país que retrai o crescimento do PIB, eleva a inflação e agrava a crise política marcada pela polarização da sociedade no período pós-eleitoral. A causa da crise ainda é motivo de debates no campo da economia.

<sup>5</sup> O conceito de populismo é usado nesse contexto para qualificar negativamente governos ou candidatos que promoviam medidas reformistas consideradas de esquerda. Para saber mais Cf. Reis, 2001.

criticado por esses veículos de comunicação que, posteriormente, apoiam o Golpe Militar que destituiu o político do poder (Azevedo, 2018, pp. 274-8). No período do regime militar, escândalos de corrupção são raramente noticiados, “seja porque houve um amplo apoio da grande mídia ao golpe e ao regime, seja porque, mais tarde, os conteúdos noticiosos passaram a sofrer rigorosa censura oficial” (Feres Júnior & Sassara, 2016, p. 209). Todavia, após a redemocratização, a “indústria midiática do escândalo” retoma sua força, sobretudo direcionada, mais uma vez, a partidos de esquerda, em especial o PT (ibidem, p. 209). Essa maior visibilidade não significa que a corrupção só ocorre no campo da esquerda, mas demonstra as preferências políticas dos grandes jornais brasileiros, que minimizaram deliberadamente escândalos de corrupção associados ao partido de centro-direita PSDB (ibidem, pp. 209-10).

A partir das discussões apresentadas, é possível perceber a influência que o enquadramento da política pela mídia interfere na prática política e na percepção que a população tem dela. Embora o campo da comunicação política seja palco de disputa simbólica entre a imprensa dos grandes grupos comunicacionais e as mídias alternativas, o primeiro grupo demonstra, ao longo da história, ter capacidade maior de influência no que tange à dominação das mentes das pessoas através de seus discursos, que circulam em redes muito amplas, resultado de sua condição hegemônica. O *impeachment* de Dilma Rousseff foi um momento em que essa disputa simbólica – assimétrica – no campo comunicacional brasileiro se deu de forma ainda mais explícita, claramente marcada pela polarização da sociedade existente desde 2013.

### **3) O enquadramento hegemônico: a construção do antipetismo**

O oligopólio midiático implica em graves problemas para a qualidade da democracia por dificultar a difusão de valores e visões de mundo que divergem dos interesses dos donos da mídia. Segundo dados do projeto MOM (2017b), cinco grupos comandados majoritariamente por homens brancos da elite econômica controlam mais da metade dos veículos de comunicação, concentrando, assim, a mídia de maior audiência no Brasil. Considerando, ainda, que muitos desses grupos detêm relações estreitas com atores da política institucional (2017c), é possível perceber como a democracia brasileira é vulnerável à visão de mundo desses agentes.

A título de curiosidade, a concentração de audiência da grande mídia é estruturada da seguinte maneira:

**“Cinco grupos ou seus proprietários individuais concentram mais da metade dos veículos:** 9 pertencem ao Grupo Globo, 5 ao Grupo Bandeirantes, 5 à família Macedo (considerando o Grupo Record e os veículos da IURD, ambos do mesmo proprietário), 4 ao grupo de escala regional RBS e 3 ao Grupo Folha. Outros grupos aparecem na lista com dois veículos cada: Grupo Estado, Grupo Abril e Grupo Editorial Sempre Editora/Grupo SADA. Os demais grupos possuem apenas um veículo da lista. São eles: Grupo Sílvio Santos, Grupo Jovem Pan, Grupo Jaime Câmara, Diários Associados, Grupo de Comunicação Três, Grupo Almicare Dallevo & Marcelo de Carvalho, Ongoing/Ejesa, BBC – British Broadcasting Corporation, EBC – Empresa Brasil de Comunicação, Publisher Brasil, Consultoria Empiricus, Grupo Alfa, Grupo Mix de Comunicação/Grupo Objetivo, Igreja Renascer em Cristo, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Católica/Rede Católica de Rádio e INBRAC – Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã” (MOM, 2017b, grifos no original).

Vários estudos de mídia e política geralmente se voltam para a investigação dos posicionamentos da “grande mídia”, entendida na maior parte das pesquisas como os jornais impressos *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* (apelidado de *Estadão*), as revistas semanais *Veja*, *Época* e *IstoÉ* e o telejornal da Rede Globo *Jornal Nacional*<sup>6</sup>. Os jornais impressos e as revistas semanais apresentam uma longa trajetória no campo do jornalismo brasileiro, tendo se estabelecido no topo das listas das publicações mais vendidas do país em seus respectivos nichos de mercado. Por sua vez, o telejornal é o programa de notícias de maior audiência da televisão brasileira até os dias de hoje. Dessa maneira, os grupos de que esses veículos fazem parte dispõem de uma capacidade de influência muito forte no campo da política. Os posicionamentos tomados pelos jornais impressos no decorrer da história política brasileira demonstram uma aproximação com posicionamentos enquadrados no espectro do liberal-conservadorismo (Azevedo, 2018, p. 274-8), com uma forte rejeição a posicionamentos de esquerda. Essa aproximação é seguida pelos outros veículos citados, o que leva alguns pesquisadores a os denominarem de “imprensa liberal-conservadora” (Goldstein, 2016).

Não obstante, é comum a utilização da expressão “Partido da Imprensa Golpista”, popularizada pelo jornalista Paulo Henrique Amorim, por pessoas de esquerda, principalmente petistas, para fazer referência aos veículos da grande mídia, devido à sua tendência antipetista (Van Dijk, 2017, p. 204). O termo também faz alusão à proximidade de

---

<sup>6</sup> Os grupos que controlam esses veículos se encontram listados na citação acima, sendo eles: Grupo Globo, proprietário do jornal *O Globo*, da revista *Época* e do *Jornal Nacional*; Grupo Folha, dono da *Folha*; Grupo OESP, proprietário do *Estadão*; Grupo Abril, dono da *Veja*; e Grupo de Comunicação Editora Três, proprietário da *IstoÉ*.



alguns dos meios de comunicação com o governo militar, como os três jornais citados, que apoiaram o golpe e o regime militar por bastante tempo (Azevedo, 2018, pp. 274-7). As críticas a essa expressão se resumem ao argumento de que a mídia estaria fazendo o papel de “cão de guarda” do sistema político ao veicular constantemente escândalos de corrupção associados aos governos do PT. De maneira oposta, a revisão bibliográfica da atitude da grande mídia em períodos eleitorais e na cobertura de escândalos políticos demonstra o viés partidário na cobertura política, geralmente privilegiando políticos e partidos antipetistas (Azevedo, 2018; Goldstein, 2016; Feres Júnior & Sassara, 2016; Feres Júnior et al., 2014; Neves Souza, 2011; Aldé & Vasconcellos, 2008).

Nesta seção, veremos como, no caso do *impeachment* de Dilma Rousseff, a grande mídia reproduziu sua tendência histórica de enquadrar negativamente a esquerda política, especialmente o PT, o que foi um elemento essencial que possibilitou que o processo ocorresse mesmo sem fato jurídico que o justificasse. Antes de tudo, discute-se a atuação da grande mídia em contextos eleitorais durante o novo período democrático (1989-2014). Em seguida, parte-se para a compreensão das estratégias de enquadramento utilizadas pelos grandes jornais e revistas nacionais no contexto do Golpe de 2016.

### *3.1. Os posicionamentos midiáticos em contextos eleitorais*

As pesquisas mais recentes de mídia e política referentes a períodos eleitorais têm se desenvolvido de duas principais maneiras: pela metodologia da valência ou pela abordagem do enquadramento. A primeira remete ao reconhecimento da valoração dada pelos meios de comunicação a determinados personagens ou temas políticos nas notícias, manchetes ou capas das publicações, ao passo que a segunda concerne à compreensão dos quadros utilizados na construção das notícias veiculadas, como já vimos anteriormente. Na metodologia da valência, a valoração é apreendida pelo exame do conteúdo da unidade de análise e a subsequente codificação nas categorias neutro, positivo, negativo ou ambivalente. A partir disso, é possível desenvolver análises acerca da atuação da mídia com relação a certos temas/personagens ao longo do tempo.

A pesquisa de Fernando Azevedo (2018) é um exemplo de trabalho que reuniu as duas abordagens na compreensão da atuação dos jornais *O Globo*, *Estadão* e *Folha* frente ao PT desde as eleições de 1989 até as eleições de 2014. A análise de valência do autor atestou a predominância de editoriais de cunho negativo relacionados ao partido, geralmente acima de

60% - com relação aos editoriais neutros e positivos - por período eleitoral, com exceção do ano de 2002 (ibid., p. 285), no qual o primeiro e o terceiro jornal teriam dado uma “trégua” a Lula em virtude de sua “Carta aos brasileiros” (ibid., p. 279). Nesse sentido, o cientista político refuta o argumento da mídia como “cão de guarda” do sistema político, devido ao claro viés negativo com relação ao partido de centro-esquerda que *precedeu* a sua ascensão ao governo (ibid., p. 285). Com relação à investigação dos enquadramentos ou “pacotes interpretativos”, foi possível perceber que entre 1989 e 2002 os jornais apresentaram de forma predominante enquadramento de cunho ideológico com críticas ao “esquerdismo radical e populista” do PT (ibid., p. 286). O período de 2006 a 2014, marcado pelos escândalos do Mensalão e do Petrolão, foi definido preponderantemente pelo enquadramento moral do partido como “uma organização corrupta que se utiliza de meios ilícitos para manter o seu projeto de poder” (ibid., p. 286), embora a associação com o populismo continuasse ocorrendo de vez em quando. O autor explica que os enquadramentos “corrupto” e “populista” vinham associados ao conceito de “lulopetismo”, usado por colunistas de direita desde o Mensalão com uma conotação negativa que retoma o sentido, com significante atualizado, da expressão “varguismo”, “empregada para desqualificar politicamente os trabalhistas brasileiros nos anos 1950 ou o populismo sindicalista nos anos 1960” (ibid., p. 280). Nessa perspectiva, cabe destacar a conclusão final de seu trabalho:

“Em síntese, os dados sobre as valências e os pacotes interpretativos mostram que os editoriais da grande imprensa foram predominantemente negativos, tanto no período pré-governamental quanto no governamental do PT no plano federal, e que os enquadramentos dominantes (radical/corrupto) acionados nos dois momentos estruturaram uma narrativa crítica que (...) foi acionada também no passado contra as forças políticas de centro-esquerda no período do governo democrático de Vargas (1951-1954) e no breve governo Jango (1961-1964). Nesse sentido, é possível caracterizar a atuação da grande imprensa diária através do conceito de paralelismo político e sugerir que seu antipetismo tem raízes ideológicas, numa visão política liberal que se opõe às ideias nacionalistas, estatistas e desenvolvimentistas do trabalhismo no passado e do petismo no presente” (ibid., p. 287).

Os dados produzidos pela equipe do projeto Manchetômetro<sup>7</sup> realizado pelo Laboratório de Estudos da Mídia e Esfera Pública (LEMEP) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) têm trazido importantes revelações para os estudos de mídia e política no Brasil a partir da metodologia da valência. Feres Júnior e Sassara (2016), pesquisador e pesquisadora do projeto, realizaram uma revisão

---

<sup>7</sup> Segundo o site do projeto “O Manchetômetro é um website de acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política e não tem qualquer filiação com partido político ou grupo econômico”. Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/>. Acesso em: 28 fev 2019.

bibliográfica dos principais escândalos políticos veiculados pela grande imprensa em contextos eleitorais desde as eleições de 1989 até as eleições de 2006, aliada à análise dos dados do Manchetômetro acerca das eleições de 2010 e 2014. A eleição que levou Fernando Collor à presidência foi fortemente marcada pela atuação midiática, em razão da imagem de “caçador de marajás” que o político havia estabelecido na grande mídia durante sua gestão no Governo de Alagoas (1987-89). Interessados na agenda econômica do candidato, os principais veículos de comunicação passaram a privilegiar sua campanha e deslegitimar seus concorrentes, especialmente Lula. Além da edição tendenciosa do debate entre Lula e Collor pelo *Jornal Nacional* naquele ano, a grande imprensa tentou associar o sequestro do empresário Abílio Diniz ao PT, com a manipulação da situação por parte da polícia e da mídia, o que pode ser entendido como o “primeiro grande escândalo político com claras implicações eleitorais” de acordo com o pesquisador e a pesquisadora (ibid., p. 209). Além disso, logo nos primeiros anos do governo Collor, a mídia divulgou vários escândalos de corrupção, dentre eles o “escândalo PC Farias”, que levou à renúncia do então presidente e a cassação de seus direitos políticos por oito anos (ibid., p. 209). Esse episódio demonstrou como a “imprensa faz e desfaz um presidente”, como demonstrado por Lattman-Weltman, Carneiro e Ramos (1994).

No contexto das eleições presidenciais de 1994 e 1998, os escândalos políticos tiveram pouca visibilidade na grande mídia. Ademais, a partir do primeiro pleito, a polarização PT-PSDB começou a ganhar contornos. O ano que Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, foi eleito apresentou somente um escândalo ministerial do governo Itamar Franco – do qual ele fazia parte como Ministro da Fazenda – que não repercutiu muito nos noticiários, apesar de ter sido utilizado na campanha de Lula contra FHC; enquanto o ano de reeleição do peessedebista demonstrou esvaziamento do debate político pela grande mídia e silêncio por parte dela frente ao escândalo de corrupção da compra de votos de FHC para aprovar a emenda da reeleição noticiado pela *Folha* (ibid., p. 209-10). Além disso, Feres Júnior et al. (2014) comparam em outra pesquisa as valências direcionadas aos candidatos situacionistas das eleições de 1998 e 2014 por meio da análise das capas da *Folha*, do *Estadão* e d’*O Globo* e de toda a cobertura do *Jornal Nacional*. Ao testarem a hipótese de que a mídia teria agido como “cão de guarda” do sistema político, ou seja, atuado como um “contrapoder”, as autoras e os autores concluíram que “a grande mídia não só não foi contrapoder na eleição de 1998, mas foi francamente situacionista”, sendo que “assim, a grande imprensa é quatro vezes mais

“contrapoder” no caso da candidatura do PT do que foi para a do PSDB em 1998” (ibid., p. 58). Dessa maneira, convergem com outras pesquisadoras e outros pesquisadores no entendimento de que a grande mídia atuou por meio de viés antipetista tanto em contextos eleitorais, quanto na cobertura de escândalos de corrupção.

A eleição de 2002, que consagrou Lula na presidência, apresentou poucos escândalos políticos em comparação com as eleições que a seguiram, segundo o estudo de Feres Júnior e Sassara (2016). Os principais escândalos foram associados com mais frequência ao PT<sup>8</sup>, embora tenham aparecido alguns escândalos relacionados a outros políticos, nunca associados ao governo ou ao PSDB (ibid., p. 210). A agenda midiática durante esse pleito se voltou para uma tentativa de manutenção dos compromissos econômicos firmados no governo FHC (Feres Júnior & Sassara, 2016, p. 210; Neves Souza, 2011), o que se refletiu na “Carta aos brasileiros” de Lula, principal candidato da oposição. Neves Souza atesta que 2002 foi marcado pelo discurso do “medo da mudança” proferido pelo candidato da situação, José Serra, e sua base aliada e reproduzido pelo *Jornal Nacional*. Nessa perspectiva, a autora percebe um privilegiamento imagético e verbal de José Serra, ao passo que os candidatos com agendas divergentes da política econômica do governo tiveram que lidar com a negatividade associada ao medo da mudança reproduzido pelo telejornal (ibid., p. 279).

Em 2006, a polarização PT-PSDB já é uma realidade consolidada e a escandalização da política é uma prática amplamente empregada pela grande imprensa. Diretamente afetada pelo escândalo do Mensalão de 2005, a disputa eleitoral que firmou Lula em mais um mandato apresentou uma cobertura claramente antipetista baseada na desqualificação de Lula por parte da grande mídia, conforme aponta a literatura acadêmica (Feres Júnior & Sassara, 2016, p. 210). O Mensalão é caracterizado pela autora e pelo autor como o “escândalo de corrupção mais publicizado da história do país” (ibid., p. 210).

As eleições de 2010 e 2014 também foram marcadas pela polarização PT-PSDB. A eleição da primeira vitória de Dilma foi caracterizada pelo privilegiamento da imagem do principal contendor, José Serra, pela grande mídia. Neves Souza (2011) comparou a cobertura dada pelo *Jornal Nacional* aos candidatos situacionistas e opositoristas das eleições de 2002 e 2010 e constatou que, em ambos os casos, a mídia enquadrou de forma mais positiva o candidato José Serra, situacionista no primeiro pleito e opositorista no segundo, do que o

---

<sup>8</sup> A saber: o assassinato do prefeito da cidade de Santo André, Celso Daniel, e o “Bunker Petista”. Cf Feres Júnior & Sassara (2016, p. 210).

candidato e a candidata do PT. A cobertura do telejornal em 2010 privilegiou Serra, ao mesmo tempo que enquadrou o partido de centro-esquerda e o governo Lula de forma negativa com a veiculação constante de escândalos relacionados ao partido e a desqualificação pessoal de Lula (ibid., p. 179). O direcionamento recorrente de matérias que favoreciam a candidatura de Serra, aliado da baixa exploração de escândalos do PSDB em relação ao PT demonstraram o viés partidário da grande imprensa no que tange à cobertura política naquele ano. Esse segundo ponto se constituiu da veiculação de cinco escândalos do PT contra um do PSDB e da diferença expressiva entre o número de matérias sobre escândalos petistas em relação ao número de matérias do escândalo tucano (Feres Júnior & Sassara, 2016, p. 214).

A cobertura da eleição de 2014 se desenrolou de maneira semelhante à eleição anterior, com a preferência da grande mídia pela visibilização de escândalos de corrupção do PT (principalmente os associados à Operação Lava Jato) em relação aos escândalos de corrupção do PSDB e de Aécio Neves, principal adversário de Dilma (ibid., p. 221; Feres Júnior et al, 2014), que foram mais noticiados por mídias alternativas<sup>9</sup>. Essa estratégia de atribuir a culpa da corrupção do país ao poder executivo comandado pelo PT ou à esquerda, sem a devida crítica do sistema político foi denominada de “fulanização da corrupção” por Jessé Souza (2016). Além disso, Feres Júnior et al (2014, p. 55) constataram a existência de quantidade muito maior de capas de valência negativa relacionadas a Rousseff do que a seu adversário peessedebista e a Eduardo Campos e Marina Silva<sup>10</sup>, do PSB. Como vimos na comparação de Feres Júnior et al. (2014, p. 58) dessa eleição com a de 1998, a grande imprensa agiu como “contrapoder” somente contra o governo Dilma, tendo privilegiado sistematicamente a imagem de FHC na sua disputa pela reeleição.

A partir do exposto, é possível depreender o viés antipetista da grande mídia na cobertura de disputas eleitorais e, principalmente, na sua estratégia de “fulanização da corrupção”. Entretanto, para compreender detalhadamente como a imprensa liberal-conservadora atuou no contexto do Golpe de 2016, é necessário voltarmos até o ano de 2013.

### *3.2. A grande mídia e o impeachment*

---

<sup>9</sup> Os principais escândalos relacionados a Aécio Neves e ao PSDB nesse período foram o escândalo do Aeroporto de Cláudio e o Mensalão Tucano. Cf Feres Júnior & Sassara, 2016.

<sup>10</sup> No dia 13 de agosto de 2014, Eduardo Campos morre na queda de seu jatinho e Marina Silva passa a ser a candidata da chapa do PSB.

As Jornadas de Junho de 2013 deram abertura a importantes mudanças na sociedade brasileira recente. Pessoas de diversas identidades da esquerda radical à direita conservadora se mobilizaram nas ruas reivindicando uma grande diversidade de pautas, o que resultou numa onda de protestos que duraram vários dias em múltiplas partes do país sem orientação nem liderança definidas. Todavia, o germe dessa movimentação remonta às manifestações do *Movimento Passe Livre* (MPL) contrárias ao reajuste de vinte centavos da tarifa de transporte público da capital paulista. O volume de pessoas nos atos começou a crescer no dia 13 de junho, devido à comoção causada pela divulgação da violência empregada pela Polícia Militar paulistana nas redes sociais das pessoas participantes dos protestos. Os atos continuaram pipocando por todo o Brasil, mesmo após a redução da tarifa e da retirada do MPL da liderança do movimento. Esse fenômeno das Jornadas marcou o campo da comunicação brasileira devido à divergência da cobertura dos protestos por parte da grande mídia com relação às imagens disseminadas na internet por pessoas por meio de vídeos e fotos tirados de seus celulares ou por mídias alternativas, como o *Mídia Ninja*.

É a partir desse acontecimento que a imprensa hegemônica se engaja mais fortemente na desestabilização do governo Dilma Rousseff. Jessé Souza (2016) analisa a cobertura dada pelo *Jornal Nacional* às passeatas e constata a mudança no enquadramento das manifestações quando o telejornal percebeu o potencial de pressão contra o governo dos vultuosos atos. No início das movimentações, o discurso da Rede Globo era de rejeição dos protestos em razão do “vandalismo” das/os manifestantes. A partir do dia 17 de junho, o *JN* passa a denunciar a violenta repressão policial dos atos, ao mesmo tempo que começa a veicular a derrubada da PEC 37/2011<sup>11</sup> como uma das principais pautas do movimento. Contudo, nos dias finais das manifestações, o noticiário retoma o enquadramento negativo associado ao vandalismo, sobretudo com o aparecimento acentuado de *black blocs* nos atos. De qualquer maneira, segundo o sociólogo, o telejornal se apropria da pauta da PEC de modo a criar as bases para o “namoro entre a mídia e o aparelho jurídico-policial do Estado” (ibid., p. x), elemento fundamental do golpe parlamentar contra Dilma. Sem embargo, a estratégia de “fulanização da corrupção” nas mãos do PT foi novamente empregada, na medida em que o telejornal enquadrou todos os diversos problemas, e principalmente a corrupção, expressos nas demandas individuais das/os manifestantes como culpa da má gestão petista – o que

---

<sup>11</sup> A PEC 37/2011 foi um projeto de emenda à Constituição que tornava exclusivo o poder de investigação criminal às polícias federal e civil, o que desagradou membros do Ministério Público (MP). A proposta foi rejeitada pelo plenário da Câmara dos Deputados no dia 25 de junho.

obviamente é impossível numa república federativa com tripartição dos poderes. A partir disso, pessoas da fração conservadora da classe média – que tradicionalmente pouco se mobilizavam nas ruas – começaram a se envolver em maior quantidade nos atos e, assim, o *JN* passou a divulgar quase diariamente pesquisas de avaliação do governo demonstrando quedas na popularidade da presidenta. Essa cobertura baseada no discurso da anticorrupção seletiva acabou por criminalizar a política, de tal modo que antipartidarismo e antipolítica passaram a ser sentimentos disseminados nos atos, especialmente entre as pessoas de direita que retornariam às ruas nas manifestações pró-*impeachment* de 2015.

Na verdade, Souza (ibid., cap. 2) entende que o momento que a classe média conservadora passou a compor mais ativamente as Jornadas foi o ponto em que a grande mídia começou a estabelecer uma “aliança” com essa classe na empreitada antipetista, criando, assim, a “base social” que legitimaria o golpe vindouro. A partir de então, o *JN* se engaja na criação de uma “nova estética” e uma “nova moral” para os movimentos de direita que surgiram em contraposição ao governo Dilma, representantes dos interesses e do preconceito de classe dos donos da mídia. A “nova estética” se refere à associação com a camisa da seleção brasileira e a bandeira nacional e a “nova moral” concerne à narrativa da classe média como protagonista na luta por melhores serviços públicos e contra a corrupção – especificamente a corrupção da esquerda, diga-se de passagem.

O autor reconhece esse processo como parte da tentativa da classe média de buscar mais símbolos de distinção das classes mais baixas, ou seja, a classe trabalhadora em situação de precariedade e a classe de pessoas excluídas da vida pública devido às condições de miséria. Num país de tradição escravocrata como o Brasil, as classes mais altas, isto é, a elite endinheirada e a classe média, vivem repletas de privilégios e símbolos de distinção frente às classes da base da estrutura social, evidenciados pelo desprezo que parte das pessoas dessas classes privilegiadas apresenta com relação à pobreza. Nesse contexto, a principal forma de distinção da classe média é a concentração de capital cultural que leva seus componentes a ocuparem espaços e profissões de maior prestígio do que as pessoas da classe trabalhadora. Nesse sentido, essa classe dispõe da prerrogativa de compor a elite intelectual brasileira com o poder de formulação dos discursos que legitimam a dominação das classes altas, já privilegiadas pela nossa herança escravocrata pouco questionada pela intelectualidade. Para Jessé Souza, os governos petistas acionaram o medo da classe média de perder seus privilégios devido às políticas de inclusão social iniciadas no primeiro governo Lula. Os

programas de assistência social aliados da política de cotas para o ensino superior levaram as classes baixas a aumentar sua renda e, conseqüentemente, seu consumo e a ocupar espaços que antes não ocupavam, como aeroportos, *shoppings* e principalmente universidades públicas.

Aterrorizada com a perda de seus privilégios, a classe média conservadora “comprou” o enquadramento midiático hegemônico do Partido dos Trabalhadores como a raiz de toda a corrupção e degradação da política brasileira e começou a se pautar na desqualificação do voto no PT como forma de distinção (Souza, *ibid.*, cap. 2). No que tange a esse ponto, Teun A. van Dijk (2017) argumenta que a classe média ainda apresentava um “ressentimento de classe” em razão do sucesso de Lula, visto como o presidente operário-metalúrgico sem ensino superior, o que facilitou a aceitação da narrativa midiática, visto que o antipetismo já era um sentimento praticamente consolidado entre as parcelas mais conservadoras. Assim, essa fração da classe média passa a se entender como o bastião da moralidade e se engaja na luta contra “toda” a corrupção do país – representada pelo petismo – nas eleições de 2014, afetadas pelos desdobramentos da Operação Lava Jato. A polarização eleitoral PT-PSDB se intensifica a tal ponto que a luta de classes da sociedade brasileira se torna muito mais explícita com a distribuição dos votos de cada candidato: enquanto os votos de Aécio Neves se encontraram mais fortemente na região Centro-Sul – com exceção de Minas Gerais, estado em que foi governador – e nos centros urbanos, os votos de Dilma Rousseff se concentraram nas regiões Norte e Nordeste e nas periferias dos principais centros urbanos<sup>12</sup>. Embora esses lugares tenham sido muito beneficiados pelas políticas sociais petistas por meio de um modelo de desenvolvimento baseado no incentivo ao consumo, é necessário apontar que a classe dos endinheirados também se beneficiou muito dos governos petistas, especialmente durante a presidência de Lula.

A política de conciliação de classes inaugurada pelo PT em 2003 melhorou consideravelmente o padrão de vida de pessoas das classes baixas, ao mesmo tempo que apresentou benesses à elite econômica, em especial os ramos do capital financeiro e do latifúndio agropecuário. Não obstante, alguns setores da classe média também se beneficiaram nos primeiros anos dos governos petistas devido ao baixo preço do dólar. Os governos Lula foram marcados por um período bastante favorável no âmbito internacional e, sobretudo, na área econômica, graças à alta nos preços das *commodities*, fato que trouxe muito lucro para o

---

<sup>12</sup> Dilma ganhou as eleições com 51,64% dos votos válidos contra 48,36% de Aécio.



topo da estrutura social brasileira, revigorou o crescimento do PIB e, por conseguinte, favoreceu a consecução das políticas sociais almejadas. Essas políticas não afetavam diretamente os privilégios da classe dos endinheirados e a economia seguia crescendo de modo estável, portanto, essa classe manteve uma boa relação com os primeiros governos petistas, mesmo com o lento avanço de pautas progressistas. Dessa maneira, principalmente por causa da estabilidade econômica do governo Lula, as tentativas de desqualificação do “lulopetismo” por parte da grande mídia baseadas na “fulanização da corrupção” iniciadas pelo escândalo do Mensalão de 2005 não vingaram.

Entretanto, o bom relacionamento não durou por muito tempo. Quando Dilma começou a baixar a taxa de juros, em 2012, com o objetivo de se aproximar da burguesia industrial do país, os endinheirados, e nomeadamente a fração pertencente ao rentismo, passaram a rejeitar o governo (Souza, *ibid.*, p. y). Os anos que se seguiram foram palco da desaceleração do crescimento econômico e do auge da estratégia de “fulanização da corrupção” pela grande imprensa, o que contribuiu para o declínio das taxas de confiança nas instituições políticas e no próprio governo, além de intensificar a polarização da sociedade. Indignada com a derrota do presidenciável tucano em 2014, a ala conservadora das classes altas voltou a encher as ruas a partir de março de 2015 nas manifestações pelo *impeachment* de Rousseff. A partir daí, o campo do jornalismo brasileiro explodiu na disputa de enquadramentos entre os poderosos meios de comunicação de massa e a imprensa contra-hegemônica acerca da movimentação pró *impeachment*. A mídia liberal-conservadora se manteve na narrativa da heroicização da classe média como o verdadeiro povo brasileiro unido na luta contra a corrupção petista, liderada pelo juiz Sérgio Moro (Souza, *ibid.*, cap. 2; Van Dijk, 2017), desestabilizando, assim, o governo da presidenta logo no período conhecido na ciência política como “lua de mel”<sup>13</sup>. No caso da petista, a sua “lua de mel” foi, na verdade, uma tentativa de “terceiro turno” da oposição peessedebista com a ajuda da estratégia de total moralização da agenda pública empregada pela grande imprensa (Feres Júnior & Sassara, 2018; Goldstein, 2016). Nessa perspectiva, a mídia hegemônica age como partido opositor com uma cobertura totalmente espetacularizada do processo de deposição da presidenta com o direcionamento da cobertura negativa à base petista (Souza, 2016; Goldstein, 2016; Teixeira et al., 2017; Oliveira, 2016; Cardoso & Souza, 2016).

---

<sup>13</sup> “Lua de mel” é um conceito utilizado na Ciência Política para descrever os primeiros meses do mandato presidencial, em que a oposição parlamentar dá espaço para o Poder Executivo tomar suas primeiras ações sem grande resistência.

Diante desse quadro, Souza (2016) destaca a formação de uma coalizão da direita parlamentar derrotada, liderada inicialmente por Aécio Neves, que seguiu como presidente do PSDB e como Senador, com a mídia antipetista, a classe dos endinheirados e setores da classe média conservadora, dentre eles parte do “aparelho jurídico-policial do Estado”, constituída por funcionários da Polícia Federal e do Judiciário associados à Operação Lava Jato. Por fim, boa parte do PMDB, antes parte da base governista, passa a apoiar explicitamente a deposição da presidenta após o rompimento oficial do então Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) com o governo em julho de 2015. A base social que legitimava os constantes pedidos de *impeachment* de Dilma solicitados por essa base oposicionista foi a classe média que saiu às ruas com frequência pelo “Fora, Dilma”.

Como já discutido, esse processo não foi isento de resistência. Uma grande quantidade de pessoas da classe média progressista e da classe trabalhadora também saiu às ruas em defesa do mandato de Dilma Rousseff nos atos “pró democracia” e “contra o golpe” em 2015 e em 2016. Contudo, a revisão de bibliografia referente aos enquadramentos da imprensa liberal-conservadora no contexto do movimento pelo *impeachment* levou ao reconhecimento de que uma das primeiras estratégias de enquadramento utilizadas por ela foi a de minimização e deslegitimação das manifestações pró democracia, em contraste com a cobertura positiva e detalhada dos atos pró *impeachment* (Oliveira, 2016; van Dijk, 2017). Os protestos de direita foram mais explorados nas páginas dos jornais impressos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e no portal de notícias *GI* do Grupo Globo do que seus adversários, com várias matérias sobre os atos, fotos aéreas amplas e a proeminência de grandes números para “superdimensionar” o apoio popular ao *impeachment*. Por outro lado, as manifestações de esquerda tiveram poucas matérias de apresentação, fotos com ângulos mais fechados e a saliência de números baixos para constatar o enquadramento de baixa aprovação da presidenta (Oliveira, 2016, p. 86). Van Dijk (2017, pp. 223-5) afere a mesma técnica de “inflação” dos números como uma das “estratégias populistas” de representação manipulada dos movimentos pró *impeachment* realizadas pelos editoriais do jornal *O Globo* com o objetivo de influenciar a opinião pública no sentido da deflagração de manifestações massivas de rua. Além dessa técnica, o jornal enquadrou os atos como sendo dirigidos somente contra o PT, Dilma e Lula, quando na verdade também eram uma expressão da demanda do fim da corrupção na política. Ademais, enquadrou negativamente as

manifestações pró democracia, descrevendo-as como “agitação”, “agressivas” e “contra o país”.

A cobertura extremamente negativa de tudo relacionado ao Partido dos Trabalhadores se deu no meio de uma narrativa dramática do bem contra o mal, dos mocinhos contra os vilões, dos honestos contra os corruptos. Os “heróis” dessa narrativa eram representados pela Operação Lava Jato sob liderança do então juiz de primeira instância Sérgio Moro e os parlamentares pró *impeachment* em sua empreitada contra os “bandidos” do PT, particularmente Dilma e Lula, sistematicamente associados a escândalos de corrupção e pessoalmente desqualificados (van Dijk, 2017, pp. 215-20; Campos & Cardoso, 2017, pp. 10-2; Mendes, 2018, pp. 269-73). Em contraste à cobertura negativa do partido de centro-esquerda, o padrão de cobertura mais positiva do senador Aécio Neves e de seu partido percebido nas eleições de 2014 se manteve no período pós-eleitoral com a constante minimização dos escândalos associados ao tucano por parte do *Estadão*, *d’O Globo*, do *Jornal Nacional* e, em menor grau, da *Folha*<sup>14</sup> (Feres Júnior & Sassara, 2016; idem, 2018). O viés negativo associado ao petismo se fortaleceu ainda mais com a preferência pela veiculação de vozes favoráveis à deposição da presidenta e a pouca abertura dada à defesa da base governista (idem, 2018). Não obstante, a utilização de pressuposições, suspeitas e acusações não comprovadas das delações da Lava Jato como fatos intensificou a cobertura negativa, além de dificultar a compreensão plena das informações divulgadas (Dijk, 2017, pp. 215-8).

Associadas a isso, a legitimação do *impeachment* pelo argumento da sua previsão constitucional e a desqualificação das denúncias de golpismo da base governista – repetidas pela imprensa brasileira contra-hegemônica e pela imprensa internacional – também foram estratégias de enquadramento que prejudicaram o campo progressista (Campos & Cardoso, p. 14; van Dijk, 2017, pp. 221-3). Van Dijk (ibid., p. 221) argumenta que a deslegitimação das acusações de golpe dos editoriais do jornal *O Globo* se baseou somente em afirmações de cunho emocional sem embasamento argumentativo, possivelmente devido à ausência de fato jurídico válido que justificasse o pedido de *impeachment*. Essa técnica também foi utilizada para favorecer a estratégia de autolegitimação do jornal em questão como bastião do “jornalismo profissional” que, à linha de frente das investigações da Lava Jato, estaria

---

<sup>14</sup> Conforme Feres Júnior & Sassara (2016), a *Folha* apresentou mais escândalos tucanos do que os outros jornais na eleição de 2014.

orgulhosamente exercendo seu papel de “protetor da constituição”, ao mesmo tempo que buscava se proteger das acusações de parcialidade e desinformação (ibid., p. 218).

Essa invalidação do discurso do golpe como “delírio coletivo” petista converge com a estratégia de desqualificação pessoal de Lula e Dilma. Os enquadramentos negativos d’*O Globo* contra a presidenta e o ex-presidente são carregados de elementos linguísticos da retórica anticomunista clássica (ibid., p. 215), associados a valores elitistas e misóginos. No que tange à misoginia, é necessário elucidar alguns pontos. Em primeiro lugar, a questão do “*gaslighting*” da cobertura midiática. Antes de tudo, essa expressão se refere a uma forma de manipulação psicológica abusiva que objetiva levar um indivíduo ou grupo de indivíduos a questionar sua capacidade cognitiva em benefício do indivíduo manipulador. O termo foi muito reproduzido nas redes sociais nos últimos tempos em razão das denúncias dos movimentos feministas dessa prática como instrumento de violência contra as mulheres, na medida que desqualifica a mulher manipulada pela sua associação com um descontrole emocional ou mental. O machismo e a misoginia midiáticos se estamparam mais emblematicamente nos dias que antecederam a votação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados no site da *Veja*, no site *TV Estadão* e na edição 2.417/2016 da revista semanal *IstoÉ* (Pessoa do Amaral & Arias Neto, 2017; Cardoso & Souza, 2016). Na edição do dia 06 de abril de 2016 cuja capa figura abaixo, a *IstoÉ* buscou desqualificar Dilma Rousseff como “Uma Presidente Fora de Si”, título da matéria principal que, associada com fotos descontextualizadas estampadas na capa<sup>15</sup> e nas páginas da revista, teve como intenção rotular a presidenta de emocionalmente descontrolada e histérica e, por conseguinte, definir que seu espaço não era no cargo de liderança da política nacional, além de criticar sua aparência pessoal – o que jamais foi registrado com presidentes homens (Cardoso & Souza, 2016, pp. 57-61). De outra maneira, com matérias que apresentavam mulheres “belas, recatadas e do lar” como Marcela Temer, a esposa do então presidente interino Michel Temer<sup>16</sup>, os dois primeiros veículos de comunicação enalteceram estereótipos de como mulheres – especificamente as brancas de classes altas – deveriam se portar com relação à política, numa perspectiva de domesticação dos corpos femininos (Pessoa do Amaral & Arias Neto, 2017, pp. 61-3). Pessoa do Amaral e Arias Neto argumentam que atitudes como essas demonstram a

---

<sup>15</sup> A foto da capa da edição citada da *IstoÉ* foi retirada de um jogo da Copa do Mundo de 2014 em que Dilma esteve presente na torcida.

<sup>16</sup> No dia 18 de abril de 2016, a revista *Veja* publica em seu site matéria intitulada “Bela, recatada e do lar” para apresentar a primeira-dama do interino Michel Temer, que havia ascendido ao cargo no dia anterior (17) com a vitória do “sim” na votação do *impeachment* na Câmara.

“perversidade” dirigida às mulheres no âmbito da política, afetando diretamente a qualidade do debate público democrático, tendo em vista que desloca do centro da agenda problemas políticos relevantes para trazer à tona valores e emoções misóginos que buscam expulsar as mulheres da esfera pública e enclausura-las na esfera privada (ibid., pp. 69).

**Figura 1 – Capa da edição 2.417/2016 da *IstoÉ***



Fonte: IstoÉ (2016).

**Figura 2 – Matéria do portal de notícias da *Veja* Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”**

A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice

Por: Juliana Linhares © 18/04/2016 às 19:14 - Atualizado em 18/04/2016 às 19:14



Fonte: Veja (2016).

Com isso e considerando, ainda, que, no dia 17 de abril de 2016, a mesma direita parlamentar que dedicou orgulhosamente seus votos favoráveis ao *impeachment* para Deus,

suas famílias ou até mesmo para o ex-coronel que torturou Dilma no regime militar<sup>17</sup> compõe a parcela reacionária do Congresso engajada contra a suposta “ideologia de gênero”, não é de se espantar a conclusão de que o Golpe de 2016 foi marcado não somente pelo classismo racista, mas também por uma reação patriarcal e misógina da elite masculina branca e heterocisnormativa. Não foi só a melhora de vida das classes baixas majoritariamente negras que causou desconforto nos setores conservadores da sociedade brasileira. Os movimentos feministas e o movimento LGBT se beneficiaram do clima progressista favorável dos governos petistas com o ganho de alguns direitos sociais e o conseqüente aumento de sua visibilidade na agenda pública. Dessa maneira, conhecimentos obtidos através dos estudos de gênero passaram a ser reproduzidos no cotidiano da sociedade brasileira e até mesmo nas escolas de ensino básico, baseados em ideais de empatia frente à diversidade sexual e de gênero e de empoderamento frente às opressões sistêmicas do patriarcado heteronormativo.

Contudo, esse processo de reconhecimento foi acompanhado da resistência por parte de políticos conservadores, especialmente da “Bancada Evangélica” que se expandiu consideravelmente nas eleições de 2014. Uma das reações ao empoderamento desses grupos foi a retomada da discussão do Projeto de Lei “Escola Sem Partido”, que tem como uma de suas principais bandeiras o banimento da “ideologia de gênero” nas escolas. A própria taxação dos avanços científicos advindos dos estudos de gênero como “ideologia” é, em si mesma, uma estratégia de desinformação carregada da visão de mundo dominante do patriarcado heterocisnormativo que objetiva manter a dominação dos homens brancos cisgênero e heterossexuais frente às pessoas pertencentes a grupos sistematicamente oprimidos. Nessa perspectiva, é possível perceber como o mandato de Dilma também era um incômodo para os setores conservadores da nossa sociedade, o que ficou registrado na misoginia da mídia hegemônica no contexto do *impeachment*. Diante disso, argumento que o discurso antipetista contra Rousseff se intensificou através de sua desqualificação como sujeita política ligada diretamente a valores misóginos, mesmo que a explicitação desses valores não tenha sido tão frequente quanto na estratégia da “fulanização da corrupção”.

Por fim, é necessário apontar a estratégia que configurou oficialmente o “namoro entre a grande mídia e o aparelho jurídico-policia do Estado”: o vazamento seletivo de áudios (Souza, 2016, p. x; Mendes, 2017, p. 272). Segundo Souza, esse “namoro” se deu pela venda

---

<sup>17</sup> Esse foi o caso do atual presidente Jair Bolsonaro, então deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC-RJ).

por parte do aparelho jurídico-policial do Estado de áudios relacionados a Lula e Dilma nas investigações da Lava Jato para a grande imprensa com a intenção de confirmar a narrativa de heroicização de Sérgio Moro e desqualificação do petismo. Esses vazamentos foram promovidos principalmente pelo juiz de primeira instância, conforme divulgado por Christianne Machiavelli, que foi sua assessora por seis anos, em entrevista ao jornal *The Intercept Brasil* (Audi, 2018). No caso da divulgação da ligação grampeada da então presidenta com o ex-presidente antes da sua indicação ao cargo de Ministro da Casa Civil em março de 2016, o Supremo Tribunal Federal dirigiu críticas a Moro por violar o foro privilegiado de Rousseff com motivações partidárias, o que levou o juiz a pedir desculpas por sua atitude (Bulla & Aguiar, 2016), embora tenha admitido em seguida não se arrepender de seu ato (Stochero, 2017). Dada a ilegalidade do vazamento, o jornal *O Globo* utilizou uma estratégia de criação de ressalvas para a publicização dos áudios, de modo a legitimar sua ação, retirar sua responsabilidade legal sobre o acontecimento e manter sua autoapresentação positiva (van Dijk, 2017, p. 216).

Além disso, em análise comparativa do vazamento do áudio em questão com o vazamento da conversa do então Ministro do Planejamento do governo interino Romero Jucá (PMDB-RR) com o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado em maio de 2016, Teixeira et al. (2017) concluem que ambos os casos se pautaram em estratégias semelhantes de cobertura pelo *Jornal Nacional*, dentre elas:

“(...) espetacularização do fato, divulgação descontextualizada dos áudios e de maneira secundária (em uma relação de causa-efeito para o licenciamento do cargo de Ministro do Planejamento), e personificações do problema na figura de Romero Jucá e do combate à corrupção na figura de Sérgio Moro. Há uma convergência, portanto, na construção de uma narrativa legitimadora de uma crise política e da instabilidade no cenário brasileiro” (ibid., p. 119).

O caso que resultou no afastamento de Romero Jucá do cargo de Ministro ocorreu em virtude do conteúdo do áudio gravado antes do golpe, em que afirmou ser necessário “mudar o governo para estancar a sangria”, representada pela Operação Lava Jato e, em consonância com o peemedebista, Machado atestou a urgência de “um acordo nacional” para definir Michel Temer na presidência (Valente, 2016). A descontextualização empregada pelo *JN*, nesse caso, se refere ao enquadramento do conteúdo do áudio como a “primeira crise política do Governo Temer”, apresentado sem uma discussão válida acerca da relevância daquela conversa no contexto do processo de *impeachment* de Dilma (Teixeira et al., ibid., p. 115). No caso do primeiro vazamento, a descontextualização remete à parca discussão acerca das

possíveis motivações de Moro para vazarem para a imprensa um áudio pessoal da presidenta, que já enfrentava dificuldades em razão da crise política causada pela coalizão antipetista.

Diante do exposto, é possível apreender que, mais uma vez, a grande mídia deixou seus enquadramentos de viés antipetista e conservador interferirem no jogo político. Por meios de estratégias discursivas que buscaram deslegitimar Lula, Dilma e o Partido dos Trabalhadores, a imprensa hegemônica agiu como importante engrenagem do processo de deposição da presidenta. Veremos a seguir como se deu a cobertura do processo por uma mídia contra-hegemônica, a *Carta Capital*, para compreender de forma mais detalhada a dinâmica da resistência ao golpe.

#### **4) O enquadramento contra-hegemônico: a denúncia do golpismo**

A *Carta Capital* iniciou sua trajetória no jornalismo brasileiro em agosto de 1994 como revista mensal. Fundada pelos jornalistas Mino Carta, atual editor-chefe, e Bob Fernandes e publicada pela Editora Confiança, a revista passou a ser quinzenal a partir de março de 1996 e semanal depois de agosto de 2001. Suas publicações não se restringem à revista: seu portal de notícias apresenta uma variedade de matérias publicadas nas edições físicas ou não. Idealizada para ser uma voz divergente da voz unívoca da grande mídia, a *Carta Capital* apresenta explicitamente seu posicionamento político alinhado à esquerda. Dessa maneira, o veículo direciona seu conteúdo a um público mais progressista – embora ainda com um perfil elitista de certa forma, devido às recorrentes referências acadêmicas e ao vocabulário rebuscado utilizados em boa parte das matérias.

Uma breve análise dos editoriais publicados no site da *Carta* referentes a disputas eleitorais recentes (2010, 2014 e 2018) demonstra a sua transparente tendência petista. Nos três pleitos, Mino Carta declara o apoio do veículo a Dilma Rousseff em 2010 e 2014 e ao candidato Fernando Haddad (PT-SP) em 2018. Não foi possível analisar os editoriais referentes às eleições de 2002 e 2006<sup>18</sup>, todavia nos editoriais analisados o autor explicita o apoio do Grupo Carta às candidaturas de Lula. Nos textos em questão, o jornalista demonstra fidelidade ao ex-presidente, à candidata e ao candidato “ungidos” por ele e ao Partido dos Trabalhadores, mesmo com críticas a alguns posicionamentos tomados pelas gestões petistas. Além disso, Carta introduz críticas aos adversários de direita, principalmente do PSDB, nas eleições de Dilma e aos “golpistas” de modo geral, na eleição de Haddad, enquadrando-os

---

<sup>18</sup> No final de 2018, o site da *Carta Capital* atualizou seu design e, nesse processo, os links das matérias publicadas anteriormente a esse ano ficaram indisponíveis para acesso.



como parte da elite conservadora de mentalidade atrasada do nosso país. Esses tipos de enquadramento são recorrentes na narrativa do portal de notícias concernente ao Golpe de 2016.

A análise dos enquadramentos da *Carta Capital* referentes a esse período se baseou no exame de 50 matérias obtidas aleatoriamente – com exceção das matérias dos dias 07, 17 e 20 de abril de 2016, escolhidas por apresentarem elementos relevantes para a pesquisa. A Tabela 1 apresenta a relação de matérias analisadas e a autoria de cada uma delas.

**Tabela 1 – Relação de matérias analisadas**

<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(es)/Autora(s)</b>
<b>06/03/2015</b>	Sem base para o <i>impeachment</i>	Redação
<b>13/03/2015</b>	Quem está por trás do protesto no dia 15	Antonio Carlos
<b>21/03/2015</b>	O fantasma da UDN	Mauricio Dias
<b>28/03/2015</b>	O "empessegamento"	Mauricio Dias
<b>12/04/2015</b>	Manifestações contra o governo encolhem em todo o Brasil	Marcelo Pellegrini
<b>16/04/2015</b>	<i>Impeachment</i> vira alternativa para a oposição	Redação
<b>25/04/2015</b>	E que diria vovô Tancredo?	Mauricio Dias
<b>30/04/2015</b>	Artes de Procusto	Wálter Maierovitch
<b>21/05/2015</b>	PSDB desiste de <i>impeachment</i> e oposição pede ação penal contra Dilma	Redação
<b>28/05/2015</b>	A balada de Kim Kataguirí	Leandro Fortes
<b>18/07/2015</b>	Traição anunciada	Mauricio Dias
<b>27/07/2015</b>	"Cunha é principal fator de instabilidade no País"	André Barrocal
<b>31/07/2015</b>	Para vencer o golpismo	Roberto Amaral
<b>06/08/2015</b>	Na TV, PSDB se une a movimentos que pedem derrubada de Dilma	Redação

(Continua)

<b>14/08/2015</b>	A fênix nativa	Mino Carta
<b>21/08/2015</b>	Tragicomédia	Mino Carta
<b>29/08/2015</b>	Gilmar Mendes, o 'apito-amigo' do 'Fora Dilma' no TSE	André Barrocal
<b>13/09/2015</b>	Ferrenhos defensores do <i>impeachment</i> são atingidos por denúncias	Redação
<b>18/09/2015</b>	Eterno golpismo	Mino Carta
<b>22/09/2015</b>	O PMDB e as 30 moedas de Judas	Jean Willys
<b>02/10/2015</b>	O PMDB nu e cru	Maurício Dias
<b>09/10/2015</b>	Não culpe 2013 pelo colapso de 2015	Matheus Pichonelli
<b>16/10/2015</b>	Quando o <i>impeachment</i> é golpe	Pedro Serrano e Anderson Bonfim
<b>21/10/2015</b>	Ao lado de Cunha, oposição faz novo pedido de <i>impeachment</i>	Redação
<b>30/10/2015</b>	Não é Dilma que está em jogo. É a democracia	Roberto Amaral
<b>08/11/2015</b>	O <i>impeachment</i> da democracia	Luiz Gonzaga Belluzzo
<b>13/11/2015</b>	O antipetismo em nome de um moralismo de fancaria	Roberto Amaral
<b>30/11/2015</b>	Cunha manobra para se salvar	André Barrocal
<b>04/12/2015</b>	Tempos de chantagem	Mino Carta
<b>11/12/2015</b>	O parlamentarismo presidencialista à brasileira	Fábio Terra
<b>18/12/2015</b>	Finalmente, as ruas tomam a palavra	Roberto Amaral
<b>06/01/2016</b>	Sem saudades	Marcos Coimbra
<b>14/01/2016</b>	Mandatos e indultos	Wálter Maierovitch
<b>21/01/2016</b>	Entre o medo e a esperança	Roberto Amaral

(Continua)

<b>28/01/2016</b>	A "Caravana da Unidade" de Temer começou a andar	René Ruschel
<b>05/02/2016</b>	"É hora de virar a página do <i>impeachment</i> "	Rodrigo Martins
<b>10/02/2016</b>	No Congresso, feliz ano velho	Rodrigo Martins
<b>22/02/2016</b>	Vendedores de fumaça	Mino Carta
<b>04/03/2016</b>	Oposição se fortalece e <i>impeachment</i> ganha fôlego, diz analista	Débora Melo
<b>11/03/2016</b>	Por que Lula está com um pé no Planalto	André Barrocal
<b>18/03/2016</b>	A radicalização política da "classe média"	André Barrocal
<b>24/03/2016</b>	De olho na ONU, Argentina frustra tucanos anti-Dilma	André Barrocal
<b>01/04/2016</b>	"Senhora Governabilidade"	Rui Daher
<b>07/04/2016</b>	<i>Impeachment</i> : entenda os argumentos pró e contra	Redação
<b>08/04/2016</b>	Esther Solano: 'Nenhum dos lados se sente contemplado pela imprensa'	Tory Oliveira
<b>15/04/2016</b>	A ofensiva golpista	Maurício Dias
<b>17/04/2016</b>	Câmara aprova abertura de <i>impeachment</i> de Dilma	Redação
<b>20/04/2016</b>	Em meio à crise, o patriarcado contra-ataca	Joanna Burigo
<b>22/04/2016</b>	Após fala na ONU, Dilma diz que há golpe em curso no Brasil	Eduardo Graça
<b>29/04/2016</b>	Diretas Já?	Maurício Dias

Fonte: dados do autor.

A análise de conteúdo possibilitou a percepção de semelhanças e diferenças da cobertura da *Carta Capital* com relação à cobertura política da grande imprensa acerca do processo de *impeachment* de Rousseff. As principais semelhanças encontradas foram a cobertura espetacularizada e polarizada do processo e a predominância de enquadramentos interpretativos em relação aos enquadramentos noticiosos. Com relação à narrativa da

cobertura do golpe, foi possível apreender que os atores políticos do movimento pró *impeachment* foram enquadrados como os “vilões” da história, enquanto os “mocinhos” eram representados por Dilma, Lula, o PT e o campo progressista contrário ao golpe de modo geral. Dessa maneira, como veremos adiante, as manifestações de direita pró *impeachment* foram tidas como antidemocráticas e antipopulares, enquanto os movimentos de esquerda pró democracia foram enquadrados como os verdadeiros representantes da classe trabalhadora e até mesmo da população brasileira. Essa foi a mesma lógica utilizada pela grande mídia, mas com a inversão dos papéis de cada lado. Quanto à proeminência de enquadramentos interpretativos, percebeu-se uma tendência maior de ambos os lados de apresentar os acontecimentos relacionados ao *impeachment* a partir da interpretação da própria equipe jornalística ou de outros atores que confirmavam a visão dos veículos de comunicação, geralmente com o objetivo de deslegitimar o adversário político. No caso do jornal de esquerda, a equipe editorial recorreu a diversos cientistas sociais, historiadores, juristas ou políticos progressistas para confirmar suas interpretações conjunturais.

Além disso, outras semelhanças percebidas nas coberturas foram a minimização da corrupção dos atores políticos favoráveis ao posicionamento da mídia em questão, ao mesmo tempo que a corrupção do adversário era enquadrada de forma profundamente negativa. Nesse sentido, a corrupção petista era sempre minimizada – com algumas ressalvas – porque a “verdadeira” corrupção estava presente do lado da direita e dos mais poderosos, porém essa corrupção não seria espetacularizada por causa dos interesses da grande mídia, alinhados com esses grupos. Assim, os escândalos relacionados ao PSDB e ao PMDB eram sempre trazidos à tona, enquanto os escândalos petistas não eram explorados de forma detalhada. Exemplos da forte repreensão do Grupo Carta à direita foram a consideração da privatização das estatais brasileiras no governo FHC como o maior escândalo de corrupção da história nacional, visto que teriam sido vendidas de forma ilegítima “a preço de banana”, além do escândalo de compra de votos de parlamentares para a aprovação da emenda constitucional da reeleição presidencial. Esses pensamentos convergem com a linha de raciocínio do sociólogo Jessé Souza, utilizada frequentemente como um campo semântico presente nos enquadramentos das matérias. Quanto à minimização da corrupção petista, é necessário apontar que essa estratégia é justificada pelo entendimento da equipe da *Carta* de que a corrupção é um problema do sistema político como um todo, especialmente dos partidos que estão no jogo político há muito tempo. Contudo, embora haja essa minimização, a *Carta* reitera em boa parte das

matérias críticas ao Partido dos Trabalhadores por sua associação com grupos políticos corruptos, contradizendo sua origem como partido crítico ao sistema. Cabe ressaltar que a maior parte da grande mídia, com exceção da *Folha de S. Paulo*, não teve a mesma preocupação no enquadramento da corrupção dos políticos de direita.

Dentre as principais diferenças percebidas, estão a contextualização mais pormenorizada dos acontecimentos políticos relacionados ao *impeachment* e, logicamente, os enquadramentos veiculados nas matérias da *Carta Capital*. A contextualização se refere à tendência da *Carta* de associar os diversos acontecimentos políticos a aspectos históricos ou à conjuntura política do momento, marcada particularmente pelo “projeto do *impeachment*”, principal causador da instabilidade política do país na interpretação do veículo. Contrariamente, a grande mídia apresentou uma tendência de noticição dos acontecimentos do *impeachment* direcionada negativamente ao PT e à base governista, de modo a desestabilizar o governo por meio da tática da “fulanização da corrupção”.

Com relação à diferença dos enquadramentos, a análise ensejou a sistematização das principais ideias-força nos campos semânticos mais recorrentes utilizados na construção das matérias da *Carta*. A Tabela 2 apresenta esses dados sistematizados, agregando os elementos mais recorrentes nos enquadramentos do portal de notícias de esquerda na cobertura do Golpe.

**Tabela 2 – Campos semânticos com as principais ideias-força**

Campos semânticos	
<i>Anticonservadorismo</i>	<i>Petismo</i>
Principais ideias-força	
Antineoliberalismo	Ilegitimidade do <i>impeachment</i>
Antipemedebismo	Defesa dos governos de Lula e Dilma
Continuismo político petista	Brilhantismo do partido
Crítica à direita	
Mídia golpista	

Fonte: dados do autor.

A narrativa da denúncia ao golpe foi se formando gradualmente ao passo que a movimentação pró *impeachment* avançava nas instâncias políticas. Inicialmente, o veículo contra-hegemônico demonstrava pouca preocupação com os pedidos de *impeachment* solicitados principalmente pelo PSDB por acreditar que não teria apoio popular, nem embasamento jurídico que desse prosseguimento ao processo. Até então, o movimento pró *impeachment* era entendido como “movimento fabricado” da oposição tucana revanchista, encabeçada por Aécio Neves. Depois da primeira manifestação contra o governo Dilma no dia 15 de março de 2015, o grupo *Carta* começa a enquadrar a movimentação pró *impeachment* como antidemocrática, antipopular e submissa aos interesses das elites e do imperialismo estadunidense. A partir daí, passou-se a utilizar muitas referências da história política brasileira de modo a estabelecer relações com o “golpismo” de outras épocas, que teria ocorrido contra os governos democráticos de Getúlio Vargas e de João Goulart. À medida que o PMDB demonstrava seu alinhamento ao PSDB no prosseguimento do *impeachment*, o portal de notícias deslocava o foco da narrativa antigolpista contra o partido do Centrão e, em especial, contra Eduardo Cunha. Contudo, isso não significa que as críticas ao PSDB foram deixadas de lado.

Conforme a movimentação antipetista se demonstrou mais articulada, a *Carta* intensificou o enquadramento do *impeachment* como golpe parlamentar contra Dilma e o PT com claros objetivos reacionários contrários aos avanços sociais obtidos durante os governos petistas. Dessa maneira, o veículo denunciava as atitudes dos políticos de direita e a cobertura parcial da grande mídia, enquadrando a tese da “crise de governabilidade” como fachada para retirar a presidenta democraticamente eleita do poder com o objetivo de estabelecer uma agenda conservadora no governo. Até o dia da votação do afastamento de Rousseff da presidência pela Câmara no dia 17 de abril de 2016, a *Carta* demonstrava incerteza acerca da continuidade do processo, mas apostava na manutenção do mandato da petista como forma de asseguarção dos direitos da classe trabalhadora e das minorias ameaçados pelo golpe reacionário e conservador.

Essa foi a narrativa geral desse importante acontecimento político da história contemporânea do Brasil. A seguir, discute-se detalhadamente cada campo semântico encontrado na análise de conteúdo dos enquadramentos da *Carta Capital*.

#### *4.1. Anticonservadorismo*

O anticonservadorismo como campo semântico presente nos enquadramentos da *Carta Capital* é percebido sobretudo nas críticas ao campo da direita e a determinados posicionamentos dos governos petistas. As ideias-força agregadas dentro desse grupo são o **antineoliberalismo**, o **antipemedebismo** e algumas críticas ao **continuismo político petista**. Não obstante, as **críticas da direita** e da **mídia golpista** também são elementos recorrentes dentro desse campo.

Como mídia de esquerda, o portal de notícias rejeita profundamente a “guinada à direita” do Partido dos Trabalhadores, mesmo com o viés petista das matérias. Essa guinada é representada principalmente pela adoção de uma política econômica neoliberal, especialmente no segundo mandato de Dilma com a indicação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, e as alianças do partido com o PMDB iniciadas no final do primeiro mandato de Lula.

O primeiro ponto remete à ideia-força do **antineoliberalismo**. Antes de tudo, o neoliberalismo se estabelece como política econômica adotada na ditadura militar de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990), tendo se tornado célebre nos Estados Unidos pelos governos Jimmy Carter (1977-1981) e Ronald Reagan (1981-1989) e no Reino Unido pelo governo Margaret Thatcher (1979-1990). As origens dessa doutrina econômica remontam à produção

teórica de Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises, ambos da chamada Escola Austríaca de economia, da primeira metade do século XX. Dentre os principais pontos dessa doutrina que se difundiu como ideologia política associada a um neoconservadorismo estão as privatizações de empresas públicas, a desregulamentação da economia, o corte de investimentos públicos, a austeridade fiscal e a supervalorização do livre comércio e do ramo privado. A política econômica do Estado de Bem-Estar Social que prosperou nos países do norte global desde a Grande Depressão em 1929 até a década de 1970 invisibilizou, por muito tempo, a doutrina neoliberal. No século XXI, a ideologia do neoliberalismo já se difundiu a tal ponto que seus princípios se constituíram como “nova razão do mundo” (Dardot & Laval, 2016), de modo que os próprios indivíduos inseridos nas sociedades capitalistas contemporâneas passam a disseminar o discurso da eficiência pragmática característico da racionalidade neoliberal como necessário para o sucesso no campo da política. Esse discurso foi apropriado até mesmo pelos governos progressistas da América Latina que ascenderam no início dos anos 2000. Essa perspectiva, aliada à aliança com grupos conservadores são alguns dos motivos que explicam o deslocamento do PT da esquerda para a centro-esquerda no espectro político, segundo alguns analistas políticos.

Dito isso, a ideia do antineoliberalismo é reforçada nos enquadramentos da *Carta Capital* com a rejeição às políticas neoliberais adotadas pelo governo Dilma para superar a crise econômica e amenizar o contexto de crise generalizada. Essa reação negativa se baseia no entendimento de que as medidas tomadas colocariam a “conta da crise” no bolso da população trabalhadora mais pobre e livrariam os ricos de arcar com as consequências da crise. Ademais, muitas matérias demonstram reprovação da política de “conciliação de classes”, marca das gestões petistas, por não ter promovido as mudanças estruturais necessárias para tornar o Brasil um país mais igualitário. Outro elemento corriqueiro associado a essa ideia-força é a taxação do episódio da “privataria tucana” do governo FHC como o “maior escândalo de corrupção da história pátria” (Carta, 2015a).

O outro ponto que delimita a “guinada à direita” é a coalizão do petismo com o então PMDB (atual MDB), contradizendo a origem radical do partido de esquerda. Com relação a esse ponto, Marcos Nobre (2013) argumenta que tanto o governo peessedebista, quanto os governos petistas se constituíram enquanto diferentes faces do pemedebismo. Segundo o autor, o pemedebismo surge no contexto da Assembleia Constituinte de 1987-1988 na perspectiva de forçar a união das forças progressistas num só polo com o objetivo de evitar



grandes transformações e assegurar a governabilidade. Com o passar dos anos, o pemedebismo se estabelece como a necessidade de construção de grandes maiorias parlamentares pelos governos para possibilitar a consecução de sua agenda. Devido à capilaridade nacional do PMDB, o partido exerceu, até o final do governo Temer em 2018, o papel de partido mais poderoso e numeroso do Congresso Nacional. Dessa maneira, no nosso presidencialismo de coalizão, o partido que ocupava o Palácio do Planalto necessitava do PMDB para ter alguma liberdade de ação e seguir com a própria agenda, mesmo que em pequenos passos, caso a agenda contrariasse os interesses conservadores do partido do Centrão, como ocorreu nos governos petistas (Mendes, 2018).

É justamente contra esse ponto que a *Carta Capital* dirige parte de suas críticas ao PT, demonstrando, assim, sua **aversão ao pemedebismo**. Essa aversão é expressa, predominantemente, na caracterização dos políticos do PMDB como ardilosos, chantagistas, aproveitadores e fisiologistas. Não obstante, as críticas ao PT nessa linha de raciocínio se referem à perda de sua essência crítica com a associação com o partido conservador ligado a esquemas de corrupção e ao descumprimento de promessas de campanha, tendo “agido como os demais partidos no poder” (Carta, 2015b).

Quanto à caracterização dos principais atores pemedebistas do golpe, ou seja, Eduardo Cunha, Renan Calheiros e Michel Temer, o portal de notícias reproduz a estratégia de deslegitimação de seus adversários políticos. Eduardo Cunha é enquadrado como o “corrupto impune”, ou o “correntista suíço”, desesperado para se salvar das acusações de corrupção e, por isso, lidera, de forma ilegítima, a “ofensiva golpista reacionária” contra Dilma, até mesmo como forma de vingança à decisão do PT de apoiar sua cassação no Conselho de Ética. Insta apontar que Cunha é enquadrado como o principal algoz do golpe e, por conseguinte, é o personagem mais presente nas matérias da *Carta Capital*. Enquanto isso, o então presidente do Senado Federal, que apareceu em pouquíssimas matérias, é representado como um articulista corrupto pertencente à elite latifundiária do Nordeste. Por seu lado, o vice-presidente Michel Temer é mencionado nas matérias com mais frequência nas semanas anteriores à votação da Câmara dos Deputados, sendo enquadrado como perigoso, ilegítimo, traidor e submisso aos interesses dos Estados Unidos. As críticas aos pemedebistas de alto escalão seguem nos fragmentos abaixo.

“Até há pouco agindo apenas à socapa, conduzindo os cordéis dos mamelucos a partir dos camarins, hoje se destaca no proscênio desse circo de horrores a figura lamentável de político menor que é o vice-presidente da República. Figura menor – cuja ascensão é denotativa da pobreza de nossa política –, mas ainda assim

perigosa, pois tem sob seu comando, travestida de partido, uma empresa de ataques, na lapidar definição de Marcos Nobre (Valor, 14/12/2015): “O PMDB é uma empresa de fornecimento de apoio parlamentar, com cláusulas de permanente revisão do valor do contrato”.” (Amaral, 2015a).

“O dramaturgo Eduardo Cunha, presidente da Câmara, quebra a cabeça para escrever o fim da trama policial que ele mesmo estrela sobre milhões escondidos na Suíça e corrupção na Petrobras. Vaiado em ato público de seu partido e dentro do plenário que comanda, ignorado pelo relator de seu caso no Conselho de Ética, o peemedebista já sabe. Caiu na antipatia popular e só salva o mandato com alguma manobra ousada” (Barrocal, 2015).

As **críticas ao continuísmo político petista** convergem com as ideias-força anteriores no sentido da reprovação aos “erros” da gestão de Dilma, referentes à guinada à direita, o que teria auxiliado, em parte, na queda da aprovação popular de seu governo. Contudo, essas críticas remetem também à falta de tato da base governista na articulação de uma frente progressista de esquerda para resistir ao golpe. Dessa maneira, o portal de notícias censura fortemente o governo em alguns momentos por tentar garantir sua governabilidade por meio de acordos “peemedebistas”, ao invés de se alinhar com o campo democrático. Num momento em que Eduardo Cunha supostamente “chantageava” a base petista para votar a seu favor no Conselho de Ética e livrá-lo da sua cassação, é possível perceber essa ideia.

“O PT nega-se a uma capitulação ignominiosa e preserva o que lhe resta de dignidade, logo Eduardo Cunha parte para a vingança. Também o gesto do presidente da Câmara é tipicamente brasileiro, ao exprimir a situação de um país que há tempo perdeu o senso e a compostura.

(...)

Até ontem, o governo jogou contra si mesmo, ao ensaiar a rendição à chantagem: desenhou-se nas últimas semanas a tendência a instruir os integrantes petistas da Comissão a votarem a favor de Cunha, donde a pergunta inevitável do cidadão atento aos seus botões: quer dizer que todos os envolvidos têm telhado de vidro?” (Carta, 2015b).

Por seu lado, a **crítica da direita** é, na verdade, uma das ideias-força que inaugura o campo semântico do anticonservadorismo. Esse ponto comporta a desqualificação sistemática do campo da direita brasileira. Essa estratégia de desqualificação é caracterizada pela presença acentuada de enquadramentos personalistas, visto que se direcionam principalmente a políticos peessedebistas ou peemedebistas, mas também a lideranças das manifestações pró *impeachment* como Kim Kataguiri.

Essa ideia-força apresenta, frequentemente, convergências com o pensamento de Jessé Souza. O sociólogo é até entrevistado numa das matérias analisadas para apresentar seu enquadramento interpretativo acerca do *impeachment*. Utiliza-se recorrentemente da tese do autor de que o Brasil encontra empecilhos no seu processo de desenvolvimento devido à mentalidade atrasada das classes altas, sobretudo das elites econômica e intelectual, da qual a

classe média faz parte. Nessa lógica, o progresso relacionado à diminuição da desigualdade social e à conquista de direitos sociais de grupos marginalizados é sempre travado pelo atraso das elites, beneficiadas pela estrutura social de tradição escravocrata experimentada em nosso país e acostumadas à lógica da “rapina de curto prazo” da riqueza nacional. Dessa maneira, qualquer avanço alinhado à esquerda é tido como uma ameaça dos privilégios das classes altas e rechaçado pelos grupos poderosos conservadores.

Todos esses elementos se relacionam com a base histórica da estrutura social do atraso, constituída pela dicotomia casa-grande e senzala, referência utilizada tanto pelo sociólogo potiguar quanto pela *Carta Capital* em suas matérias. A referência a Gilberto Freyre é utilizada para explicar o motivo do atraso da elite nacional: a herança escravagista. O discurso associado a esse argumento compreende que a não superação dessa herança tem como consequência a reprodução estrutural da desigualdade com o constante ganho de privilégios da elite pela “rapina” da riqueza nacional, enquadrada como a verdadeira corrupção que deveria ser enfrentada no sistema político. Toda essa estrutura de privilégios e opressões tornaria a nossa democracia frágil e essa fragilidade se intensificaria com a educação deficiente e conservadora construída pela elite. Nessa perspectiva, a “crise de governabilidade” utilizada como argumento para legitimar a deposição de Dilma seria, na realidade, o “acordo secular das elites” para manter sua dominação e conter o desenvolvimento social da classe trabalhadora. Essa linha de raciocínio é contida na citação abaixo.

“Às vezes me colhe a sensação de que atravessamos a fase final do longo processo da decadência crescente e inexorável de um país destinado a ser o paraíso terrestre e condenado ao inferno por sua elite, voltada a cuidar exclusivamente dos seus interesses em detrimento da Nação” (Carta, 2015b).

Ademais, dentro da crítica à direita, desenrola-se a deslegitimação dos movimentos sociais de direita, enquadrados como novas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. A “classe média paneleira” que compõe esses movimentos é retratada como um elemento elitista e reacionário da sociedade brasileira, contudo a sua principal diferença com relação à “elite do atraso” é a sua facilidade de manipulação pela grande mídia. Antipetistas agressivos, as pessoas desse estrato se engajaram numa luta anticorrupção seletiva sem se preocupar com a democracia e as classes menos privilegiadas. É possível perceber uma certa ironia no enquadramento dos movimentos de direita, especialmente o Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua, ressaltando, mais uma vez, sua subserviência aos interesses estadunidenses. Vale apontar que duas matérias são dedicadas para desqualificar Kim Kataguiri, então líder do

MBL, taxando-o como “liderança prematura rastaquera da classe média paneleira nacional”, do “neo anticomunismo” e do “reacionarismo antipetista” (Fortes, 2015). Essa deslegitimação tem como fim a desconstrução do enquadramento hegemônico dos protestos pró *impeachment* como representantes da indignação da população brasileira frente aos desmandos do PT. Desse modo, essa ideia-força vem aliada do enquadramento das manifestações de esquerda pró democracia como os reais anseios da população em assegurar seus direitos e a democracia na defesa do mandato de Dilma.

Outra componente dessa ideia-força é a “herança udenista” da direita brasileira. Essa ideia faz alusão ao “golpismo” do maior partido conservador da era da República Populista (1946-1964), a União Democrática Nacional (UDN). O partido fez parte da oposição sistemática, com apoio da grande mídia, contra Jango e apoiou o Golpe Civil-Militar de 1964, com o objetivo de alcançar o poder, o que não foi permitido pelos militares. Na matéria de desqualificação de Kim Kataguiri, essa herança é trazida à tona:

“Essa mistura de mídia conservadora com anseios golpistas, sabe-se, não é novidade alguma. Trata-se de um modelo udenista mais do que manjado. Nem tampouco é novidade que dessa miscelânea despontem pessoas assim com status de liderança para, justamente, esconder quem realmente os controla e financia, a saber, os pilares de sempre do atraso pátrio, o grande capital rentista e o latifúndio.” (Fortes, 2015).

Os enquadramentos da *Carta Capital* referentes à direita do contexto do Golpe de 2016, especialmente ao PSDB, são caracterizados pela saliência do revanchismo golpista ensandecido e do perfil antidemocrático da oposição de Dilma, principalmente Aécio Neves, o maior portador da herança do antigo partido conservador. Não obstante, ressalta-se de forma bastante negativa os ideais conservadores, reacionários e elitistas desse campo político. Nesse sentido, o portal de notícias de esquerda reprova fortemente Fernando Henrique Cardoso por seus frequentes comentários em apoio ao *impeachment*, buscando sempre desqualificar seu período no governo, enquadrando-o como reacionário e desonesto, devido ao “estelionato eleitoral” realizado por ele para garantir sua reeleição. Além disso, aponta-se constantemente para o favoritismo que seu partido dispõe da grande mídia, o que auxilia na consecução de seus interesses, como ocorria com a UDN no passado. Abaixo, algumas citações que ilustram essa lógica:

“Se a ideia [do *impeachment*] já teve no Brasil razão de vingar, ao menos de ser aventada, foi em relação a Fernando Henrique Cardoso: comprou votos para se reeleger e comandou privatizações que assumem as feições inequívocas das maiores bandalheiras-roubalheiras da história pátria, realizadas às escâncaras na certeza da impunidade. Praticante emérito do estelionato eleitoral, fez campanha para a reeleição à sombra da bandeira da estabilidade para desvalorizar o real 12 dias depois da posse para o segundo mandato.

FHC é recordista, conseguiu quebrar o Brasil três vezes. Ao cabo, entregou a Lula um país endividado até a raiz dos cabelos e de burras vazias. Ao longo da sua trajetória presidencial, jamais se imaginou a possibilidade do seu *impeachment*” (Carta, 2015a).

“O governo tucano em oito anos cometeu as maiores infâmias contra os interesses nacionais, esvaziou as burras do Estado, organizou com as privatizações a maior bandalheira da história brasileira, comprou votos a fim de reeleger FHC, para não mencionar as aventuras do filho do então presidente, grandiosas e silenciadas. Quem pode, pode” (Carta, 2015b).

Parte da trama do *impeachment*, a **mídia golpista** também aparece como importante ator conservador rejeitado pelo Grupo Carta. As menções à grande mídia remetem à sua tendência histórica de moralização seletiva do debate público numa perspectiva antiesquerdista e, no caso do golpe, antipetista. Como “porta-voz da elite e da direita”, a mídia de massa é enquadrada como conservadora e aproveitadora. Nesse sentido, ela agiria como partido político em conluio com a direita revanchista, acobertando seus escândalos de corrupção, ao mesmo tempo em que associa essa prática ao maior partido de esquerda do Brasil. Por sua vez, os veículos de comunicação desse grupo, tal qual a direita que representa, apresentariam forte preconceito de classe contra Lula e intensa rejeição às políticas de redução da desigualdade social. Dessa maneira, a *Carta* dirige severas críticas ao jornalismo desses meios por distorcerem os acontecimentos políticos relacionados ao *impeachment* e influenciar a opinião pública para atingir os interesses da elite, contrários aos interesses da classe trabalhadora.

#### 4.2. *Petismo*

Coerente com os posicionamentos eleitorais do Grupo Carta, o petismo aparece constantemente nos enquadramentos do portal de notícias referentes ao golpe. O cerne da narrativa relacionada a esse campo semântico é a deslegitimação do *impeachment*, conjuntamente com o reforço de ideias de enaltecimento de Dilma, Lula e o Partido dos Trabalhadores.

No que tange ao processo de deposição de Dilma, a ideia-força predominante é a da **ilegitimidade do processo de *impeachment***. Essa ilegitimidade é explicada devido ao entendimento do portal de notícias de que o processo seria uma tentativa de tirar o PT do poder e um projeto de retrocesso civilizatório encabeçado pelas elites. Os ataques constantes da oposição e da grande mídia a Dilma e Lula desde os primeiros anos do governo do ex-presidente são tidos pela *Carta Capital* como tentativas de desestabilizá-los para abrir novamente espaço para a direita no poder executivo. Nessa perspectiva, os primeiros

enquadramentos da movimentação pró *impeachment* se caracterizam pela descrição do processo como “tentativa de terceiro turno”, considerando o revanchismo golpista dos adversários tucanos. Dessa maneira, o impedimento de Rousseff passaria a ser o principal fator de instabilidade no país, impossibilitando, de maneira planejada, qualquer ação do governo da presidenta. Esse entendimento passa a ficar mais claro após a debandada de Eduardo Cunha da base governista devido às acusações de corrupção e lavagem de dinheiro. Nesse sentido, o *impeachment* é, então, enquadrado como traição do PMDB e, principalmente do “líder da ofensiva reacionária”, contra a agenda progressista do PT.

Além disso, esse discurso é utilizado para enquadrar o processo como retrocesso civilizatório, ideia fortemente associada ao campo semântico anterior. Tido como uma reação conservadora, neoliberal e golpista das elites frente aos avanços sociais petistas, o procedimento é enquadrado como golpe contra a economia e a democracia nacionais. Nessa perspectiva, o golpe teria como consequência o estímulo à intolerância na sociedade, explicitando, ainda mais acentuadamente, a luta de classes brasileira, visto que o processo teria forte ideais elitistas. Além disso, a perda de soberania nacional é apontada como outra consequência perversa do golpe, tendo em vista a submissão das elites aos interesses do imperialismo estadunidense. As citações abaixo resumem essa linha de raciocínio:

“O que seria esse pós-Dilma, senão o fortalecimento das forças conservadoras e reacionárias que hoje, sob o comando de Eduardo Cunha, já promovem uma virtual revisão da Constituição de 1988, dela retirando as principais conquistas sociais?

A direita já explicitou o discurso de seus líderes e, no espaço parlamentar, alguns indicadores de seu programa são reveladores: a precarização do trabalho em geral e a terceirização de forma específica, o desmonte do Estatuto da Família (excluindo de seu abrigo mais da metade das famílias brasileiras), a revogação do Estatuto do Desarmamento, o corte dos recursos destinados a programas como o Bolsa Família (já anunciado por um dos relatores da proposta orçamentária para 2016), o fim da demarcação da terras indígenas, a cobrança de mensalidades no ensino universitário público, o intento de penalizar como terrorismo o movimento social” (Amaral, 2015b).

“Na verdade, não se trata do salutar exercício da oposição – sem a qual não existe democracia digna do nome –, mas da tentativa de exterminar politicamente a presidente e seu partido, tentativa que em si mesma nega e repele o processo democrático. O *leitmotif* dessa oposição desvairada deixa de ser a crítica pontual ou em tese ao governo. Em seu lugar se instala a lógica do ódio que gera ódio, o mais eficaz fermento da intolerância que gera a violência, que descamba da ofensa verbal para a agressão física” (Amaral, 2015c).

**A defesa dos governos de Dilma e Lula** é definido por enquadramentos personalistas utilizados não somente com o objetivo de deslegitimar o golpe, mas para qualifica-los como lideranças necessárias para superar a crise em que o país se encontrava. Dilma Rousseff, a mulher “guerreira” que lutou contra os abusos da ditadura militar estaria sendo vítima de uma

conspiração golpista ilegítima que manchava sua imagem “proba” e impossibilitava os avanços de seu governo, democraticamente eleito pela população. Desse modo, assegurar a continuidade de seu mandato seria necessário para conter a onda reacionária e antidemocrática que viria retirar direitos e programas sociais voltados às pessoas marginalizadas da sociedade, como é possível perceber nos seguintes trechos:

“Ademais de titular de um governo legítimo, a presidente é legalmente inalcançável pela tentativa de *impeachment*, que, assim, à míngua de sustentação jurídica, se converte em explícita tentativa de golpe de Estado” (Amaral, 2015b).

“É preciso ter em mente que a defesa da ordem democrática, da legitimidade do voto, da soberania popular como única fonte de poder, é o ponto de partida, mas não encerra a história toda, pois o que está em jogo em nosso país ultrapassa a preservação do mandato da presidente Dilma. Trata-se de barrar o avanço das conquistas conservadoras, que teriam o campo livre na era pós-Dilma” (ibid.).

Com relação a Lula, as matérias da *Carta* demonstravam a sua consagração como o melhor presidente que o país já teve e o mais popular de todos. Perseguido desde antes de sua posse, o veículo de comunicação ressalta o preconceito de parte da classe média, da grande mídia e da elite contra o ex-presidente, criticando fortemente as ações da Operação Lava Jato direcionadas a ele com o entendimento de que essas ações seriam seletivas, tendo em vista o acobertamento da corrupção da direita. Nessa lógica, em alguns momentos, o portal de notícias interpreta que a conjuntura do golpe tem por objetivo não somente retirar Dilma da presidência, mas igualmente inviabilizar uma possível candidatura de Lula em 2018. Na citação abaixo, essa ideia-força se mescla com a anterior e a seguinte, mas também com as ideias do antipemedebismo e do continuísmo político petista.

“Debandada geral. A mudança radical não se dá porque a ex-rapaziada deixou de votar no PT, ou porque se empenha em buscar obsessivamente razões para o *impeachment* de Dilma e para sepultar de vez qualquer veleidade eleitoral de Lula. CartaCapital sabe, e repete, que no poder o PT portou-se como os demais clubes recreativos envolvidos na arena política. Sabe, porém, e repete, que a tentativa de *impeachment* é francamente golpista e que os argumentos até o momento trombeteados para incriminar o melhor presidente pós-ditadura por ora o fortalecem de tão inconsistentes” (Carta, 2016).

“No caso de Dilma Rousseff, enxerga uma presidenta que descumpriu as promessas da campanha, inapetente no jogo político, proba, porém, acima de qualquer suspeita. Quanto a Lula, é o presidente mais amado do Brasil pós-ditadura a despeito do chamado “mensalão”, seu governo foi o primeiro a implementar uma política social, modesta, e uma política internacional independente, primorosa” (Carta, 2015c).

Por fim, em diversas matérias, a *Carta* ressalta o **brilhantismo do partido** com Dilma e, mais preponderantemente, com Lula na presidência, mesmo com ressalvas relacionadas à postura anticonservadora do veículo de esquerda. Essa ideia-força é voltada mormente para elogios à política de inclusão social justa e a política externa autônoma experimentadas nos

governos petistas, como consta no trecho acima. As reduções da desigualdade social e da hegemonia estadunidense no Brasil são importantes marcos ressaltados com frequência nos textos jornalísticos que conclamam a era PT, em especial os governos Lula, como o período mais próspero da história nacional. Ademais, a relevância do partido ainda é elevada por representar os interesses da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, o que significa, para o Grupo Carta, uma certa quebra na estrutura de privilégios da sociedade brasileira, mesmo com as falhas apontadas ao petismo.

Feita a exposição dos campos semânticos, ainda é necessário apontar algumas considerações também obtidas na análise que não necessariamente estão inseridas em algum deles. Em primeiro lugar, foi possível perceber que o contexto generalizado de crise em 2015 não foi tão aprofundado nas matérias além da atribuição da culpa da crise na oposição golpista pelo projeto do *impeachment*. Contudo, em algumas matérias, enquadrou-se esse contexto como resultado da crise internacional do capitalismo<sup>19</sup>, da crise das democracias representativas e/ou da crise de governabilidade enfrentada por Dilma.

Ademais, a noticição de alguns acontecimentos também merece atenção. Por exemplo, no caso da nomeação de Lula como Ministro da Casa Civil, a *Carta Capital* buscou rechaçar em seus textos a tese de Sérgio Moro de que essa designação teria sido uma estratégia para o ex-presidente escapar de sua investigação. O Grupo Carta concordou com o enquadramento interpretativo petista de que essa indicação teria sido uma decisão de Dilma para fortalecer a base governista e apresentou enquadramentos interpretativos de atores direitistas que convergiam nesse pensamento, como José Serra e o então presidente argentino Mauricio Macri, para endossar a posição do veículo.

Outro fato que se mostrou relevante para a análise foi a votação do prosseguimento do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Esse episódio gerou muitos enquadramentos negativos na cobertura da *Carta*. As justificativas dos votos favoráveis à deposição de Rousseff baseadas em valores reacionários e individualistas foram consideradas pelo veículo como parte de um espetáculo ridículo. A jornalista Joanna Burigo denuncia a misoginia do impedimento de Dilma em matéria do dia 20 de abril de 2016 – não à toa intitulada de “Em meio à crise, o patriarcado contra-ataca”. Nesse texto, há a denúncia feminista da violência simbólica que se tornou material contra Dilma no contexto do golpe.

---

<sup>19</sup> A crise internacional do capitalismo enquadrada ocasionalmente pela *Carta Capital* seria resultado da baixa do preço das *commodities* e da recessão da economia chinesa que ocorriam naquele período.



Diante disso, a votação na Câmara teria sido o "espetáculo da transmissão do patriarcado ao vivo e em rede nacional". O processo simbolizaria o interesse dos donos do poder e até da mídia em definir qual é o lugar que as mulheres devem ocupar: a esfera privada. A falta de representatividade política no patriarcado heteronormativo branco marcaria uma estrutura social conservadora, individualista e misógina, que atuaria de forma violenta contra "corpos que dissentem", ou seja, as pessoas de grupos oprimidos, como as mulheres (Burigo, 2016). Na passagem, a jornalista denuncia o caráter patriarcal da votação:

"O feminismo aponta os ritos do patriarcado como quer que eles se manifestem, e a votação acerca da abertura do processo de impedimento de Dilma Rousseff que ocorreu na Câmara no domingo 17 foi indubitavelmente patriarcal. Na sessão, uma maioria esmagadora de homens brancos, ricos e (ao menos declaradamente) heterossexuais, ofereceu seu sim a um novo governo do povo com discursos contraditoriamente individualistas. Pela minha família, por deus, pelos meus. Pela mesma coisa de sempre. Pelo que é meu. A proporção de homens e mulheres na sessão, aliada aos valores explicitados nas justificativas, acabou por nos oferecer o espetáculo da transmissão do patriarcado, ao vivo e em rede nacional. E quem assistiu viu: foi mimimi puro. Quanta ironia".

Essa matéria se mostrou relevante para a análise por se contrapor aos enquadramentos machistas encontrados na cobertura da grande mídia. Por mais que a presença dessa matéria indique uma preocupação por parte do veículo de esquerda em dar voz a enquadramentos interpretativos feministas ao contrário da mídia hegemônica, vale ressaltar que essa publicação não teve uma expressividade notável nos campos semânticos presentes nos enquadramentos analisados. Isso pode passar a falsa impressão de que a interpretação feminista do Golpe de 2016 não teve muita relevância no campo comunicacional. De maneira oposta, os enquadramentos feministas referentes aos acontecimentos desse período tiveram muita difusão em outras mídias, principalmente nas redes sociais. Dito isso, a realização de novas pesquisas que buscam entender esses enquadramentos detalhadamente se impõe como imprescindível para a compreensão desse capítulo da história nacional.

Finalmente, uma matéria que merece atenção foi a do dia 29 de abril de 2016. A matéria, intitulada de "Diretas Já?" remete à apresentação de uma pesquisa de opinião realizada pelo Ibope acerca das alternativas preferidas da população brasileira para a solução da crise no país. No texto, Maurício Dias (2016) argumenta pela necessidade de realização de novas eleições, visto que essa seria a "melhor forma para superar a crise" clamada pela "voz das ruas". É interessante notar que a solução apresentada nesse enquadramento da *Carta Capital* busca na participação popular a superação dos problemas advindos pelo "projeto do *impeachment*" e não no estabelecimento de Michel Temer na presidência, encorajado,

contrariamente, pela grande mídia. Arrisco dizer que essa diferença demonstra a despreocupação da grande mídia com valores da democracia participativa, tendo em vista que seus interesses são representados pelos políticos que apoiaram durante o golpe.

A análise possibilitou a percepção de semelhanças em algumas estratégias discursivas e diferenças nos enquadramentos da cobertura da grande mídia e a da *Carta Capital*. Assim sendo, é necessário elucidar como a narrativa do veículo de esquerda se inseriu na dinâmica poder/contra-poder no contexto do Golpe de 2016.

### **Considerações finais**

Diante do exposto, percebe-se que a dinâmica do campo da comunicação no contexto do Golpe de 2016 foi de intensa disputa simbólica entre a grande mídia e a mídia contra-hegemônica. Os dois grupos utilizaram estratégias de enquadramento semelhantes, embora tenham diferido no conteúdo dos quadros presentes nas matérias. A conjuntura de polarização da sociedade brasileira se refletiu na disputa de enquadramentos, inseridos, por sua vez, em narrativas jornalísticas de um jogo político entre vilões e mocinhos. Nessas narrativas, a corrupção foi tida como um problema central do processo político, de modo que esse tema se manteve na agenda pública em todo o curto período do segundo mandato de Dilma Rousseff, apesar de que a sua verdadeira eliminação do sistema político não tenha sido de fato prioridade em nenhum dos casos. Entretanto, cabe apontar que a cobertura da *Carta Capital* apresentou importantes divergências na cobertura dos acontecimentos relacionados ao *impeachment* da ex-presidenta com relação à cobertura hegemônica.

Retomando a nossa hipótese de pesquisa, foi possível confirmar que tanto a grande mídia quanto a *Carta Capital* reproduziram a polarização da sociedade brasileira nos enquadramentos do processo do Golpe de 2016. Contudo, contrariando à nossa expectativa, as matérias do portal de notícias on-line introduziram frequentemente críticas aos atores políticos do PT relacionadas às ideias-força do antineoliberalismo, do antipemedebismo e do continuísmo político petista. A despeito do enxuto detalhamento dos escândalos de corrupção associados ao Partido dos Trabalhadores, o jornal não se isentou de reprimendas à postura do partido de se associar com a corrupção em suas alianças com grupos políticos e econômicos poderosos. Ademais, a exposição de escândalos dos partidos de direita deliberadamente minimizados pela grande imprensa foi um importante fator de contraposição à narrativa hegemônica de “fulanização da corrupção”. Dessa maneira, a pesquisa possibilitou o

entendimento de que a cobertura da *Carta* exprimiu de forma mais contextualizada a conjuntura política do golpe parlamentar contra Rousseff, mesmo com a convergência na estratégia de enquadrar o acontecimento como um jogo político polarizado.

A *Carta Capital* apresentou constantemente enquadramentos interpretativos de atores externos ao campo político para comprovar seus posicionamentos, mas também se utilizou das interpretações de políticos da oposição de Dilma com o mesmo objetivo. Com relação a isso, é possível apontar que, em vários momentos, a narrativa de denúncia ao golpismo do jornal de esquerda buscou desconstruir por meio de argumentação baseada em enquadramentos interpretativos próprios ou de analistas acadêmicos os argumentos que justificavam o *impeachment*. Isso pode ser apontado como uma grande diferença da cobertura da grande mídia, visto que a desconstrução dos enquadramentos interpretativos contrários ao golpe da mídia contra-hegemônica, da mídia internacional e da base aliada de Rousseff se baseou na veiculação de enquadramentos puramente emocionais, sem argumentação sólida e até mesmo com uma perspectiva manipuladora, considerando o *gaslighting* desenvolvido contra a petista.

Um ponto que merece atenção da cobertura da *Carta Capital* é a centralidade da vilanização de Eduardo Cunha. Devido à sua relação explicitamente turbulenta com Dilma, a revista o enquadrou como o principal algoz do golpe e o principal fator de instabilidade no país em 2015 e 2016. Todavia, a cobertura de Michel Temer, importante personagem do golpe, se demonstrou muito pouco expressiva em comparação a de seu colega de partido, finalmente preso mediante decisão de Sérgio Moro em 19 de outubro de 2016 por acusação de recebimento de propina. Em consequência do recorte temporal da pesquisa, não foi possível obter uma variedade de enquadramentos referentes ao sucessor de Rousseff, no entanto é razoável supor que o Grupo Carta seguiu na sua denúncia ao golpismo da direita brasileira e na sua atuação como voz dissonante da grande mídia. Novas pesquisas se colocam como necessárias para confirmar essa suposição.

Dito isso, como entender as diferenças de enquadramentos entre os dois grupos analisados à luz da dinâmica de poder e contra-poder? No caso do *impeachment*, é possível argumentar que a grande mídia teria agido como “cão de guarda”, ou seja, contra-poder do sistema político, em razão das denúncias dos escândalos de corrupção associados ao partido no poder, contribuindo, assim, para o processo de deposição da presidenta já afetada pela “crise de governabilidade” e por supostos crimes de responsabilidade. Nessa lógica, a mídia

contra-hegemônica, especificamente a *Carta Capital*, teria agido como defensora do poder governamental, devido à sua tendência petista e à reprovação do golpe. Entretanto, no que tange ao primeiro ponto, a revisão da literatura referente a esse acontecimento político e aos posicionamentos da grande imprensa frente ao Partido dos Trabalhadores na história contemporânea brasileira traz reflexões que podem vir a contrariar essa tese. Primeiramente por causa da legitimidade do processo contra Dilma. A própria decisão do Senado Federal de depor a então presidenta sem retirar seus direitos políticos foi interpretada por parte da esquerda como demonstração de que realmente não havia fato jurídico que justificasse o *impeachment*, tendo em vista que as alegadas pedaladas fiscais e os decretos orçamentários cometidos pela petista também ocorreram em governos anteriores, mas isso não levou ao impedimento de nenhum deles. A verdadeira justificativa da oposição para o afastamento de Dilma seria a crise de governabilidade enfrentada por ela, o que na verdade não cumpre com os requisitos jurídicos da lei que rege o *impeachment* de pessoas encarregadas da Presidência da República. Considerando, ainda, a coalizão de forças conservadoras da elite econômica, da direita parlamentar e do aparelho jurídico-policial do Estado que se uniu em torno do projeto de desestabilização do governo de Dilma desde a sua posse no início de 2015, endossado pelas estratégias de enquadramento da grande imprensa, é possível questionar a legitimidade da própria “crise de governabilidade”. Como governar um país em que uma aliança de setores poderosos da sociedade se engaja numa luta contra a própria presidência para “estancar a sangria” causada por investigações que expuseram diversos esquemas de corrupção entre políticos e grandes empresários?

Pela primeira vez na história do Brasil, os órgãos fiscalizadores da política como o Ministério Público Federal e a Polícia Federal dispuseram de liberdade e investimentos suficientes para transformar o sistema político como um todo no sentido da erradicação da corrupção na esfera pública. O estabelecimento do problema da corrupção na agenda pública pelos meios de comunicação durante os governos petistas indicava uma possível mudança rumo a esse caminho. Contudo, o viés com que essa pauta foi conduzida pela poderosa coalizão que asfixiou os movimentos do governo Dilma levou ao entendimento de que a luta contra a corrupção nunca foi de fato uma prioridade para nenhum desses grupos. Exemplificase isso com dois pontos emblemáticos: a agenda do governo de Michel Temer e o silêncio frente às denúncias de corrupção associadas a ele.

A ascensão de Michel Temer ao poder foi arquitetada num “grande acordo nacional” para “estancar a sangria” da Lava Jato, conforme consta nos áudios vazados de Jucá e Machado. Não obstante, a adoção de uma agenda profundamente contrastante à agenda democraticamente eleita de Dilma conduz a questionar se essa teria sido a única razão para concretizar o peemedebista na presidência. Cabe ressaltar que o início do segundo mandato de Rousseff já foi caracterizado por medidas impopulares com propostas de reformas fiscais que indicaram a “guinada à direita” no campo econômico e contradiziam as propostas de campanha. Entretanto, o mandato de Temer foi marcado desde seu princípio pela afoiteza na aprovação de pautas que afetavam diretamente direitos sociais, como a EC 95/2016, a Reforma Trabalhista de 2017 e a fracassada tentativa da concretização da Reforma da Previdência. A Emenda Constitucional conhecida anteriormente como “PEC do Teto dos Gastos” limitou os investimentos públicos em setores básicos da economia, em especial, a saúde, a educação e a assistência social. Por outro lado, a Reforma Trabalhista flexibilizou os direitos trabalhistas estabelecidos pela CLT, de modo a beneficiar as empregadoras e os empregadores frente às trabalhadoras e aos trabalhadores. Essas e outras medidas de Temer fragilizaram ainda mais a situação das pessoas das classes mais baixas e de parte da classe média. Por mais que o governo Dilma também tenha tomado medidas impopulares para contornar a crise de governabilidade, o ataque aos direitos sociais de grupos marginalizados nunca ocorrera, até então, de forma tão abrupta no período da redemocratização como ocorreu no breve governo de Temer. A agenda adotada pelo presidente interino contradisse totalmente a agenda do social-desenvolvimentismo adotada pelo Partido dos Trabalhadores no decorrer da sua história no poder. Além disso, os setores da coalizão anti Dilma supostamente tão engajados na luta contra a corrupção nem sequer realizaram um esboço de movimentação contra Temer em virtude de suas denúncias de corrupção obtidas nas investigações da Lava Jato (Deutsche Welle, 2017; Benites, 2017).

Diante dessa correlação de forças que marcou o período do *impeachment* de Rousseff, é possível se questionar se existiu de fato um único polo de poder no campo da política. A disputa que se deu nesse momento político demonstrou a forte polarização da sociedade entre o progressismo e o conservadorismo. É possível depreender que a coalizão orientada contra o principal partido de representação do campo progressista se manifestou como muito mais poderosa do que a própria base comandante do Poder Executivo, legitimada pelo voto de 54,5 milhões de brasileiras e brasileiros. Por essa linha de raciocínio, a grande mídia teria agido, na

verdade, alinhada ao poder e não ao contrapoder do sistema político, haja vista que seu posicionamento convergiu com os interesses dos verdadeiros poderosos no contexto dessa turbulenta página da história brasileira.

Cabe ressaltar aqui a reflexão de Mendes (2018) referente à deposição de Dilma Rousseff, baseada no modelo teórico de Anibal Perez-Liñan (2007) acerca dos processos de *impeachment* na América Latina. Segundo esse modelo, o procedimento teria sido utilizado como instrumento de remoção de presidentes indesejados por atores poderosos do sistema político, dentre eles o Poder Legislativo, a elite econômica e parte da imprensa nacional em vários países latino-americanos desde a década de 1990, numa imitação da destituição de pessoas do cargo de Primeira-Ministra ou Primeiro-Ministro no sistema parlamentarista. Mendes constatou a aplicabilidade desse modelo no caso do *impeachment* brasileiro de 2016 e concluiu, ainda, que o Judiciário exerceu importante papel nessa coalizão de atores, em consonância com a tradição brasileira de “judicialização da política”.

Dessa maneira, essa linha de raciocínio nos leva à percepção de que a *Carta Capital* teria agido, efetivamente, como contrapoder no contexto do Golpe de 2016. Os enquadramentos veiculados pelo portal de notícias deu voz a importantes interpretações diferentes das veiculadas pela mídia hegemônica, contribuindo, assim, para o desvelamento de que o processo de deposição de Dilma não foi livre de contradições e resistência. Todavia, uma ressalva importante à atuação do grupo de esquerda foi o pouco espaço dado às interpretações de movimentos sociais, especialmente dos feminismos, frente aos acontecimentos relacionados ao *impeachment*. A visibilização das vozes dos movimentos sociais se coloca como importante passo rumo a um jornalismo e uma sociedade mais democráticos, tendo em vista que muitos desses movimentos se colocam na linha de frente contra situações de autoritarismo e de retrocesso sociais. Em 2016, muitos movimentos saíram às ruas em defesa do mandato da petista e também apresentaram interpretações relevantes desse contexto de disputa simbólica que o Brasil se encontrava.

Retomemos agora a questão da capacidade de influência que cada grupo midiático analisado dispõe sobre as mentes das pessoas consumidoras de informação. Cada um deles exprime um viés que implica um maior impacto nos vieses cognitivos individuais. Em outras palavras, isso significa dizer que alguns enquadramentos são mais facilmente apropriados por determinados indivíduos em razão do seu alinhamento à visão de mundo subjacente aos quadros de referência presentes nas matérias. Entretanto, devido à questão da concentração de

audiência do nosso sistema midiático, a grande mídia dispõe de uma capacidade muito maior de influência das mentes das pessoas e isso indica, no caso do golpe, que essa mídia de massa teve uma interferência maior no campo político do que a mídia contra-hegemônica. Essa afirmação se torna evidente quando se comparam as manifestações favoráveis e contrárias ao *impeachment*. Enquanto as primeiras tiveram uma cobertura muito mais detalhada da grande imprensa com chamadas para as pessoas saírem às ruas, as segundas foram minimizadas e deslegitimadas. De qualquer maneira, é razoável supor que a diferença na quantidade de indivíduos presentes em cada um dos protestos pode ter sido resultado da cobertura parcial da grande mídia. Insta apontar, no entanto, que essas manifestações não foram pequenas e foram compostas por diversas pessoas autônomas e grupos de esquerda em defesa do mandato da presidenta e da normalidade democrática.

A *Carta Capital* se mostrou como uma importante fonte produtora de informações contra-hegemônicas e, embora não tenha tido tanta disseminação por conta de sua audiência restrita, os enquadramentos interpretativos registrados pelo jornal foram importantes contrapontos no campo da comunicação brasileira no contexto do *impeachment*. Seu jornalismo abertamente militante deixa marcado nas páginas da história que o contrapoder resiste mesmo num ambiente extremamente fechado à pluralidade da informação.

Essa heterogeneidade no campo da comunicação brasileira demonstra como a regulação da mídia é um passo relevante rumo a uma sociedade mais democrática e menos corrupta. Mais democrática porque a pluralidade de informação pode fazer com que a população tenha mais consciência dos processos políticos nacionais e debater de forma racional os rumos do país, estimulando, assim, a participação política. Menos corrupta porque ambos os lados demonstraram se indignar com a corrupção do lado adversário. Caso a mídia contra hegemônica tivesse uma audiência mais extensa como a grande mídia, essa diferença na cobertura poderia ocasionar a fiscalização do sistema político como um todo e, desse modo, reduzir ou até erradicar o problema da corrupção sem perseguição de um partido ou de uma ideologia específicos.

Nessa perspectiva, a exposição da corrupção política deve ter como fim a transformação do sistema de modo a evitar que práticas ilícitas e antiéticas continuem ocorrendo e prejudicando o funcionamento da democracia. Entretanto, a pesquisa ensejou o entendimento de que a escandalização da corrupção pela grande mídia brasileira apresentou, nesta quadra democrática, um viés antipetista. A desqualificação sistemática do partido de

esquerda e a minimização da corrupção da direita na cobertura da imprensa hegemônica podem ser apontados como possíveis causas da intensificação do clima de intolerância antiesquerdista na sociedade, que pôde ser visto no decorrer do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e que se desenrola até os dias de hoje com o fortalecimento de grupos neofascistas. Isso porque essas estratégias têm como consequência a distorção do campo da política, consolidando sentimentos negativos contra o governo petista e sua base aliada já exaltados pelo contexto generalizado de crise. Enquanto isso, a corrupção continua sendo uma prática corriqueira na política brasileira, demonstrando a ineficácia da forma como a imprensa de massa estabeleceu a luta anticorrupção na agenda pública<sup>20</sup>.

Dito isso, é urgente repensar o sistema de comunicação no Brasil para realizar uma verdadeira democratização do acesso à informação política, principalmente na atual conjuntura da era da pós-verdade. A internet oferece ótimas oportunidades de veicular enquadramentos invisibilizados pelos grandes veículos de comunicação que seguem os ditames do jornalismo político tradicional, contudo vale reconhecer que a disseminação de informações falsas é ainda mais fácil no contexto digital. Isso se impõe como um importante desafio a ser enfrentado pelas democracias contemporâneas nos próximos anos.

### Referências bibliográficas

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa.** Rio de Janeiro: FGV, 2004. 216p.

ALDÉ, Alessandra; VASCONCELLOS, Fábio. AO VIVO, DE BRASÍLIA: ESCÂNDALO POLÍTICO, OPORTUNISMO MIDIÁTICO E CIRCULAÇÃO DE NOTÍCIAS. **Revista de Ciências Sociais**, Ceará, v. 39, n. 2, p. 61-69, jan./dez. 2008.

AMARAL, Muriel Emídio PESSOA DO; NETO, José Miguel ARIAS. Perversão e política no *impeachment* de Dilma Rousseff. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, [S.L.], n. 135, p. 55-70, ago./nov. 2017.

AMARAL, Roberto. Finalmente, as ruas tomam a palavra. **Carta Capital**. São Paulo, 18 dez. 2015a.\*

---

<sup>20</sup> Enquanto escrevo essas palavras, o governo de apenas dois meses de Jair Bolsonaro se encontra em crise devido à exposição de escândalos de corrupção por parte da *Folha* e dos veículos da Rede Globo. Em sua campanha, o presidente se vendeu como o bastião da luta contra a corrupção e enquadrou jornais dos grupos citados como inimigos que queriam queimar a sua imagem. É certo que as relações entre a mídia de massa e o governo se encontram num processo de transformação, devido à preferência de Bolsonaro pela utilização das redes sociais como forma de comunicação com a sociedade. Nessa perspectiva, os próximos anos trarão muitos questionamentos referentes ao campo da comunicação política no país.



\_\_\_\_\_. Não é Dilma que está em jogo. É a democracia. **Carta Capital**. São Paulo, 30 out. 2015b.\*

\_\_\_\_\_. Para vencer o golpismo. **Carta Capital**. São Paulo, 31 jul. 2015c.\*

AUDI, Amanda. Entrevista: “A imprensa ‘comprava’ tudo.” assessora de Sérgio Moro por seis anos fala sobre a Lava Jato. **The Intercept Brasil**, [S.L], out. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/10/29/lava-jato-imprensa-entrevista-assessora/>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 270-290, mai./ago. 2018.

BAPTISTA, Érica Anita. Corrupção política e avaliação de governo: o caso da Lava Jato. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 128-148, jun./set. 2018.

BARROCAL, André. Cunha manobra para se salvar. **Carta Capital**. São Paulo, 30 nov. 2015.

BENITES, A. Temer é denunciado por corrupção e se torna primeiro presidente a responder por crime durante mandato. **El País**. Brasília, 27 jun. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/26/politica/1498485882\\_380890.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/26/politica/1498485882_380890.html). Acesso em: 19 fev. 2019.

BULLA, Beatriz; AGUIAR, Gustavo. Moro pede desculpas ao Supremo por divulgação de áudios de Lula e nega motivação política. **Estadão**, Brasília, mar. 2016. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/moro-pede-desculpas-ao-supremo-por-divulgacao-de-audios-de-lula-e-nega-motivacao-politica/>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BURIGO, Joanna. Em meio à crise, o patriarcado contra-ataca. **Carta Capital**. São Paulo, 20 abr. 2016.\*

CAMPOS, Mariane Motta De; CARDOSO, Viviane Amélia Ribeiro. *Impeachment: uma análise do enquadramento noticioso da Folha de S. Paulo*. **Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces comunicacionais do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017.**, [S.L], jun. 2017.

CARDOSO, Yasmin Ribeiro Gatto; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues De. Dilma, uma “presidente fora de si”: o *impeachment* como um processo patriarcal, sexista e midiático. **Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 45-65, jul./dez. 2016.

CARTA, Mino. Eterno golpismo. **Carta Capital**. São Paulo, 18 set. 2015a.\*

\_\_\_\_\_. Tempos de chantagem. **Carta Capital**. São Paulo, 4 dez. 2015b.\*

\_\_\_\_\_. Tragicomédia. **Carta Capital**. São Paulo, 121 ago. 2015c.\*

\_\_\_\_\_. Vendedores de fumaça. **Carta Capital**. São Paulo, 22 fev. 2016.\*

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017. 630 p.

COOK, Timothy. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 203-247, jul./dez. 2011.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEUTSCHE WELLE. Polícia Federal acusa Michel Temer de corrupção passiva. **Deutsche Welle**. 20 jun. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pol%C3%ADcia-federal-acusa-michel-temer-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-passiva/a-39340644>. Acesso em 17 fev. 2019.

DIAS, Maurício. Diretas Já? **Carta Capital**. São Paulo, 29 abr. 2016.\*

DIJK, Teun A Van. How Globo media manipulated the *impeachment* of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**, [S.L], v. 11, n. 2, p. 199-229, jan. 2017.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, [S.L], v. 43, n. 4, p. 51-58, set./dez. 1993.

FORTES, Leandro. A balada de Kim Kataguirí. **Carta Capital**. São Paulo, 28 mai. 2015.\*

GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. The contribution of the liberal-conservative press to the crisis of Dilma Rousseff's second term. **Cogent Social Sciences**, [S.L], v. 2, p. 1-13, nov. 2016.

JÚNIOR, J. F. et al. A (in)clemente mídia das eleições. **Insight Inteligência**, [S.L], p. 46-59, out./dez. 2014.

JÚNIOR, João Feres; SASSARA, Luna De Oliveira. Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, v. 35, n. 02, p. 205-225, jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Failed Honeymoon: Dilma Rousseff's Third Election Round. **Latin American Perspectives**, [S.L], v. 45, n. 3, p. 224-235, mai. 2018.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Choices, values, and frames. **American Psychologist**, [S.L], v. 34, n. 9, p. 341-350, jan./fev. 1984.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio De Abreu; CARNEIRO, José Alan Dias. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. [S.L.]: Nova Fronteira, 1994.

MANCHETÔMETRO. **Página inicial**. Disponível em: <<http://www.manchetometro.com.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, [S.L], n. 36, p. 176-187, jan./dez. 1972.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. **A hegemonia da concentração sem limites**. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/concentracaao/>>. 2017a. Acesso em: 14 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Afiliações políticas**. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/afiliacoes-politicas/>>. 2017c. Acesso em: 14 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Perguntas frequentes**. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/sobre/perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Proprietários da mídia**. 2017b. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatapp.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MENDES, Gabriel Gutierrez. O *impeachment* de Dilma Rousseff e a instabilidade política na América Latina: a aplicabilidade do modelo de Perez-Liñan. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 253-278, mar./jun. 2018.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 621-647, set./dez. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A PRODUÇÃO DA IMPARCIALIDADE: A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L], v. 25, n. 73, p. 59-76, jun. 2010.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia: Razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 35 p.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves De. Retrato das manifestações de rua no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira. **Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 83-96, jul./dez. 2016.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Presidential *impeachment* and the new political instability in Latin America**. Cambridge University Press, 2007.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da Mídia e Política. **Trabalho apresentado ao XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (Sessão “Estratégias de Comunicação e Política: Teoria e Pesquisa”**

do GT Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições), Caxambu/MG, out. 2002.

REIS, Daniel A. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história, debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SOUZA, Florentina Das Neves. A imagem do governo brasileiro pelo Jornal Nacional da Rede Globo nas eleições presidenciais de 2002 e 2010. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 12, n. 28, p. 173-180, mai./ago. 2011.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora LeYa, 2016. 144 p.

STOCHERO, Tahiane. Moro diz não se arrepender de ter divulgado áudio entre Lula e Dilma. **G1**, São Paulo, nov. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/moro-diz-nao-se-arrepender-de-ter-divulgado-audio-entre-lula-e-dilma.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SUSTEIN, Cass R. Preferências e política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 1, p. 219-254, jan./jun. 2009.

TEIXEIRA, J. F. et al. Espetacularização do vazamento de áudios pelo telejornalismo brasileiro: estratégias adotadas pelo Jornal Nacional na cobertura da conversa entre Romero Jucá e Sérgio Machado. **Revista Eptic**, [S.L], v. 19, n. 2, p. 109-121, mai./ago. 2017.

VALENTE, Rubens. Jucá não falou sobre economia ao citar 'sangria'; ouça. **Folha de S. Paulo**, [S.L], mai. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774182-juca-nao-falou-sobre-economia-ao-citar-sangria-ouca.shtml>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

WEBER, Carolina Teixeira. *Gatekeeper e gatewatching* – repensando a função de selecionador no webjornalismo. **Trabalho apresentado no DT 5 – Comunicação Multimídia do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**. Novo Hamburgo/RS – 17 a 19 de maio de 2010.

\*Devido à mudança no site da *Carta Capital*, os links das matérias referenciadas se encontram corrompidos e, por isso, não foram colocados aqui.

## ANEXOS – TOTALIDADE DOS TEXTOS DAS MATÉRIAS REFERENCIADAS DA CARTA CAPITAL

### A balada de Kim Kataguiri

por Leandro Fortes — publicado 28/05/2015 22h15, última modificação 29/05/2015 09h38

Nas passeatas de março e abril, eternizadas por multidões vestidas com camisetas da CBF aos gritos de “vai pra Cuba!”, Kim tornou-se líder prematuro do neo anticomunismo.

Em meio à histeria ideológica que se estabeleceu como agente político no contexto de passeatas nacionais mais ou menos frustradas, o reacionarismo antipetista regurgitou uma liderança improvável: o jovem Kim Kataguiri, um ex-estudante de economia de 19 anos, um foragido da faculdade sob alegada justificativa de que os professores, vejam só, sabiam menos do que ele.

Nas passeatas de março e abril, eternizadas por multidões vestidas com camisetas da CBF aos gritos de “vai pra Cuba!”, Kim tornou-se um líder prematuro do neo anticomunismo rastaquera da classe média paneleira nacional. Claro, com a conivência da mídia e de certa oposição ultraconservadora que vislumbrou na possibilidade do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff uma solução rápida para um mal de 13 anos: a ausência de votos.

Essa mistura de mídia conservadora com anseios golpistas, sabe-se, não é novidade alguma. Trata-se de um modelo udenista mais do que manjado.

Nem tampouco é novidade que dessa miscelânea despontem pessoas assim com status de liderança para, justamente, esconder quem realmente os controla e financia, a saber, os pilares de sempre do atraso pátrio, o grande capital rentista e o latifúndio.

O pequeno Kim é apenas parte dessa patética fauna de sociopatas convocados para a defesa da Pátria.

Absortos na fantasia de serem parte de um grandioso projeto nacional – o impedimento da presidenta da República –, Kim e seus camaradas organizaram-se em uma caminhada pretensamente cívica e a ela deram um nome solene: Marcha da Liberdade.

A ideia era reunir patriotas em torno de uma empreitada épica e cruzar os mais de mil quilômetros que separam a capital paulista de Brasília, no Planalto Central do Brasil.

Diante de um chamado desta monta, era mais do que óbvia a adesão de milhares de cidadãos e cidadãs indignados com a corrupção e os desmandos dos governos do PT. Tomariam, pois, as estradas, formariam um oceano verde amarelo sobre o asfalto e, enfim, entrariam triunfantes na Capital Federal, se possível, nos braços do tucano Aécio Neves, o quase-presidente.

Daí, seria uma questão de tempo até tirar a usurpadora do Palácio do Planalto e dar início a uma nova era com Michel Temer na Presidência.

Mas algo deu terrivelmente errado.

Nunca se soube e, provavelmente, nunca se saberá, quantas pessoas participaram, de fato, da tal marcha. É certo que, com base nas informações mais otimistas, esse número nunca passou de duas dezenas.

Como à mídia nunca interessou mostrar a andança, também muito pouco, ou quase anda, soube-se do roteiro e da rotina da intrépida coluna.

Soube-se apenas, por declarações de Kim, que a marcha se desenvolveu ao ritmo de, ora 20 quilômetros, ora 40 quilômetros ao dia, a depender do clima, do ânimo e da capacidade física dos andarilhos.

Um cálculo básico, feito a partir de uma média tomada à caserna, de 4 quilômetros a cada uma hora de marcha, revela que a caminhada liderada por Kim foi tão verdadeira como a intenção de muitos de seus seguidores em fazer uma intervenção militar a favor da democracia.

Como os marchantes da liberdade alegaram ter percorrido de 20 km a 40 km por dia, na primeira hipótese, o grupo anti-Dilma gastaria, em média, 5 horas por dia para percorrer 20 km.

Restariam 19 horas para descanso, necessidades fisiológicas, atividades lúdicas, leitura de apostilas da Escola Superior de Guerra e de livros do astrólogo Olavo de Carvalho.

Na segunda hipótese, os marchantes andariam 40 km, numa média de 10 horas de caminhada diária pelas estradas de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

Como é bem provável que muitos desses rebeldes *pró-impeachment* nunca tenham caminhado 10 horas em um mês inteiro, melhor centrar na primeira hipótese, já bastante difícil de acreditar: 5 horas de marcha, 20 km por dia.

Assim, em 24 de maio, 30 dias depois de a marcha ter deixado São Paulo, quando Kim e uma companheira de luta foram atropelados a 5 quilômetros de Alexânia, em Goiás, a trupe deveria ter percorrido 600 quilômetros.

Faltariam, portanto, quase 500 quilômetros até Brasília.

Ocorre que Alexânia fica a apenas 80 quilômetros da capital federal. Logo, Kim, ao ser abalroado por um motorista bêbado, estava a somente 85 quilômetros de seu destino.

Ou seja, do nada, sumiram da rota coisa de 400 quilômetros.

Das duas, uma: ou o Jaspion da TFP usou superpoderes para teletransportar a tropa em alguns trechos, ou, como mais do que se desconfia, os marchantes da liberdade passaram mais tempo em carros e ônibus de apoio do que, propriamente, com o pé na estrada.

Quando, finalmente, chegou em Brasília, Kim Kataguri caiu na real.

Na verdade, já tinha caído antes, quando, no meio da peregrinação, foi informado que Aécio Neves, o líder da resistência que nunca foi às manifestações, desistira de pedir o *impeachment* de Dilma.

Na capital federal, Kim tomou chá de cadeira para ser recebido pelas lideranças da oposição, até conseguir fazer um selfie com dois baluartes progressistas do Congresso Nacional, os deputados do PSC Marco Feliciano, profeta da cura gay, e Eduardo Bolsonaro, cria do próprio, com quem aprendeu a defender a ditadura, a tortura e redução da maioria penal.

A mídia e parte alucinada da oposição haviam prometido a Kim reunir, numa apoteose revolucionária, 30 mil pessoas em Brasília.

Entre manifestantes e curiosos, feita uma soma generosa, apareceram umas 300 pessoas para receber Kim e seu triste Exército de Brancalone em frente ao Congresso Nacional.

Não foi de todo mal.

Vai que, depois dessa, o moleque se anima a estudar de novo?

## **Para vencer o golpismo**

*por Roberto Amaral — publicado 31/07/2015 04h21*

De um lado está um PMDB poderoso e inconfiável; de outro, um PSDB ensandecido pela paixão golpista. Uma união diabólica

O Brasil não é uma republiqueta, e aqui não se repetirão os bem sucedidos ensaios do Paraguai e de Honduras. Nem outros, porque a sociedade também não mais aceitará a quebra da legalidade reconquistada após mais de 20 anos de ditadura militar. Muitas de suas cicatrizes ainda estão vivas, outras coçando para nos lembrar do que não poderemos jamais esquecer.

É o que não entendem as novas vivandeiras, felizmente ainda sem tropas para cortejar. Tampouco Aécio é Carlos Lacerda, em comum apenas o despreço ao jogo democrático. E os muitos desvios de caráter. Também não surpreende a nova postura de FHC: antes dele, muitos homens públicos envelheceram sem sabedoria. É mesmo muito difícil sobreviver à própria biografia.

Eduardo Cunha é um Severino urbano, mais articulado, e com as mesmas raízes no atraso, a que se somam seus negócios com a ala mercenária do pentecostalismo. E por isso mesmo incontrolavelmente audacioso e na mesma medida perigoso. Renan Calheiros é o último vagido do latifúndio canavieiro do Nordeste. Mas todos estão na ativa. Um presidente da

Câmara dos deputados, outro presidente do Senado Federal e do Congresso. Todos na linha constitucional da sucessão presidencial.

Há no país uma coorte assumidamente golpista reunindo imprensa – o maior partido da oposição –, setores ponderáveis da avenida Paulista e partidos políticos. Esta é, oficialmente, a postura do PSDB, açulado pela oscilação macunaímica [com o perdão a Mario de Andrade] de um PMDB que, não sabendo se é governo ou oposição, joga maliciosamente nas duas pontas contra a Presidente.

Mas esse PMDB, artífice da chantagem, é o maior partido da base do governo, que dele depende para governar! Desse PMDB é vice-presidente da República e articulador político do governo o Sr. Michel Temer, que, em convescote em Nova Iorque anuncia, para aplauso dos presentes, que ‘manteria o Levy no Ministério’. Em quais circunstâncias isso seria possível?

De um lado, portanto, está um PMDB poderoso e inconfiável. De outro, um PSDB ensandecido pela paixão golpista. Uma união diabólica. Girando como pião entre uma força e outra, uma base parlamentar flébil, acuada, e um PT que do velho e aguerrido Partido dos Trabalhadores de anos passados guarda só a sigla.

Nessas circunstâncias movem-se as peças de um oposicionismo canhestro propelido pela irracionalidade da inveja, pelo despeito que alimenta o ódio hepático. Esse filme o Brasil conhece e repudia: já o viu em 1954 e em 1964 e sabe qual foi o preço pago pela democracia em ambas as oportunidades. Rejeitamos sua reprise masterizada.

O golpismo se desenvolve em cascata: o primeiro passo foi a recusa em reconhecer o pleito e sua lisura e a tentativa de ‘recontagem’, insinuação de fraude eleitoral; depois as ridículas tratativas visando a impedir a posse, depois os reiterados ensaios de *impeachment* (ora por motivação política, ora judicial, ora por isso e ora por aquilo, e sempre sem fundamentação ética ou legal); depois, promessa de ‘sangrar a presidente’, inviabilizando seu governo, ainda que isso cobre preço altíssimo à economia nacional e à vida de nosso povo. A tentativa é asfixiar o governo para vê-lo irremediavelmente sem fôlego.

Essa gente não leva em conta as consequências para a economia do país. Aí entra em cena a felonía do PMDB, que escala os presidentes da Câmara dos Deputados (este na expectativa de ser processado por crime comum [extosão] pelo STF) e do Senado Federal, de biografias conhecidas, para o ofício da sabotagem. São eles os verdadeiros líderes da oposição, juncando de trambolhos o governo da presidente Dilma, no afã de jogá-la e seu partido contra a população.



Na verdade, não se trata do salutar exercício da oposição – sem a qual não existe democracia digna do nome –, mas da tentativa de exterminar politicamente a presidente e seu partido, tentativa que em si mesma nega e repele o processo democrático. O leitmotif dessa oposição desvairada deixa de ser a crítica pontual ou em tese ao governo. Em seu lugar se instala a lógica do ódio que gera ódio, o mais eficaz fermento da intolerância que gera a violência, que descamba da ofensa verbal para a agressão física.

Este é um labor mesquinho, quando todos deveríamos estar unificados na busca de saída para a crise. Esta é a hora de buscar compromissos honrosos, é o momento de abandonar a mesquinhez da luta pequena que empobrece a política e passar a pensar no país.

Que tempestades espera a oposição colher com os ventos que ora sopra?

A análise só se justifica como instrumento de ação. Se a tentativa de golpe está posta, que se erga a defesa do governo. Sem lamentar a oposição, mas, denunciando seus arreganhos golpistas, cuidar de sair do imobilismo em que se acham a centro-esquerda e os liberais. O momento, portanto, não permite nem a contemplação inativa nem a autocomiseração (“estamos no volume morto!” “temos que ser punidos pelas besteiras que fizemos!”).

Essas duas alternativas, se escolhidas por nós, favorecem o conservadorismo. Há uma terceira que igualmente nos enfraquece, a da automistificação (“O petismo no poder foi revolucionário, emancipou as massas e alijou do poder as classes dominantes!”). O primeiro passo, agora, é distinguir o fundamental do acessório. E o fundamental me parece ser, nas atuais circunstâncias, a sustentação do governo Dilma, até para poder alterar-lhe a equivocada política econômica. A pura crítica nossa só interessa, neste momento, aos setores golpistas.

Mas o governo tem que ajudar: ele precisa definir de que lado está. A presidente Dilma Rousseff precisa se convencer de que: 1) O Brasil não vive um 'pacto de classes': um esboço desse pacto, encarado taticamente pela burguesia, foi feito no governo Lula, pois o projeto tucano havia se esfacelado;

2) Fortalecida, a direita já fez sua opção, e ela é, neste primeiro momento, Aécio Neves, candidato ‘consagrado’ em uma campanha que para ela não acabou nem acabará antes de seu triunfo, independentemente do preço a pagar; 3) Logo, só é possível ocupar o espaço da centro-esquerda, deixado vago, em parte, pelo próprio governo petista, com sua tática de conciliação permanente.

Isso implica definir uma agenda progressista mínima e buscar implementá-la na medida que as circunstâncias permitirem. Contrário senso, limitar as concessões à direita ao mínimo

indispensável para sobreviver. Ou seja, procurar só fazer recuos que permitam avançar. Se necessário, dois passos à frente e um atrás, jamais o contrário.

## **Tragicomédia**

*por Mino Carta — publicado 21/08/2015 04h42*

Ódio de classe nas marchas e as contribuições de Fernando Henrique ao besteirol nacional. Que sobra das manifestações de domingo 16 de agosto? Ódio de classe. Inextinguível, inesgotável, inexorável ódio de classe. Insuportável para qualquer democrata autêntico. Não figuram na categoria, obviamente, os barões midiáticos e os seus sabujos. Tampouco, Aécio Neves e o tucanato em geral, encabeçado por Fernando Henrique Cardoso. Diriam dele as vovós de antanho: está gagá.

Ao contrário do que divulgaram os jornalões de segunda 17, as manifestações não foram o sucesso esperado pelos organizadores. Reunir 800 mil brasileiros em 169 municípios de um país de 200 milhões de habitantes não impressiona, apesar das reações entre eufóricas e triunfantes da mídia e da oposição. A última versão dessas novas marchas da Família, com Deus e pela Liberdade levou às ruas, meses atrás, o dobro de participantes. Nem esta comoveu.

Uma pesquisa do Datafolha nos diz quem compareceu: mais homens que mulheres, bem mais brancos que pretos ou pardos, a maioria passou dos 51 anos de idade e mais de 70% votaram em Aécio Neves. Como as marchas do golpe de 64, manifestações burguesas e burguesotas, como de resto prova o grau elevado de escolaridade dos marchadores, a denunciar ao mesmo tempo o baixo nível das nossas escolas.

Sim, o pessoal está movido a ódio de classe, com particularidades tropicais. A vocação festeira e o impulso ficcional da fantasia estimulado pela estiagem. Não ganham a praça para clamar contra Dilma, Lula e o PT, e sim contra o que supõem ser a presidenta, o ex-presidente e seu partido. Figuras romanescas que em outros tempos chamariam de comunistas, representantes de uma esquerda metida a redentora do povão enquanto chafurda na corrupção. Algo assim como um Robinson Crusoe que caiu na gandaia.

CartaCapital há mais de uma década lamenta que o PT tenha se portado no poder como todos os demais partidos. No caso de Dilma Rousseff, enxerga uma presidenta que descumpriu as promessas da campanha, inapetente no jogo político, proba, porém, acima de qualquer suspeita. Quanto a Lula, é o presidente mais amado do Brasil pós-ditadura a despeito do

chamado “mensalão”, seu governo foi o primeiro a implementar uma política social, modesta, e uma política internacional independente, primorosa.

Vale acentuar também que, no hediondo capítulo dos escândalos, o PT no governo é bem menos vistoso do que o PSDB. À sombra de dois mandatos de FHC, o tucanato esbaldou-se diante do olhar conivente e protetor da mídia nativa. Nuvens imaculadas singraram os céus e o PSDB, capaz de escândalos monumentais, se assumia como partido da reação e seu presidente mergulhava nos braços de Clinton.

Nestes dias FHC se apressa a uma contribuição póstuma, digamos assim, ao saudoso Febeapá de Stanislaw Ponte Preta, uma das figuras do passado que faz tanta falta ao Brasil de hoje, parvo quando não vulgar, incapaz de graça, menos ainda de relâmpagos de humor como já se deu nos tempos idos e sepultados. Se bem entendi, do alto da sua comprovada vocação de contorcionista do retoque constitucional. FHC propõe agora mais uma reforma, pela qual o presidente, embora eleito conforme a lei, teria de renunciar tão logo as pesquisas indicassem desfavor popular.

Conclusão: Dilma Rousseff teria de entregar-se passivamente a um “gesto de grandeza” e renunciar à vista das pesquisas negativas, a tornarem seu governo “ilegítimo”. Deixo a Marcos Coimbra a tarefa de confrontar FHC presidente com a atual presidenta (páginas 28 e 29). Registro apenas que o PSDB adere de pronto ao pensamento do seu príncipe para justificar o abandono da ideia do *impeachment* impossível.

Realista, pelo contrário, a análise do ex-ministro das Comunicações de FHC, Luiz Carlos Mendonça de Barros, grande personagem da maior bandalheira/roubalheira da história do Brasil, as privatizações tucanas, quando chamava o então presidente de “bomba atômica” ao lhe atribuir poderes nucleares. Diz ele, talvez inspirado por sua condição recente de empresário, além de investidor, que a solução conveniente está hoje no “acordão”, que prefiro chamar, mais propriamente, de conciliação das elites. A qual está em gestação, nas barbas de tucanagens, marchas e painelaços.

Os jornalões divulgam o besteirol tucano em unísono e em manchetes, enquanto o governo acuado exhibe sua incapacidade de reação à altura, que se recomendaria enérgica, com o exato tempero da ironia. Como se vê, a crise não é somente econômica, política e social, é também cultural.

## **Eterno golpismo**

por Mino Carta — publicado 18/09/2015 06h25

Miúda reflexão sobre *impeachment*, democracia e Estado de Direito no país da casa-grande

Na esteira do Cruzado 1, em outubro de 1986 José Sarney cometeu estelionato eleitoral logo após a vitória peemedebista nas eleições para os governos estaduais, Congresso e Assembleias, ao lançar o Cruzado 2 e arrastar o País para uma crise econômica de grande porte. A situação, complicada pelo fracasso da moratória do começo de 87, perdurou até o fim do mandato de Sarney.

Nem por isso se cogitou, em momento algum, do *impeachment* do ex-vice-presidente tornado presidente pela morte de Tancredo Neves, em claro desrespeito a qualquer regra do jogo pretensamente democrático.

Ao lançar o olhar além-fronteiras, temos o exemplo recente de Barack Obama, atingido em cheio pela explosão da bolha financeira de 2008, a mergulhar os Estados Unidos em uma crise de imponentes proporções. Obrigado a enfrentar a queda progressiva do valor do dólar, assoberbado pelas habituais pressões e ameaças das agências de rating, vítima de índices de aprovação cada vez mais rasos, Obama acabou sem o apoio da maioria parlamentar. Nem por isso sofreu o mais pálido risco de *impeachment*, mesmo porque hipóteses a respeito seriam simplesmente impensáveis aos olhos dos parlamentares americanos, mesmo republicanos.

Se a ideia já teve no Brasil razão de vingar, ao menos de ser aventada, foi em relação a Fernando Henrique Cardoso: comprou votos para se reeleger e comandou privatizações que assumem as feições inequívocas das maiores bandalheiras-roubalheiras da história pátria, realizadas às escâncaras na certeza da impunidade. Praticante emérito do estelionato eleitoral, fez campanha para a reeleição à sombra da bandeira da estabilidade para desvalorizar o real 12 dias depois da posse para o segundo mandato.

FHC é recordista, conseguiu quebrar o Brasil três vezes. Ao cabo, entregou a Lula um país endividado até a raiz dos cabelos e de burras vazias. Ao longo da sua trajetória presidencial, jamais se imaginou a possibilidade do seu *impeachment*.

O príncipe dos sociólogos, outrora encarado como elemento perigoso por quantos hoje o veneram, tornou-se xodó da mídia nativa e dos senhores da casa-grande. Favor irrestrito e justificado: nunca houve alguém tão capacitado para a defesa dos interesses do reacionarismo na sua acepção mais primitiva.

Hoje em dia, FHC arca com o papel de oráculo da política brasileira com invulgar destemor. Tudo dentro dos conformes, a desfaçatez, a hipocrisia e o oportunismo tucanos não têm

limites. O enredo é típico, assim como já é clássico o caso de Fernando Collor, que se retirou antes de sofrer *impeachment*. Exemplar trecho, de todos os pontos de vista, que vivi de perto por mais de dois anos, quando dirigia a redação de IstoÉ.

Para mim a história começa 25 anos atrás. O então repórter da IstoÉ Bob Fernandes tocaia por dois meses o operador do presidente, PC Farias. Chega a hospedar-se por algum tempo no apart-hotel, onde em São Paulo vive o tocaiado. Enfim a revista publica uma reportagem de capa sobre as façanhas do PC, em que se relata tudo aquilo que o irmão de Collor diria a Veja um ano e meio depois, com exceção dos supositórios de cocaína.

Eis aí, neste roteiro, um aspecto ineludivelmente brasileiro. Quando da reportagem, a mídia cuidou de não lhe dar eco e seguimento, ao contrário do que se daria em qualquer país democrático e civilizado.

Até então, a casa-grande suportava que o presidente cobrasse pedágios elevadíssimos em relação a obras feitas e ainda assim o imaginava adequado ao cargo de propiciador de benesses. Fora a Veja, aliás, que popularizara a definição de Collor como “caçador de marajás”.

Com o tempo, a cobrança collorida passou a ser considerada insuportável e se entendeu que valeria submeter o cobrador a um aperto sério, embora comedido. Foi a hora da entrevista do irmão, esta sim imediatamente repercutida.

A CPI convocada para cuidar do caso moeu meses de sessões inúteis à falta de provas. Não fosse IstoÉ, daria em nada. A sucursal de Brasília da revista, dirigida por João Santana, foi capaz de demonstrar a ligação entre a Casa da Dinda e o Palácio do Planalto, e o encaminhamento do *impeachment* foi inevitável.

A Globo prontificou-se a chamar para as praças manifestações bastantes parecidas àquelas que pipocam de dois anos para cá, frequentadas, sobretudo, por burguesotes festeiros, enquanto a Veja ganhava o Prêmio Esso de Jornalismo, remota invenção alienígena destinada a consagrar o jogo corporativo, festival do compadrio da mídia nativa.

Há quem diga que estamos a transitar por uma conjuntura similar àquela, e se engana, está claro, por hipocrisia ou ignorância. O *impeachment* de Dilma Rousseff é totalmente impossível à luz da Constituição. Se quiserem mandar as aparências às favas, seria golpe mesmo, conforme conhecimento até do mundo mineral. Mas golpismo é inerente ao país da casa-grande. Editoriais, colunas, artigos e reportagens dos jornalões recordam, cada vez mais, os textos de 51 anos atrás.

## **Não é Dilma que está em jogo. É a democracia**

*por Roberto Amaral — publicado 30/10/2015 04h29*

Trata-se de uma questão de princípio: a defesa da soberania popular como fonte única de poder

Setores da esquerda brasileira afirmam que a defesa do mandato da presidente Dilma Rousseff depende da mudança de sua política econômica. A estratégia de cabo de esquadra embute a avaliação segundo a qual não é possível defender o seu mandato porque sua política econômica é indefensável.

E aí, como quase sempre, graças à leitura primitiva de antigos catecismos, o esquerdismo se encontra com a direita na oposição à Presidente e por razões distintas joga água no moinho já caudaloso do *impeachment* do qual, se esse ocorrer, será ao mesmo tempo coadjuvante secundário e vítima a médio prazo.

A História não se repete, mas, sabidamente, é recorrente entre nós: nos idos de 1954 direita e esquerda, lacerdistas e comunistas saíram às ruas em um coro uníssono pela deposição de Vargas. Deu no que deu: o governo conservador de Café Filho, comandado por Eugênio Gudin, Juarez Távora e Eduardo Gomes.

O que está em jogo nos dias correntes não é o governo Dilma, mas a legitimidade de um mandato ungido pela soberania popular, até aqui incontestada. Neste caso, trata-se de uma questão de princípio: a defesa da soberania popular como fonte única de poder. Para a defesa deste princípio (que deve estar acima das circunstâncias e das contingências), não entra em cogitação se o governo é de direita ou de esquerda, se eficiente ou não, se é o governo de nossos sonhos ou de nossos pesadelos.

Pergunta-se tão-só se é legítimo e legal. E a resposta, neste caso, é afirmativa. Este é o ponto de vista de liberais e da esquerda e dos segmentos de centro-esquerda; já a direita não pensa assim: em um golpe de mão, quer o *impeachment* para assumir o governo que as urnas lhe negaram.

Ademais de titular de um governo legítimo, a presidente é legalmente inalcançável pela tentativa de *impeachment*, que, assim, à míngua de sustentação jurídica, se converte em explícita tentativa de golpe de Estado.

Consabidamente, Dilma não praticou um só delito dentre os catalogados pela legislação como justificadores da medida extrema. Ao contrário de Collor e ao contrário do presidente da

Câmara dos Deputados – de quem, a propósito, depende a iniciativa para a abertura do processo de cassação do mandato presidencial. Sinal dos tempos, nada mais.

A defesa do mandato de Dilma – um imperativo histórico – não exige a concomitante defesa de sua política econômica, tanto quanto a crítica ao ‘reajuste’ – e não só a ele – em nada impede a defesa do mandato, até porque essa política econômica não será alterada com a eventual deposição da presidente.

Ao contrário, o caminho para a mudança de política – apartando-a do neoliberalismo e do rentismo – depende do fortalecimento do governo. Em outras palavras: nas circunstâncias, a sucessão de Dilma – qualquer que seja ela --- imporá ao país uma política econômica ainda mais conservadora.

Explica-se.

Só uma nova correlação de forças – que passa pelas ruas, pelos movimentos sociais – poderá assegurar a mudança da política econômica, ainda no governo Dilma.

Só uma nova correlação de forças na sociedade – caminhando, portanto, para além da infiel base governista no Congresso – poderá assegurar a retomada do desenvolvimento econômico e da distribuição de renda, a taxação das grandes fortunas (5% ao ano sobre as fortunas acima de R\$ 50 milhões de reais nos dariam um ganho de receita da ordem de R\$ 90 bilhões), a taxação dos lucros sobre capital próprio, a alteração das alíquotas do Imposto sobre a Renda, fazendo-o incidir progressivamente sobre renda e patrimônio.

Só um governo política e socialmente forte pode enfrentar o rentismo, reduzir a taxa de juros, controlar o câmbio e adotar uma arrojada política de combate à sonegação de impostos, sobre o que, compreensivelmente, não falam nem a FIESP, nem a FIRJAN, nem a CNI, menos ainda a CNC e quejandas.

É preciso ter em mente que a defesa da ordem democrática, da legitimidade do voto, da soberania popular como única fonte de poder, é o ponto de partida, mas não encerra a história toda, pois o que está em jogo em nosso país ultrapassa a preservação do mandato da presidente Dilma. Trata-se de barrar o avanço das conquistas conservadoras, que teriam o campo livre na era pós-Dilma.

O que seria esse pós-Dilma, senão o fortalecimento das forças conservadoras e reacionárias que hoje, sob o comando de Eduardo Cunha, já promovem uma virtual revisão da Constituição de 1988, dela retirando as principais conquistas sociais?

A direita já explicitou o discurso de seus líderes e, no espaço parlamentar, alguns indicadores de seu programa são reveladores: a precarização do trabalho em geral e a terceirização de forma específica, o desmonte do Estatuto da Família (excluindo de seu abrigo mais da metade das famílias brasileiras), a revogação do Estatuto do Desarmamento, o corte dos recursos destinados a programas como o Bolsa Família (já anunciado por um dos relatores da proposta orçamentária para 2016), o fim da demarcação das terras indígenas, a cobrança de mensalidades no ensino universitário público, o intento de penalizar como terrorismo o movimento social.

Símbolo de todo esse retrocesso civilizatório é o projeto do deputado Cunha – quem mais? – já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, que praticamente força a mulher pobre a aceitar a gestação fruto de estupro.

Os setores da esquerda indecisa e os liberais, esses ainda encantados com o cantochão do reacionarismo, precisam refletir (enquanto é tempo) sobre o que seria, entre nós, um governo conservador, pois conservador e reacionário será, no rasto de eventual *impeachment*, o governo que acaso suceder ao governo Dilma.

Um governo conservador significará grave retrocesso para as políticas distributivas (regressaremos ao ‘primeiro é preciso fazer o bolo crescer para depois fatiá-lo’ dos tempos da ditadura), a total liberalização do sistema financeiro, o corte dos benefícios sociais – as primeiras vítimas das ‘políticas de austeridade fiscal’.

A desnacionalização das indústrias estratégicas, finalmente alcançando a Petrobras e, de sobremesa, a engenharia nacional. Um governo conservador nos atrelará, de forma subordinada, novamente, e por muitos e muitos anos, às políticas e interesses dos EUA, de quem seremos satélites menores; significará nossa renúncia a uma política externa independente e ao exercício de nosso papel na América do Sul, afetando todos os projetos de desenvolvimento autônomo de nossos vizinhos. Será o fim do Mercosul e da UNASUL e a recuperação da ALCA, com a qual assumiremos definitivamente o status de colônia moderna. Será a renúncia a qualquer sorte de desenvolvimento soberano.

Em síntese e finalmente, a realização do perseguido sonho de FHC, acalentado desde o nascimento do PSDB, nascido de uma costela do PMDB, de onde herdou seu DNA: o fim da ‘era Vargas’, a saber, o fim das políticas distributivas e da proteção ao trabalho, o fim da emergência das classes marginalizadas pelo desenvolvimento, segundo as regras do capitalismo financeiro monopolista.



Nossas ‘elites’ econômicas têm consciência de classe para dar e vender. Iluda-se quem quiser.

## **Cunha manobra para se salvar**

*por André Barrocal — publicado 30/11/2015 04h44*

Acuado por seu próprio partido, deputado procura salvação sem excluir a chance de renunciar à presidência da Câmara

O dramaturgo Eduardo Cunha, presidente da Câmara, quebra a cabeça para escrever o fim da trama policial que ele mesmo estrela sobre milhões escondidos na Suíça e corrupção na Petrobras. Vaiado em ato público de seu partido e dentro do plenário que comanda, ignorado pelo relator de seu caso no Conselho de Ética, o peemedebista já sabe. Caiu na antipatia popular e só salva o mandato com alguma manobra ousada.

Por trás das cortinas, é obrigado a cogitar inclusive abandonar a presidência antes do previsto, desfecho desejado pelo Palácio do Planalto e pela oposição.

Afastar-se do cargo é ideia a correr a Câmara juntamente com vários roteiros mirabolantes desde a apresentação do parecer do deputado Fausto Pinato, do PRB paulista, pela continuidade do processo contra Cunha no Conselho de Ética. Sem esperar a defesa formal do acusado, por escrito, Pinato manifestou-se na segunda-feira 16 a favor do prosseguimento da investigação.

Motivo: indícios suficientes de que Cunha recebeu vantagens indevidas como parlamentar (seria beneficiário de desvios na Petrobras) e prestou informações falsas (ocultou a posse de milhões na Suíça). A defesa informal do peemedebista, em entrevistas sobre trading e trustes, não adiantou.

Por intermédio de advogados e aliados, Cunha não demorou a fazer circular seus planos de reação. Acionar uma comissão da Câmara dominada por sua trupe, a de Constituição e Justiça, para contestar não ter sido ouvido por Pinato. Pedir a substituição do relator.

Abusar de manobras regimentais para evitar a votação de seu processo até 2018, quando então concorreria a deputado estadual pelo Rio, algo que lhe permitiria fugir do ministro Teori Zavascki nos inquéritos a que responde no Supremo Tribunal Federal. E, em último caso, abrir mão da presidência da Câmara.

Um dos que sopraram a hipótese de Cunha deixar o cargo foi o líder do PTB, Jovair Arantes, de Goiás, devoto do evangélico peemedebista. Pela oferta cunhista, Pinato toparia abrandar a punição. Em vez de cassação, suspensão do mandato por um tempo.

Uma curiosidade sobre o encarregado de investigar se, entre outros lances indecorosos, Cunha mentiu aos colegas. Pinato é réu no STF por falso testemunho e denúncia caluniosa.

O caso começou na terra natal do parlamentar, Fernandópolis, interior paulista. Seu pai, Edilberto Pinato, processou por calúnia um empresário local, Jurandir de Oliveira e Silva, e uma das testemunhas que arrolou, João Paulo de Jesus, mais tarde revelou à Justiça ter mentido contra o acusado graças a uma promessa de cargos feita por Fausto Pinato em campanhas políticas.

Diante do recuo de João Paulo, o empresário deu o troco e processou os Pinato. Como Fausto virou deputado este ano, o caso dele subiu da 2ª Vara Criminal de Fernandópolis para o STF. Se o Conselho seguir com a apuração sobre a conduta ética do dramaturgo, ou melhor, Cunha, o processo deve ir a votação por volta de abril, conforme as bolsas de apostas na Câmara. Até lá, diz o deputado Zé Geraldo, do PT do Pará e integrante do Conselho de Ética, o peemedebista ganha uma sobrevida e poderá “posar de bonzinho”, quem sabe até ajudar o governo em certas votações.

Por outro lado, emenda o petista, Cunha já poderá ter sido convertido em réu no Supremo, condição que elevaria a pressão da opinião pública pela cassação dele, circunstância capaz de enfraquecer o peemedebista na negociação dos termos de sua rendição.

Governistas e opositoristas parecem coincidir no primeiro item da rendição: a saída de Cunha da presidência da Câmara antes do prazo legal, fevereiro de 2017. Uma coincidência com motivações diferentes.

No Palácio do Planalto e no PT, reina o silêncio sobre os rolos do deputado, embora se trate de notório inimigo de Dilma Rousseff. É uma postura que joga a favor do peemedebista. Em privado, um dos vice-líderes do governo na Câmara conta: para o Planalto, não importa se Cunha salvará o mandato, mas que deixe o cargo. Só assim haveria paz política e econômica. Enquanto o deputado é investigado, o governo continuará a rearticular sua base de apoio para ter força quando chegar o aparentemente inevitável instante de Cunha dizer adeus ao cargo.

Um nome visto com simpatia pelo Planalto para assumir o posto é o líder do PMDB, Leonardo Picciani, do Rio. A dúvida é se o governo conseguirá reorganizar a tropa a tempo. “A situação de Cunha tem se deteriorado muito rapidamente”, diz o vice-líder governista.

E como se deteriorou. Até cair em desgraça, Cunha era o maior expoente da ala do PMDB favorável a romper com Dilma Rousseff e o PT. Agora enfrenta constrangimentos no

aconchego partidário. Na terça-feira 17, a Fundação Ulysses Guimarães, centro peemedebista de estudos, realizou um evento para lançar propostas econômicas de injeção neoliberal tucano. Foi sob vaias que Cunha entrou no recinto e depois discursou aos presentes. O ímpeto dos apupos diminuiu, e o orador até arrancou alguns aplausos ao dizer que o PMDB “não pode se calar (contra o governo) por meia dúzia de carguinhos (no governo)”. Mas ser contestado em casa, diante da torcida, no momento que atravessa, certamente não ajudou.

Naquela tarde, novo embaraço. Ao chegar ao plenário da Câmara para comandar outro dia de votações, Cunha tropeçou no debate sobre a realidade das mulheres negras no País.

A sessão era presidida pela deputada Benedita da Silva, petista negra do Rio, e tinha na plateia militantes do movimento afrobrasileiro, em marcha à capital federal graças ao Dia da Consciência Negra, comemorado na sexta-feira 20. Quando o peemedebista assumiu a cadeira presidencial no lugar de Benedita, ouviu vaias e um “Fora Cunha”.

No dia seguinte, após Cunha ajeitar os trabalhos da Câmara de modo a impedir a análise do parecer de Pinato no Conselho de Ética, uma penca de deputados abandonou o plenário e deixou o presidente da Casa a falar sozinho, em sinal de protesto.

Já na oposição, Eduardo Cunha à frente da Câmara agora é visto como obstáculo ao sonho de depor Dilma Rousseff. Em conversa recente entre dois entusiastas do *impeachment*, o deputado Roberto Freire, presidente do PPS, uma espécie de linha auxiliar do PSDB, disse a Darcísio Perondi, do PMDB gaúcho, que Cunha atrapalha a destituição de Dilma. Uma visão partilhada no ninho tucano.

Para um veterano deputado do PSDB, que participou da queda de Fernando Collor em 1992, o projeto *impeachment* jamais poderia ter sido atrelado aos interesses individuais de uma pessoa – Cunha, no caso.

Segundo o tucano, a tentativa de defenestrar Dilma será retomada no ano que vem e terá como combustível o desajuste econômico, com inflação e desemprego em alta, salário e PIB em baixa. “O Eduardo Cunha está morto e vai ser cassado, é uma questão de tempo. Mas hoje ele é um biombo contra o *impeachment*”, diz.

Apesar de rabiscar do próprio punho um roteiro com final feliz, Cunha montou uma tropa de advogados para defendê-lo nos fronts que o chamam em causa. No Supremo, seu general é Antonio Fernando de Souza, ex-procurador-geral da República responsável por denunciar o “mensalão” petista.

No Conselho de Ética, um ex-membro do Conselho Nacional de Justiça, Marcelo Nobre. Da Suíça, Cunha mandou vir um parecer do escritório DGE Advocats para tentar provar que não é titular de contas por lá. Aqui, encomendou ao ex-ministro do STF Francisco Rezek um parecer sobre trustes favorável à causa cunhista.

Diante de um batalhão jurídico de dez cobradores de caros honorários advocatícios, fica a dúvida. Onde Cunha arruma dinheiro para pagar a turma?

Na declaração de bens entregue à Justiça Eleitoral em 2014, ele dizia ter 1,6 milhão de reais. Seu salário de deputado é de 33 mil mensais. Seus 2,4 milhões de francos em uma conta na Suíça estão bloqueados desde abril. Mistério...

\*Reportagem publicada originalmente na edição 877 de CartaCapital, com o título "Manobras do dramaturgo"

## **Tempos de chantagem**

*por Mino Carta — publicado 04/12/2015 05h26*

Assistimos a uma tragédia iniciada há 500 anos, a explicar como um país destinado a ser paraíso foi condenado ao inferno por sua elite

Em qual país dito democrático o destino do governo e do seu partido fica sujeito à chantagem do presidente da Câmara dos Deputados, disposto a vender caro a sua pele de infrator?

Somos espectadores de um enredo assustador, a negar a democracia que acreditamos viver, mas nem todos entendem que o espetáculo é trágico.

O PT nega-se a uma capitulação ignominiosa e preserva o que lhe resta de dignidade, logo Eduardo Cunha parte para a vingança. Também o gesto do presidente da Câmara é tipicamente brasileiro, ao exprimir a situação de um país que há tempo perdeu o senso e a compostura.

Se já a teve, a capacidade de entender a gravidade do momento político, sem contar o aspecto pueril e os complicadores econômicos e sociais.

Até ontem, o governo jogou contra si mesmo, ao ensaiar a rendição à chantagem: desenhou-se nas últimas semanas a tendência a instruir os integrantes petistas da Comissão a votarem a favor de Cunha, donde a pergunta inevitável do cidadão atento aos seus botões: quer dizer que todos os envolvidos têm telhado de vidro?

Ora, ora. *Impeachment* era, e continua a ser, golpe. Quanto a Cunha, suas mazelas são mais que evidentes. Então, por que o governo cederia à chantagem? Quem se deixa acuar está perdido.

Tempo de chantagem, a delação premiada resulta dela também, a partir de prisões preventivas que põem em xeque a presunção da inocência, o indispensável *in dubio pro reo*. Esta é a democracia à brasileira, diariamente chantageada pela mídia nativa. Segundo uma pesquisa Datafolha, a maioria dos entrevistados enxerga na corrupção o calcanhar de aquiles do País.

Não procuro saber das técnicas empregadas para chegar a esse resultado, de todo modo é certo que a corrupção não passa de uma consequência de 500 anos de desmandos na terra da predação. O poder verde-amarelo muda seu endereço, mas não altera propósitos e comportamentos. É sempre o mesmo, desde as capitânicas hereditárias. Feroz, hipócrita, velhaco. E impune.

De pé, ainda e sempre, a casa-grande e a senzala, e também sobrados e mocambos. Gilberto Freyre referia-se ao Nordeste, mas a dicotomia se impõe até hoje do Oiapoque ao Chuí, e é mesmo possível que agora, nas terras do historiador pernambucano, seja menos acintosa do que em outros cantos.

Permanece, em pleno vigor, a lei do mais forte, e desta brotam os nossos males, a começar pela desigualdade, pelo assassinio anual de mais de 60 mil brasileiros, pelo caos urbano. E assim por diante. Supor que a situação atual tem alguns responsáveis, identificados pela Lava Jato, não esclarece a real dimensão do problema.

Responsável é quem usa o poder em proveito próprio. Colonizadores, escravagistas, bandeirantes, capitães do mato, os senhores do império, os militares golpistas que proclamaram a República etc. etc.

O golpe de 64 foi precipitado para evitar uma mudança apenas vagamente esboçada graças à convocação dos gendarmes fardados, coroada a operação 20 anos após, paradoxalmente, pelo enterro da campanha das Diretas Já.

A chamada redemocratização foi uma farsa, com a contribuição dos fados que levaram à Presidência Sarney, principal artífice da derrota da Emenda Dante de Oliveira, a favor das diretas, e vencedor da batalha da indireta à sombra de uma Aliança pretensa e hipocritamente apresentada como Democrática.

A casa-grande e sua mídia elegeram Fernando Collor, para apeá-lo quando passou a cobrar pedágio alto demais, e Fernando Henrique, que “não é tão esquerdista assim”, como dizia Antonio Carlos Magalhães.

O governo tucano em oito anos cometeu as maiores infâmias contra os interesses nacionais, esvaziou as burras do Estado, organizou com as privatizações a maior bandalheira da história brasileira, comprou votos a fim de reeleger FHC, para não mencionar as aventuras do filho do então presidente, grandiosas e silenciadas. Quem pode, pode.

Lula, Dilma e o PT são intrusos nesta pantomima e esta presença, usurpada na visão dos antecessores no poder, explica por que hoje são visados como únicos réus. A eleição do ex-metalúrgico em 2002 ofereceu uma esperança de renovação, e assim pareceu divisor de águas no rumo do progresso. No poder o PT portou-se como os demais partidos (partidos?) e os bons augúrios minguaram progressivamente. É bom, para a dignidade do governo e do seu partido que enfim não capitulem diante da chantagem de Eduardo Cunha.

Seria o suicídio. Infelizmente, há muitos outros erros morais e funcionais, falhas, deslizos, e até tramoias, trambiques, falcatruas, a serem remidos, e não é fácil imaginar que o serão.

Às vezes me colhe a sensação de que atravessamos a fase final do longo processo da decadência crescente e inexorável de um país destinado a ser o paraíso terrestre e condenado ao inferno por sua elite, voltada a cuidar exclusivamente dos seus interesses em detrimento da Nação.

E de administrá-los contra a lei, se necessário. Na circunstância, cheia de riscos e incógnitas, a saída pela Justiça soa como o recurso natural. Não seria o STF o guardião da Constituição ofendida, o último defensor do Estado de Direito?

Os botões me puxam pelo paletó: que esperar desta Justiça desvendada, embora tão verborrágica, empolada, falsamente solene?

## **Finalmente, as ruas tomam a palavra**

*por Roberto Amaral — publicado 18/12/2015 14h51*

A crise, entre outros méritos, expõe à luz do sol o sempre escamoteado caráter de luta de classe do conflito político

A ambição do impedimento da presidente Dilma é mais do que reverter o resultado das eleições de 2014 – um ano que insiste em não terminar –, jogando ao lixo, com a ordem

constitucional irremediavelmente corrompida, a soberania do voto, na qual se assenta a legitimidade da democracia representativa.

O argumento forjado em torno das tais ‘pedaladas’ – e outras chicanas – é simples pretexto para justificar uma petição inepta, firmada por um ancião digno, mas manipulado, um advogado cuja importância está no sobrenome herdado, e uma ‘jurista’ sem nome e sem obra, açulados os três pelos holofotes do momento, e lamentavelmente servindo, conscientemente, de biombo a uma alcateia faminta de poder.

E aí está o cerne da questão. O mérito do pedido, mesmo para seus subscritores, torna-se, no contexto, irrelevante, pois o que importa é seu papel como detonador necessário da abertura do processo de *impeachment*, acuando a presidente, paralisando o governo e a vida econômica, e pondo em xeque a desarticulada e infiel e cara base governista.

Para esse efeito, portanto, o expediente já cumpriu com seu papel de espoleta, ao ensejar ao correntista suíço a abertura do procedimento jurídico que visa à cassação do mandato da presidente Dilma. O fato objetivo, portanto, é que a oposição, com a contribuição indispensável e valorosa do PMDB, e seus principais líderes, logrou acuar o governo e pôr suas lideranças na defensiva. Mas logrou também acionar o STF – uma vez mais a judicialização da política por iniciativa de partidos! – e, principalmente, trazer a discussão para a sociedade, dividida, mas mobilizada.

Mas o mesmo movimento que acuou o governo e a presidente liberou as grandes massas que retornaram às ruas em todo o País em defesa de seu mandato. O pronunciamento das ruas chamado pela Frente Brasil Popular, porém, deve ser lido em todos os significados. Ele também grita um rotundo "Não" a toda e qualquer ameaça às conquistas sociais, e ainda serve de aviso sobre a disposição de resistir à eventualidade do golpe, bem como suas consequências.

A crise, entre outros méritos, tem o de expor à luz do sol o sempre escamoteado caráter de luta de classe do conflito político. Não é por acaso que o *impeachment* seja reclamado por instituições como a Fiesp, e que a defesa do mandato de Dilma Rousseff seja a palavra de ordem dos trabalhadores, liderados pelas centrais sindicais e pelo MST.

A direita de hoje (é do seu DNA a incapacidade de renovar-se, pelo menos no Brasil) é a mesma que nos anos 50 não aceitava a hegemonia do trabalhismo, e que nos anos 60 rejeitava tanto a emergência das massas quanto a promessa de reformas. Reformas que, diga-se de passagem, simplesmente prometiam a construção de uma sociedade capitalista mais moderna

e um pouco menos injusta. As ‘reformas de base’, ainda à espera de realização (meio século passado), detonaram João Goulart.

Esses fantasmas, com o lulismo, voltaram a assustar a Avenida Paulista. Daí a crise, daí a conspiração golpista, à plena luz do dia, da qual hoje participa, ostensivamente, o vice-presidente da República, seu primeiro beneficiário.

O que está em questão, hoje, para além das aparências, não é a maior ou menor popularidade do governo, nem seu desempenho, nem a corrupção endêmica (registre-se, entre outras, a condenação a 20 anos de cadeia de Eduardo Azeredo, ex-presidente do PSDB), nem a distonia entre o discurso da candidata e a política econômica adotada pela presidente. Tudo que se alega não passa de meros pretextos.

Nem mesmo está em jogo o futuro do reajuste, cujo combate desavisados da esquerda privilegiam em detrimento da defesa da legalidade, como princípio, porque não sabem ou fingem não saber que o prêmio em disputa é a tomada do aparelho de Estado (o controle da política, da economia e da vida social), depois da conquista ideológica, fruto da associação fática do monopólio da informação (e nele o monopólio do discurso único ditado pela direita) com a pregação de um fundamentalismo religioso assustadoramente primitivo e retrógrado.

O que seria a sociedade pós-Dilma está anunciado com todas as letras nas palavras de ordem das passeatas de Copacabana e da Avenida Paulista.

A preservação do mandato da presidente é o dique que vem contendo, no plano institucional, a onda reacionária. Rompida essa barreira, será impossível segurar o tsunami conservador que tudo varrerá: direitos dos trabalhadores, conquistas sociais, soberania nacional, desenvolvimento, distribuição de renda, combate às desigualdades sociais e regionais. Exatamente por isso, impedir o golpe é a prioridade tática.

Não é pequeno o desafio.

A ofensiva reacionária opera em todas as frentes, seja a frente ideológica, seja a frente institucional, onde, ainda hoje – e até quando? – atua, comandando a Câmara dos Deputados como senhor de barão e cutelo, um político com o prontuário do ainda deputado Eduardo Cunha. Mas não é, ele, o personagem único dessa trama sem mocinho.

Até há pouco agindo apenas à socapa, conduzindo os cordéis dos mamelucos a partir dos camarins, hoje se destaca no proscênio desse circo de horrores a figura lamentável de político menor que é o vice-presidente da República. Figura menor – cuja ascensão é denotativa da pobreza de nossa política –, mas ainda assim perigosa, pois tem sob seu comando, travestida



de partido, uma empresa de achaques, na lapidar definição de Marcos Nobre (Valor,14/12/2015): “O PMDB é uma empresa de fornecimento de apoio parlamentar, com cláusulas de permanente revisão do valor do contrato.”

Fazem-lhe coro envergonhado, companhia covarde, a liderança do PSDB que, ao tempo de Mario Covas e Franco Montoro, se apresentou como alternativa socialdemocrata.

Quando, superada a crise que hoje parece sem fim, o que sobrar de política e de partidos e de políticos tomará consciência da crise agônica da democracia representativa, da falência sem cura do ‘presidencialismo de coalizão’, e se entregará a uma reforma política estrutural? Ora, pedir essa reforma em ambiente hegemonizado por partidos como o PMDB e o PSDB, ou líderes partidários como Michel Temer e Aécio Neves (para ficarmos nos presidentes), é clamar no vazio, discursar para as pedras do deserto.

## **Vendedores de fumaça**

*por Mino Carta — publicado 22/02/2016 04h46*

Um conto de Andersen, A Roupa Nova do Imperador, merece ser adaptado à situação do Brasil de hoje

Um conto de Hans Christian Andersen, entre muitos outros, encantou a minha infância, A Roupa Nova do Imperador. Mas tem condições de encantar também a idade adulta. É a história dos vendedores de fumaça que com ela vestem o soberano, parvo e miseravelmente enganado, pronto a desfilar diante dos súditos aglomerados na praça certo de envergar roupas de seda e veludo. Até que um menino perdido no meio da multidão, voz da inocência, grita: “Ele está nu”. O enredo tornou-se lugar-comum para denunciar quem não consegue se esconder atrás de falácias.

Volta e meia a gente lê ou ouve que o “rei está nu” ao se contar o inútil esforço de algum graúdo pego com a mão na massa apesar dos seus disfarces. Chico Caruso, chargista na primeira página de O Globo, já desnudou os incriminados pela Lava Jato e, em outra charge, achincalhou as duas centenas de advogados, alguns dos réus da operação, que em janeiro passado divulgaram um manifesto para protestar contra irregularidades variadas cometidas ao longo da investigação.

Mauricio Dias em sua Rosa dos Ventos da edição passada criticou o chargista, e este se queixa agora com um texto postado no meu e-mail para defender seu trabalho, sem deixar de admitir que eu poderia ter autorizado “tal ataque”. Nada inspirei, nada autorizei, pelo simples

fato de que CartaCapital nunca se permitiu censura interna, ou autocensura. Seus colunistas escrevem o que bem entendem. Chico trabalhou comigo na primeira IstoÉ e gozou do meu respeito e da minha amizade, mantida no decorrer de décadas, desde os tempos em que me apelidou “catapulta de talentos” com chiste amigo, saudável de todos os pontos de vista.

Esta não é uma resposta, é reflexão ampla. Impossível dialogar nas circunstâncias de hoje com quem acredita, como Chico Caruso, que “o Judiciário aponta uma nova direção para a nossa política”. Não está só.

Este gênero de peculiar humorismo é praticado pela larga maioria dos chargistas de jornalões, revistas, programões. As exceções contam-se nos dedos de uma única mão. De chofre, ocorre-me Laerte, artista fiel às suas crenças de sempre, a contradizer a linha do jornal que a publica.

Às vezes me toma o impulso de perguntar aos meus cétricos botões como se deu que tantos, outrora a pretender professar ideias tidas pela reação como subversivas, tenham se identificado tão profundamente com as ideias dos seus patrões reacionários? E se, perguntaram por sua vez os botões, eles tivessem passado a compartilhar com total sinceridade o pensamento de quem lhes paga o salário?

Debandada geral. A mudança radical não se dá porque a ex-rapaziada deixou de votar no PT, ou porque se empenha em buscar obsessivamente razões para o *impeachment* de Dilma e para sepultar de vez qualquer veleidade eleitoral de Lula. CartaCapital sabe, e repete, que no poder o PT portou-se como os demais clubes recreativos envolvidos na arena política. Sabe, porém, e repete, que a tentativa de *impeachment* é francamente golpista e que os argumentos até o momento trombeteados para incriminar o melhor presidente pós-ditadura por ora o fortalecem de tão inconsistentes.

Certos entendimentos apoiam-se apenas na razão, assim como diferenças insanáveis se estabelecem a partir de percepções opostas, no bem ou, se quiserem, no mal. Quem não mudou de casaca enxerga no ódio de classe o porquê da campanha anti-Lula, incapaz de aceitar um operário nordestino na Presidência da República. E enxerga a distância que separa um país onde ainda permanecem de pé casa-grande e senzala da democracia e da civilização. E enxerga a incompetência dos senhores, inabilitados até ao capitalismo sonhado por Adam Smith: ao cuidarem exclusivamente dos seus interesses, condenaram um país exportador de commodities a viver até hoje uma Idade Média.

Cada qual tem direito a pensar o que quer, livremente. Trato somente de esclarecer a discrepância e a impossibilidade de diálogo. Anoto, também, a generalizada, epidêmica, avassaladora falta de graça. De um senso de humor que outrora conhecemos, de um lado e de outro, de Stanislaw Ponte Preta a Nelson Rodrigues, de Noel Rosa ao Pasquim, de Raymundo Faoro a Gilberto Freyre.

Entrego-me à releitura do conto de Andersen: a mídia nativa vende fumaça e, ao cabo, a realidade ficará nua.

## **Em meio à crise, o patriarcado contra-ataca**

*por Joanna Burigo — publicado 20/04/2016 09h40*

Este é mais um golpe de tantos outros do patriarcado heteronormativo branco

O termo *realpolitik* refere-se à política feita a partir de considerações práticas em detrimento de noções ideológicas, mas o termo é comumente utilizado de forma pejorativa para indicar políticas coercitivas, imorais ou maquiavélicas.

Proponho um desdobramento do conceito para aplicação no nosso atual cenário político: vivemos a era da *surrealpolitik*, na qual democracia é o que se quer ainda que alguns dos caminhos para chegar nela sejam antidemocráticos, que as famílias dos parlamentares apareçam como justificativa para votar a favor de um novo governo feito pelo povo, e que uma cusparada dirigida a um defensor declarado da ditadura cause mais ultraje do que seu discurso...

A maior parte da representatividade política global é marcada maciçamente pelo gênero, classe e cor dos candidatos e representantes eleitos. Até aí, nenhuma novidade, e no Brasil a configuração não é diferente: no poder, a maioria é de homens brancos e ricos.

Sabe como as feministas chamam o paradigma que normaliza que instituições de poder sejam regidas por homens? Patriarcado. É o patriarcado que o feminismo denuncia, expõe, critica, resiste, e contra o qual luta.

Frequentemente a palavra “patriarcado” vem seguida de outras palavras, como “heteronormativo” e “branco”. Esta tríade sintetiza um conjunto de estruturas institucionais que organiza nossa sociedade, e que tem outros eixos. Mas o patriarcado heteronormativo branco existe, e é incontestável: basta observar os corpos e discursos de quem ocupa o maior número de assentos nos cargos mais altos de poder político, econômico, simbólico e social.

O feminismo aponta os ritos do patriarcado como quer que eles se manifestem, e a votação acerca da abertura do processo de impedimento de Dilma Rousseff que ocorreu na Câmara no domingo 17 foi indubitavelmente patriarcal.

Na sessão, uma maioria esmagadora de homens brancos, ricos e (ao menos declaradamente) heterossexuais, ofereceu seu sim a um novo governo do povo com discursos contraditoriamente individualistas. Pela minha família, por deus, pelos meus. Pela mesma coisa de sempre. Pelo que é meu.

A proporção de homens e mulheres na sessão, aliada aos valores explicitados nas justificativas, acabou por nos oferecer o espetáculo da transmissão do patriarcado, ao vivo e em rede nacional. E quem assistiu viu: foi mimimi puro. Quanta ironia.

Um dos deputados chegou a declarar o seguinte: “Para me reencontrar com a História, voto sim”. Esta fala é muito significativa quando o presidente é uma presidenta. Com o que, exatamente, este senhor quer se reencontrar?

E aquele outro deputado, também branco e muito rico cujos filhos ocupam um sem-fim de cargos políticos, que dedicou seu sim ao golpe de 1964? A cusparada entre homens vira novela de meme e debate do dia. Surrealpolitik patriarcal.

Se o que está se desenvolvendo vai ficar marcado na história como golpe, com dor ou alívio logo ficará certo. Mas um golpe já é certo: este, mais um dos que recebemos do patriarcado heteronormativo branco.

O “tchau, querida” é extensivo a todas nós.

Além dos horrores misóginos, racistas, homofóbicos e fascistas que compuseram uma parte muito significativa dos discursos do sim durante votação, uma profusão de memes jocosos sobre o que acontecia na noite invadiu as redes durante a sessão.

O meme é a linguagem por excelência das redes sociais, um favorito da internet. Memes são especialmente bons no Brasil, onde fazemos chacota e deboche de tudo, e rapidamente. O compartilhamento de memes durante a votação própria não surpreende, mas dado seus conteúdos e o que ocorria, revelaram-se a falta de atenção e o peso seletivo que se dá para discursos de ódio.

A maior parte da produção feminista sobre política foca em atos e falas misóginas, no poder de significação das palavras, e em alertas sobre discursos de ódio e o que acontece quando eles se materializam.

Expomos, por coerência, ataques misóginos direcionados a todas as mulheres. Rousseff vem sendo alvo constante de ataques misóginos de toda sorte, mas esta semana mesmo – que semana – saiu uma matéria na revista *Veja* sobre Marcela Temer, enaltecendo-a amplamente por ser “bela, recatada e do lar”.

Ela é bela, talvez recato seja seu estilo, e do lar, bom, é elogio, mas isso não é sobre ela, e sim sobre marcar quais são os espaços onde as boas mulheres pertencem.

Demonstração da permanência do machismo institucionalizado nos meios de comunicação, que elogiam mulheres com adjetivos que denotam subserviência aos valores do patriarcado. Haja #greloduro.

Mulheres não têm equidade política, social e econômica, e coisas como a violência material e simbólica de gênero, ou as barreiras institucionais à nossa autonomia corporal, são formas de manutenção do paradigma patriarcal.

Patriarcado é o sistema, misoginia é a indicação de sua existência, machismos são seus atos. Na linguagem, no simbólico onde circulam informação e poder, encontramos evidências de todos.

A concepção de deus e família invocada na votação, por exemplo, existe no feminismo, e existe lutando para não servir de bandeira para promoção da violência nem manta que a acoberte. Feministas: exposição do patriarcado, sempre de dentro dele, analisando todos os seus códigos.

A conclusão é que a opressão das mulheres é, apesar das diferenças materiais e simbólicas entre culturas, uma constante.

Imagino que muitos dos que creem que a saída de Rousseff seja o melhor para o País tenham se envergonhado com o que assistiram. A comemoração efusiva do resultado adicionou mais uma camada de surrealismo à nossa política. Visto o que vimos, não parece haver o que celebrar.

Mas venha o que vier, de nossa parte é garantido: seguiremos falando e denunciando, como fazemos há tempo. Seguiremos expondo o patriarcado, sua linguagem, seus códigos, seus instrumentos de propaganda, seus métodos, e suas consequências, apesar de quaisquer binarismos ou surrealpolitik que nos atravesse.

Falamos já há muito, com experiência, dados, estudos e textões sem fim, sobre as causas e consequências graves que os horrores da seara do simbólico têm quando a materialidade de seus discursos se expressa na violência brutal contra corpos que dissentem.

Falamos. Falar é um modo de resistir. Hesito em finalizar o texto com isso, mas dada a surrealpolitik patriarcal, não custa torcer para que seja possível poder continuar falando livremente.

## **Diretas já?**

*por Mauricio Dias — publicado 29/04/2016 15h56, última modificação 30/04/2016 10h01*

Eleitores entre 16 e 34 anos reforçam a opção de nova eleição como a melhor saída para a crise política

A presidenta Dilma Rousseff, para os esperançosos, ainda tem chance de reverter o golpe contra ela, iniciado na Câmara e bem próximo de se consolidar no Senado. A possibilidade, porém, é muito pequena e, caso ocorra, só poderá ser concretizada na terceira etapa do julgamento.

Nesse período ela ficará afastada do governo por até 180 dias.

Dilma poderá voltar ou não ao poder. Na ausência dela, o vice Michel Temer será o presidente por força de lei. Ele completará o restante do mandato, conquistado em 2014 e iniciado em 2015, ou será apenas uma solução temporária?

Afora os problemas de Temer com a Operação Lava Jato, quanto tempo poderá durar o mandato-tampão de um ex-presidente sem voto e com a incômoda pecha de traidor?

Pesquisa divulgada recentemente pelo Ibope deu, em parte, resposta a essa pergunta. A melhor “saída da crise política”, a solução para 62% dos entrevistados, seria o afastamento de Dilma e Temer.

Esse porcentual contém uma surpresa: 70% dos eleitores mais jovens, entre 16 e 24 anos, são os mais interessados nessa solução. Na sequência, agrupam-se outros 66% de eleitores de 25 a 34 anos. Não se afastam muito da faixa etária subsequente (65%), mas guardam distância, porém, das duas faixas etárias mais idosas (quadro).

Essa projeção da juventude, registrada na pesquisa, reflete as manifestações de rua ocorridas nas últimas semanas, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Só agora os movimentos sociais organizados despontam. Com muito mais vigor. De um jeito ou de outro, todos vão à luta em protesto contra o *impeachment* em andamento.

A escolaridade, do ensino fundamental ao superior, praticamente explica a decisão majoritária dos entrevistados. Há, porém, uma divergência expressiva. Na base, até a 4ª série, a opção pela “saída política” cai para 48%.

Provavelmente, uma resposta de apoio à atenção dos governos petistas pela população mais pobre: 36% dos estudantes nesse grupo consideram que Dilma deveria continuar o mandato “com um novo pacto entre governo e oposição”.

E se Michel Temer, como é possível, assumir? Segundo a pesquisa, apenas 8% da população considera a “melhor forma para superar a crise”. Há também um equilíbrio entre essa resposta e a idade do eleitor.

Dilma, permanecendo no poder, seria a melhor saída para a crise, conforme apontam 25% dos entrevistados pelo Ibope.

Os eleitores querem votar. E apontam a direção: renúncia da presidenta e do vice. Ambos, hoje, em confronto absoluto. Nessas circunstâncias, talvez seja preciso ampliar a voz das ruas e tentar repetir o sucesso das “Diretas Já”.